UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

DANYLLO DI GIORGIO MARTINS DA MOTA

O BRASIL DE MR. SLANG:
A REPÚBLICA NAS CRÔNICAS DE MONTEIRO LOBATO
(1926 – 1927)

Goiânia
2010

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

DANYLLO DI GIORGIO MARTINS DA MOTA

O BRASIL DE MR. SLANG:
A REPÚBLICA NAS CRÔNICAS DE MONTEIRO LOBATO
(1926 – 1927)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração.

Orientadora:

Prof.ª Dr.ª Fabiana de Souza Fredrigo

Goiânia

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

M917b

Mota, Danyllo Di Giorgio Martins da.
O Brasil de Mr. Slang: a República nas crônicas de Monteiro Lobato (1926-1927) [manuscrito] / Danyllo Di Giorgio Martins da Mota. - 2010.
xv, 174 f.

Orientadora: Profª. Drª. Fabiana de Souza Fredrigo.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2010.
Bibliografia.

1. Lobato, Monteiro (1882-1948) 2. República 3. Paulistanidade I. Título.

CDU: 94(81).07

DANYLLO DI GIORGIO MARTINS DA MOTA

O BRASIL DE MR. SLANG:
A REPÚBLICA NAS CRÔNICAS DE MONTEIRO LOBATO
(1926 – 1927)

Dissertação defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História, nível Mestrado, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás. Aprovada em: _____/_____/2010_/ pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

_____

Dr.ª Fabiana de Souza Fredrigo (UFG)
Presidente

_____

Dr.ª Gabriela Pellegrino Soares (USP)
Argüidor

_____

Dr. Noé Freire Sandes (UFG0
Argüidor

_____

Dr. Robson Mendonça Pereira (UEG)
Suplente

Aos meus pais.

AGRADECIMENTTO

Minha sincera gratidão a Deus e às muitas pessoas que de maneira diversa contribuíram para a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, professora Dr.ª Fabiana de Souza Fredrigo, pelas palavras certas, sempre em momento oportuno, pela paciência inesgotável e pelas exigências que tanto contribuíram para o enriquecimento da pesquisa. Seu trabalho tem sido a melhor definição para o verbo "orientar". Obrigado por indicar novos caminhos e permitir que eu pudesse trilhá-los sempre com a certeza de ter a quem recorrer nos momentos de dificuldade.

Minha gratidão à Faculdade de História e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Agradeço ao grupo de funcionários e ao corpo docente dessa instituição, em especial ao professor Dr. Noé Freire Sandes, que tem acompanhado nosso trabalho desde a Graduação sempre colaborando de forma decisiva com suas observações, críticas e sugestões.

Meus agradecimentos também à Dr.ª Gabriela Pellegrino Soares que generosamente atendeu ao convite para avaliar nosso trabalho. Agradeço ao Dr. Robson Mendonça Pereira pela valiosa colaboração no exame de qualificação, momento crucial para a realização desse trabalho. Sou grato também à professora Ms.ª Fabiane Costa Oliveira, que acreditou nesse trabalho e incentivou sua realização em um momento em que poucos acreditavam ser possível.

Mas o resultado que obtemos não seria possível se não contássemos com a compreensão, a paciência, o apoio e as orações de pessoas com quem tenho o prazer de conviver. Agradeço a meus pais, Vilmar e Dinamar, cujos esforços tornaram tudo isso possível. A conclusão do Mestrado é apenas um dentre outros inúmeros sonhos que puderam ser realizados graças ao empenho desses dois guerreiros a quem eu devo tudo o que sou. Minha gratidão também à minha irmã, Ingrid Dellyane, com quem sempre posso contar.

Agradeço também aos familiares e amigos, como Juliana de Souza Pinto, que acompanharam o desenvolvimento do trabalho desde o começo e deram apoio em todos os momentos. Agradeço também aos amigos e colegas da Escola Municipal Santo Antônio, pela compreensão e pela ajuda tão importantes no momento de conclusão da pesquisa.

RESUMO

A Revolução de 1930 tornou-se um marco da historiografia brasileira sobre a República. Afirmado como momento de inauguração de uma modernidade brasileira, sua análise esteve pautada pelo contraponto à Primeira República, vista como símbolo de experiência fracassada e de ausência de projetos modernizadores. Contudo, uma historiografia mais recente tem abordado a década de 1920 como momento independente desse movimento, analisando os aspectos de projetos modernizadores desenvolvidos nesse período. Uma dessas perspectivas de modernidade e modernização presentes na Primeira República encontra-se relacionada ao estado de São Paulo, cujos indícios podem ser identificados na Obra de Monteiro Lobato. A representação de São Paulo como lugar de trabalho, modernidade e progresso tornou-se elemento fundamental para a afirmação do estado como símbolo a ser seguido pela nação. Essa perspectiva, denominada *Paulistanidade*, encontra-se expressa no livro *Mr. Slang e o Brasil* que reúne crônicas de Monteiro Lobato produzidas ao longo de 1926. Os textos apresentam a visão do autor sobre a República brasileira em um momento de transição política em que São Paulo retomava o controle do poder central republicano com a eleição de Washington Luis para a presidência. Os debates sobre política e economia desenvolvidos por Lobato revelam o objetivo de formação de uma opinião pública favorável ao governo de Washington Luis, cuja tarefa seria promover o progresso e a modernização nacional aos moldes paulistas. Semelhante aos discursos sobre a Era Vargas surgidos a partir de 1930, Monteiro Lobato constrói em 1926 a imagem desse novo governo, comandado pelos paulistas, como símbolo do rompimento com o período de crises enfrentadas pela República, denominado de período ciclônico, revelando a expectativa de construção de um “novo Brasil”.

Palavras chave: Monteiro Lobato, *Paulistanidade*, República, Modernidade, Crônica.

ABSTRACT

The 1930 Revolution became a landmark in brazilian historiography about the Republic. Known as the initial moment of the brazilian modernity, it's analysis has been guided by the confrontation with the First Republic, seen as a symbol of unsuccessful experience and lack of modernization projects. However, a more recent historiography is approaching the decade of 1920 as an independent moment of this movement, analyzing the attributes of modernizing projects developed in this period. One of these perspectives of modernity and modernization present in the First Republic is related to the state of São Paulo, which inklings can be found in Monteiro Lobato's artwork. A representation of São Paulo as a place of work, modernity and progress became the main element for the affirmation of the state as a symbol to be followed by the nation. This perspective, nominated Paulistanidade, is found in the book Mr. Slang e o Brasil, which reunites Monteiro Lobato's chronicles produced along 1926. The writings show the author's view of the brazilian Republic in a moment of political transition when São Paulo was getting the central republican power back, with the election of Washington Luis for presidency. The Lobato's critics about politics and economy growth shows the intention of creating a friendly public opinion about Washington Luis government, whose task would be to foster the progress and national modernization shaped in São Paulo's. Like the sayings about the Era Vargas, arising from 1930, Monteiro Lobato builds in 1926 the image of this new government, ruled by the São Paulo politics, as a symbol of a breakup with the periods of crisis faced by the Republic, known as the "período ciclônico", revealing the expectation of building a "new Brazil".

Keywords*: Monteiro Lobato, Paulistanidade, Republic, Modernity, chronicle.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO I - Monteiro Lobato: as faces do escritor 22

1.1. Historiografia lobatiana. 22

1.1.1. Modernidade, Modernismo e Pré-Modernismo. 29

1.1.2. Símbolos de modernidade e a relação com o moderno. 34

1.2. Lobato no Rio de Janeiro: um novo campo intelectual. 38

1.2.1. O desterro lobatiano. 38

1.2.2. Visões do Rio de Janeiro. 43

1.2.3. A Imprensa carioca e *O Jornal*. 47

1.3. A crônica no conjunto da Obra de Monteiro Lobato 54

1.3.1. Os textos de *Mr. Slang e o Brasil*. 57

1.4. A escrita de Crônica: interações entre Jornalismo, Literatura e História. 62

1.4.1. A crônica, entre ficção e realidade. 67

CAPÍTULO II: Monteiro Lobato e a *Paulistanidade* 72

2.1. O Cenário Intelectual Paulista. 72

2.1.1. Lobato e o Regionalismo. 74

2.1.2. Lobato e a elite intelectual paulista 77

2.2. O que é *Paulistanidade*: tentativas de definição 79

2.3. A *Paulistanidade* na Obra de Monteiro Lobato. 87

2.3.1. A moralidade, o trabalho e a vocação econômica. 92

2.3.2. Regionalismo, nacionalismo e cosmopolitismo: caminhos percorridos por Lobato. 100

CAPÍTULO III: A República Sob o Olhar de Monteiro Lobato 105

3.1. Os períodos da República segundo Monteiro Lobato. 105

3.1.1. A República dos Conselheiros: experiência e compromisso. 106

3.1.2. O Período Ciclônico: o império da imoralidade. 114

3.1.3. O Novo Governo: momento de ruptura. 123

3.2. Entre a elite e o povo: o ideal lobatiano de cidadania. 129

3.2.1. A relação entre elite e povo. 129

3.2.2. A cidadania republicana. 135

3.3. A mentalidade nacional. 138
3.3.1. Consciência, realidade e seus opostos. 138
3.4. A necessária formação de uma Opinião Pública. 146

CONSIDERAÇÕES FINAIS: *Mr. Slang e o Brasil* e as Contribuições para a Escrita da História da Primeira República 158

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 165

INTRODUÇÃO

O objetivo principal de nosso trabalho é discutir a visão de Monteiro Lobato sobre a República brasileira presente no livro *Mr. Slang e o Brasil*, publicado em 1927. Esses textos apontam para a relação entre a obra de Monteiro Lobato e a ideologia da *Paulistanidade* como representação que orienta a construção discursiva do período republicano elaborada pelo autor. Nessas crônicas estão apontados os elementos de um projeto modernizador para a nação guiado pelas ideias de modernidade, progresso e trabalho, em que o autor identifica São Paulo como exemplo a ser seguido pelo Brasil como forma de o país ingressar no mundo da modernidade.

Por meio da análise da obra literária adulta de Monteiro Lobato, é possível mapear inúmeras transformações que transpassam os campos político, econômico e cultural brasileiros no período entre as décadas de 1900 e 1940. Sua aguçada percepção permitiu que, em suas obras, permanecessem impressas as imagens que nos dão pistas da forma como o autor percebia o mundo no qual viveu. Em vários de seus textos, o autor constrói e reconstrói uma interpretação do ambiente no qual atuou. Esse fato, assim como destacado por outros autores, pode ser percebido em textos como o *Bocatorta* que discute a questão dos ex-escravos; em *O estigma,* que aborda as epidemias no interior paulista nas primeiras décadas do século XX; em *Urupês,* que discute o "ambiente caipira", dentre vários outros exemplos (ALEIXO, 2005). Essa característica é um dos pontos que têm despertado – principalmente a partir da década de 1970 (PASSIANI, 2001) - o interesse pela obra de Monteiro Lobato como fonte para o estudo da História. Apesar disso, uma advertência é importante: não se trata de avaliar a obra de Lobato apenas "presa a um contexto", como se ela revelasse algo oculto nos "acontecimentos", mas de avaliar, junto com a importância literária de Lobato, como os combates (pela vida, pela literatura e pela política) tangenciam os seus escritos. A biografia de Monteiro Lobato indica que a escrita para esse autor era uma forma de combate. Lobato metia-se, inclusive, em discussões econômicas. Entretanto, suas críticas viraram literatura e é necessário, também, investigar essa delicada relação, fugindo do risco de apresentarmos um "autor e seu contexto" e pouco acrescentarmos sobre sua criação e seu universo lúdico.

Segundo Maria Bernadete Flores[1], os anos 20 são vistos como momento de "loucura e imaginação", onde tudo era possível; não por acaso esses eram os *anos loucos*, dominados pela fertilidade artística das vanguardas. O imaginário do pós-guerra europeu, de um lado, e os matizes "felizes" do americanismo, de outro, permitiam aos atores históricos traduzirem a década a seu modo, por isso, os anos 20 encerraram dúbios imaginários, ora atrelados à ideia de uma esperança perdida, ora à de uma esperança fortemente renovada, ensejando exatamente a expressão de um tempo de "loucura e imaginação". . No caso brasileiro, a preocupação com o devir da nação era um elemento que incentivava a criação de projeções para o país. A experiência do passado era tida como parâmetro para a construção de um Brasil diferente. A percepção do descompasso do Brasil com o que se tinha como parâmetro de modernidade indicava a necessidade de uma transformação da vida nacional. Assim, as críticas às estruturas da República deram origem a várias interpretações dessa experiência e a expressão de expectativas também distintas. Essas leituras do passado e presente e projeções do futuro iam desde o extremo otimismo, com a afirmação do Brasil como o "país do futuro", impulsionadas pelo crescente processo de urbanização e industrialização ocorrida em algumas regiões do país nas primeiras décadas do século XX, até uma visão mais pessimista que apontava as mazelas e a manutenção da população à margem desses processos e, por conseguinte, a permanência do Brasil em uma condição de atraso no concerto das nações modernas.

Como apontado por Marly Motta (2007), uma historiografia recente tem abordado o período da década de 1920 como marco para inauguração de uma modernidade brasileira. Um dos resultados desses desdobramentos tem sido a tomada desse período como momento independente do processo revolucionário de 1930. O período da década de 1920 tem sido compreendido como portador de uma feição própria de grande efervescência política e social. Essas abordagens têm construído uma interpretação alternativa àquela que começou a ser empreendida imediatamente após a Revolução de 1930 e que estabeleceu esse movimento como marco de inauguração de um processo modernizador no Brasil. A designação da "República Velha" terminou por retirar do período anterior à Era Vargas um sentido próprio de modernização e

[1] Conferência *Encantos da imagem: a propósito da obra plástica de Xul Solar e sua utopia do novo homem latino-americano*, proferida na abertura da VIII Semana de História e III Colóquio de Pesquisas da História da UFG em junho de 2010.

modernidade, caracterizando-os como contraponto ao processo que tem seu lugar consagrado no pós-30.

Atentos para essa abordagem da ideia de modernidade, buscamos discutir sua presença na obra de Monteiro Lobato. Através dessa análise, identificamos algumas relações entre o pensamento de Monteiro Lobato com as ideias que estavam postas nesse período para os grupos intelectuais que se voltaram para a reflexão e atuação social pautados pelos ideais de transformação nacional cujo objetivo último era a construção de um Brasil moderno[2]. As discussões desenvolvidas entre os intelectuais na década de 1920 têm sua origem já durante o período final do século XIX. A mudança no regime de governo do Brasil, com a substituição da Monarquia pela República, causou conturbações políticas durante os últimos anos do século XIX e os primeiros anos do século XX. Com a impossibilidade de solução para todos os problemas nacionais, como propunham os fundadores da República (CARONE, 1969), na década de 1920, a intelectualidade encontrou-se em um ambiente de desilusão com o novo regime no qual haviam depositado grandes esperanças de transformação da vida nacional.

Não apenas a alteração do regime político do país provocou alterações nas várias esferas da vida nacional, mas outras mudanças estruturais também tiveram uma importante parcela nesse processo de transformações. Com a abolição da mão de obra escrava, vários conflitos políticos e sociais se instauraram ou se agravaram. O não pagamento por parte do Império das indenizações cobradas pelos grandes proprietários de terra e de escravos, sobretudo nas regiões produtoras de café em São Paulo, agravou o conflito entre o governo imperial e os grandes produtores rurais, precipitando o processo de alteração do regime político. A falta de planejamento e direcionamento para a população de antigos escravos agravou os problemas sociais. Sem ocupação no meio rural, vítimas do preconceito e sem o atendimento do poder público, os ex-escravos passaram a dirigir-se para as periferias das grandes cidades, onde as perspectivas econômicas e sociais também não eram muitas (SEVCENKO, 1998). A formação de estereótipos, firmados nos discursos racistas, no evolucionismo e, posteriormente, no eugenismo, difundiu imagens da população pobre e dos ex-escravos como inaptos ao processo de modernização almejado pelas elites políticas e econômicas, sendo essas

[2] O que queremos dizer com “Brasil Moderno”, para a obra de Lobato e para as discussões intelectuais no período, ficará mais claro no decorrer dos capítulos, particularmente no capítulo 2.

imagens sustentadas pelos discursos intelectuais. Assim, a população composta por pobres, negros, caipiras, sertanejos dentre outros inúmeros grupos estereotipados pelos discursos exclusivistas, acabaram tendo negadas as possibilidades de amplo exercício da cidadania, sendo desprezados como agentes políticos, como produtores de cultura e como mão de obra produtiva. Ao invés de organizar a inclusão dos antigos escravos no mercado de trabalho livre, ocorreu no Brasil um incentivo à imigração de mão de obra estrangeira para as lavouras e para as indústrias urbanas entre as décadas de 1890 e 1920 (NAXARA, 1998). Com a concorrência da mão de obra estrangeira e enfrentando uma mentalidade influenciada pelas ideias racistas, o trabalhador nacional passou a ser visto como inferior ao estrangeiro, em muito devido à admiração das elites brasileiras pelo progresso da Europa em comparação com a percepção de estagnação e atraso do Brasil.

Proclamada a República e passados os primeiros momentos de atuação das Forças Armadas no comando da política nacional, os grandes produtores rurais, que detinham grande poder econômico, assumiram também o comando das decisões políticas do país. Entretanto, a perspectiva de alterações profundas indicada pelos fundadores da República foi frustrada nas primeiras décadas do regime. As dificuldades do governo republicano em solucionar os problemas sociais, políticos e as crises econômicas, além da concentração do poder nas mãos das oligarquias regionais – muitas das quais não se encontravam satisfeitas com a partilha do poder central entre paulistas e mineiros nos primeiros governos republicanos – levaram ao descontentamento de grande parte da elite intelectual com o novo regime.

A desilusão com a República atingiu grande parte dos homens que sonhavam com um novo Brasil que, para muitos, seria construído a partir dos ideais de modernidade defendidos por diversas correntes teóricas que povoavam o campo intelectual brasileiro. Surgia então a necessidade de definir quais seriam aos parâmetros a serem seguidos pela nação brasileira. A organização da nação era uma tarefa urgente que caberia às elites. Como destacado por Daniel Pécault (1990: 14), por ser esse um fato intelectual e político, os intelectuais viam-se com ainda mais motivos para participar desse processo de ordenação do país. Essa ordenação seguiu os ideais vistos como “mais modernos” pelas elites dominantes no inicio do século XX, como a restauração urbana, a formação de uma sociedade apta para o trabalho, a

industrialização, tendo como referência ideias e experiências anteriores, inicialmente européias e posteriormente norte-americanas.

No campo político e econômico, e, sob vários aspectos, também no campo intelectual, a década de 1910 marcou a ascensão do estado de São Paulo a uma posição de centralidade no país. É o momento de afirmação da "ideologia da *Paulistanidade*"[3], que, desde a década de 1890, foi difundida pelo trabalho intelectual de uma elite ligada à oligarquia e que dava grande ênfase à grandeza do Estado paulista (CERRI, 1996). Através das representações de São Paulo construídas por sua elite intelectual, ligada à elite oligárquica que comandava a política em âmbito estadual, procurou apropriar vários marcos fundadores e confirmadores da supremacia paulista frente à nação. Assim, a ascensão paulista devido ao desenvolvimento econômico provindo principalmente da produção cafeeira convive com a formulação de um discurso que busca ligar tal "grandeza paulista" a símbolos míticos e ancestrais (QUEIROZ, s.d). Nesse contexto, as representações de São Paulo como lugar de modernidade, progresso e trabalho alcançam o patamar de exemplo para a nação brasileira, tornando-se parâmetro para o processo de modernização que se buscava implantar no país. Essa ideia de modernidade encontra-se presente na obra de Monteiro Lobato, tornando-a um exemplo da expressão da *Paulistanidade* como símbolo para o Brasil. Dessa forma, por meio do diálogo com inúmeros autores que se dedicam ao estudo do regionalismo paulista caracterizado como *Paulistanidade* (CERRI, 1996; QUEIROZ, s.d; CASADEI, 2008; MATOS, 2006; VELLOSO, 1993; MOUTINHO, 1991; SOUZA, 2007), mapeamos uma construção característica do Estado de São Paulo, orientada por essa ideia, que revela a formulação de um projeto de modernização nacional na Primeira República, expresso nos textos de Monteiro Lobato.

A estruturação desse pensamento de valorização chamado de *Paulistanidade* foi um dos exemplos de discurso regionalista do inicio do século XX. Este conflito entre as esferas nacional e regional se estendeu aos campos da política e da cultura. Um dos problemas centrais para os debates intelectuais do período foi a definição de uma identidade nacional. As várias regiões do país buscaram afirmar a existência de um caráter nacional brasileiro a partir das características de sua própria cultura e tradições

[3] Luís Fernando Cerri afirma que essa ideia pode ser identificada já desde o século XVII com obras que identificam as características nobiliárquicas dos paulistas. Ver CERRI, 1996.

(CANDIDO, 1975). Também os intelectuais paulistas seguiram este caminho pensando uma identidade nacional a partir e em função dos interesses de São Paulo. Nesse processo de valorização do povo, da cultura, das tradições, do sucesso econômico de São Paulo, tornou-se necessária, na concepção dos intelectuais paulistas, a extensão desse sucesso às demais regiões do Brasil, vistas sob um enfoque negativo como contraponto ao desenvolvimento paulista. São Paulo era representado como o Estado mais rico, próspero e moderno, cuja população, herdeira da tradição bandeirante, portava valores desconhecidos para os habitantes das demais regiões do país como a altivez, a coragem e o empenho ao trabalho.

Na construção dessa imagem de São Paulo, o momento de produção dos textos de Monteiro Lobato é bastante representativo da relação entre as esferas regional e nacional. O cenário republicano, na passagem de 1926 para 1927, momento de transição do governo de Artur Bernardes para o de Washington Luis, se encontra expresso nos textos de *Mr. Slang e o Brasil*. Esse momento representa uma retomada do controle do poder central republicano por São Paulo que, divergindo da ideia consagrada pela historiografia como "política do café com leite", não elegia um presidente da República desde o quatriênio. 1902-1906, com o presidente Rodrigues Alves[4]. O retorno do governo republicano às mãos de um político paulista representava, para Monteiro Lobato, a possibilidade de se alavancar no Brasil um processo semelhante ao que já havia se realizado em São Paulo. Seguindo essa perspectiva, o autor apresenta nessa obra a construção de uma história republicana que se relaciona à ideia de *Paulistanidade*, fazendo de Lobato um intelectual e um político propositivo que circulava na ambiência regional e nacional, formulando os princípios para um projeto que visava à modernização do Brasil tendo como parâmetro o exemplo encontrado no estado de São Paulo.

Após uma análise mais ampla da obra de literatura adulta de Monteiro Lobato, fomos levados ao recorte temático de nosso objeto. Considerando o alcance e a extensão da obra de Monteiro Lobato e o tempo disponível para a realização da pesquisa, optamos por um recorte que privilegiasse a análise de sua produção literária para adultos. Ainda assim não seria possível desenvolver a contento um trabalho que

[4] Rodrigues Alves fora eleito ainda para um segundo mandato em 1918, mas faleceu antes de assumir o cargo de Presidente da República.

visava discutir as ideias que propomos tendo um material tão amplo e um prazo tão curto. Então, optamos por discutir a visão do autor sobre a República brasileira durante a década de 1920 e elegemos como fonte de pesquisa o livro *Mr. Slang e o Brasil* (1927). Após a definição de nossa fonte de pesquisa e um árduo trabalho de mapeamento da historiografia, partimos para a organização dos temas a serem discutidos. Nesse processo, a ideia de *Paulistanidade* ganhou força em nossas leituras. Assim decidimos discutir a presença da ideia de *Paulistanidade* na obra de Monteiro Lobato e a forma como esse ideário se fazia perceber na visão do autor sobre a República brasileira, caracterizada nos textos de *Mr. Slang e o Brasil*. Com essa breve explanação, definimos o objeto de pesquisa, a fonte, os temas e o referencial teórico deste trabalho.

Após essas definições, a pesquisa foi dividida em três partes que deram origem aos três capítulos da dissertação. Intitulado *Monteiro Lobato: as faces do escritor*, o primeiro capítulo apresenta a prática de escrita de Monteiro Lobato e a forma como o autor aborda questões que se tornaram ícones de seu pensamento, como as ideias de modernidade e progresso, e que se encontravam no centro do debate intelectual durante a década de 1920. Mapeamos as abordagens de Lobato sobre esses temas por meio de um constante diálogo com a historiografia. Esse trabalho nos ajudou a localizar o livro *Mr. Slang e Brasil* no cenário maior do conjunto da obra lobatiana. Abordamos com mais atenção a relação entre autor, obra e personagens, evidenciando a forma como as crônicas de Monteiro Lobato revelam uma interpretação e uma "projeção" da "realidade nacional" – ou, ainda melhor, de que forma as crônicas apontam o desejo de debater, intervir e transformar o cenário nacional. Esses textos expõem a leitura do ator histórico sobre os temas que circundam sua ambiência, conferindo a ele a condição de autor histórico, dada a caracterização de sua escrita como testemunho de seu tempo. Este caminho nos permitiu entender melhor a relação entre *Mr. Slang e o Brasil*, o conjunto da obra lobatiana e o contexto no qual esse livro foi produzido. Para isso, atentamos à característica de ficção dos textos contidos neste livro sem perder de vista seu objetivo de analisar e transformar uma realidade específica: o contexto republicano no qual Lobato encontrava-se inserido.

O roteiro do trabalho teve inicio com uma breve apresentação de Monteiro Lobato e de suas atividades intelectuais, sobretudo como escritor e editor. Por meio

desses apontamentos, visamos discutir como o autor chegou ao centro do campo intelectual paulista, como apontado por Tânia de Luca, ganhando evidencia nacional entre o final da década de 1910 e meados da década de 1920. Nesse trajeto, discutimos a visão de Lobato sobre a ideia de modernidade, ressaltando que nosso objetivo não é o de classificar a obra lobatiana como moderna ou anti-moderna, mas mapear os elementos que formavam a concepção de modernidade do autor e a maneira como ele se relaciona com essas ideias modernas. Contudo, estabelecemos uma análise da historiografia que se voltou ao estudo dessas características da obra de Lobato, apontando como sua obra esteve envolta nesse conflito entre modernidade e atraso. O que procuramos foi demonstrar que as alterações feitas por Lobato em seu pensamento ressaltam uma característica daquilo que o autor entendia por modernidade: a ideia de transformação.

Apontadas algumas características da carreira de monteiro Lobato, de sua ideia de modernidade e das leituras sobre sua obra presentes na historiografia, partimos para a análise de um momento que revelou transformações na escrita: a saída de São Paulo e seu estabelecimento no Rio de Janeiro. Esse novo cenário apresenta novos elementos para a escrita de Lobato. Afastado de São Paulo, Lobato encontra no Rio outro campo intelectual, cujas características procuramos apontar. O papel e a importância da imprensa carioca, sobretudo nos debates em torno dos temas políticos que agitavam a capital da República (e que tinha como um de seus símbolos a escrita de crônica), com certeza, suscitaram em nosso autor a pretensão de "inteirar-se" desse outro campo intelectual.

Nesse momento do debate, privilegiaremos a análise dos textos de *Mr. Slang e o Brasil* como pertencente ao gênero das crônicas, ressaltando o desafio de se definir esse tipo de escrita, aproximando-a de um conceito, capaz de ser aplicado a um texto tão complexo como o lobatiano que, como já sugeriram diversos especialistas, apresenta inúmeros obstáculos para ser conformada em definições ou delimitações. Para essa análise, partimos da relação entre literatura, jornalismo e escrita da história, que caracteriza a escrita de crônica e encontra-se presente nos textos de *Mr. Slang e o Brasil*. Ao abordarmos esse tema visamos mapear os caminhos trilhados por Lobato no campo da ficção literária lançando mão de referências a personagens, acontecimentos e conflitos "reais" como um recurso de sua escrita (SÁ, 1985) que abria a seus textos a

possibilidade de contribuírem para a transformação da realidade, tornando-se instrumentos políticos que alcançariam e influenciariam seu público.

No segundo capítulo, intitulado *Monteiro Lobato e a Paulistanidade*, discutimos o conteúdo da ideologia da *Paulistanidade* e sua relação com a obra e a atuação intelectual de Monteiro Lobato. Ao encontramos as primeiras referências a essa ideia nos questionamos: o que é *Paulistanidade*? Como essa ideia se formou? Que elementos a compõem? Quando e onde podemos identificar a gênese dessa ideia? Para responder a essas questões, estabelecemos um trabalho de busca, mapeamento e diálogo com a historiografia. Dessa forma, apontamos nesse capítulo os conteúdos que caracterizam a ideia de *Paulistanidade* como elemento constitutivo da identidade e do regionalismo cultural e político do estado de São Paulo. Apresentamos, assim, os elementos que compõem essa ideia, bem como suas "origens" e algumas de suas apropriações. Na seqüência discutimos a relação dessa ideologia com a obra de Monteiro Lobato. A pergunta que nos guiou, nessa circunstância, foi: como apreender as formas pelas quais o autor estabelece uma relação entre o regionalismo paulista e a nacionalidade brasileira? Antes de investigar o resultado dessa relação – que é a indicação de São Paulo como lugar de modernidade, progresso e trabalho, afirmando o estado paulista como exemplo a ser seguido pelo Brasil – interessou-nos indicar os caminhos trilhados pelo autor para contribuir com o reforço da *Paulistanidade*, de um modo particular – como era particular toda a prática lobatiana.

No terceiro capítulo, intitulado *A República sob o olhar de Monteiro Lobato*, discutimos a leitura lobatiana sobre a República brasileira presente em *Mr. Slang e o Brasil*. Lobato elabora uma história republicana a partir da divisão desse período em três fases distintas: o "período dos Conselheiros", o "período ciclônico" e a "novo governo". Segundo Lobato, até 1909 a República fora governada a partir das noções de moralidade e justiça, características que acompanhavam os experientes e sensatos governantes desse período. Todavia, entre 1909 e 1926, o "período ciclônico", a chegada ao poder de homens despreparados e descompromissados com o interesse público teria lançado o país em seguidas crises. Esse quadro se transformaria a partir de 1926, com a implantação do "novo governo", sob o comando de Washington Luis. Esse novo período da República seria marcado pelo restabelecimento da justiça e da moralidade e pela implementação de um projeto modernizador que teria como parâmetro o exemplo

dado ao Brasil por São Paulo. Na defesa desse projeto e do “novo governo”, Lobato discute a relação entre elite e povo, apontando o papel desses grupos na realização dessas transformações. Assim o autor demonstra sua visão de como deveria se configurar a cidadania republicana. Discutindo as características da mentalidade nacional e a necessidade de formação de uma opinião pública que desse suporte ao “novo governo”, Lobato afirma a necessidade de São Paulo guiar o Brasil, ensinando o país através de seu exemplo. A possibilidade de o Brasil alcançar o nível de modernidade almejado por Lobato se desenhava nas transformações que seriam implementadas pelo “novo governo”, a partir de 1926, estabelecendo, então, um momento de ruptura que criaria o “novo Brasil”.

CAPÍTULO I

MONTEIRO LOBATO: AS FACES DO ESCRITOR

1.1. HISTORIOGRAFIA LOBATIANA

José Bento Monteiro Lobato (1882 – 1948) nasceu na cidade de Taubaté, interior de São Paulo. Neto de um fazendeiro da região do vale do rio Paraíba do Sul, a formação de Lobato esteve voltada para o ambiente rural. Tornado órfão quando ainda era criança, foi criado por seu avô, o Visconde de Tremembé, que teve grande influência em sua formação. O ingresso no curso de Direito, em 1900, é apontado em sua biografia como um exemplo dessa influência (CAVALHEIRO, s.d). Contudo, Monteiro Lobato não seguiu a carreira de bacharel. Enveredou por outros vários caminhos: escritor, editor, tradutor, crítico de arte, empresário, fazendeiro, sendo que suas marcas mais fortes foram deixadas no campo literário e editorial. A preocupação com a modernidade, com o progresso e com a racionalidade são elementos marcantes em seu pensamento. Também é marcante seu posicionamento intelectual em que a simples reflexão não era suficiente para solucionar os problemas da nação, apontando a necessidade da ação.

Como escritor, Monteiro Lobato produziu uma vasta obra de literatura infantil e adulta. Sua literatura infantil tornou-se um ícone no campo literário nacional. Obras que apresentavam os personagens e as aventuras do *Sítio do Picapau Amarelo* contribuíram com a formação de várias gerações de brasileiros (SANDES, 2003). Suas obras, tanto de literatura infantil quanto de literatura adulta, revelam uma forte ligação com o meio rural, característica destacada por Nicolau Sevcencko (1985) que aponta o autor como aquele que melhor representou esse meio de vida, assim como Lima Barreto representara o meio urbano e Euclides da Cunha discutira o sertão. Essa relação com o meio rural ocorre, sobretudo, ambientada no vale do rio Paraíba do Sul, no interior do estado de São Paulo. Além de ter passado sua infância nessa região, Lobato herdara de seu avô a Fazenda do Buquira, na cidade de Taubaté. Essa fazenda tornou-se, durante a década de 1910, um “laboratório” onde Lobato buscou colocar em prática suas ideias de

administração “moderna” e racional, como forma de tornar a propriedade mais produtiva e rendosa. No período em que Lobato administrou sua fazenda, entre 1911 e 1915, o autor estreitou o contato com a vida do homem rural, cujas características lhe deram os elementos para a criação dos textos de *Urupês* e o personagem Jeca Tatu.

Foi nesse ambiente que Lobato escreveu os contos *Urupês* e *Velha Praga* (1914). Publicados no jornal *O Estado de São Paulo*, ao final do ano de 1914, esses textos apresentam as críticas do autor às práticas tradicionais da população do interior paulista. Visto como despreparado, preguiçoso, atrasado, inadaptável à civilização, descompromissado com o trabalho e com a busca por comodidades, o caipira é apontado como um dos culpados pelo atraso nacional e um empecilho para a modernização do país. O sucesso desses textos (posteriormente incorporados ao livro *Urupês*) deu notoriedade a Lobato no campo intelectual paulista e brasileiro. Esses textos também fixaram no imaginário nacional as características do personagem Jeca Tatu como símbolo da falta de ação e do comodismo indicados como marcas da população brasileira (MARTINS, 1978).

Na historiografia tradicional que trabalha com a obra de Monteiro Lobato, sua produção literária encontra-se dividida em momentos ou fases distintas (ZILBERMAN *et al*, 1983: 107). Essas fases são definidas pelos caracteres atribuídos pelo autor ao povo, na análise da “realidade nacional”. Segundo Marisa Lajolo (1985), a obra de Lobato pode ser dividida em três fases. A primeira simbolizada pelo personagem Jeca Tatu presente no artigo *Urupês* de 1914. Este texto é fortemente influenciado por ideias racistas e deterministas, características de um tipo de pensamento comum entre os intelectuais brasileiros desse período, apresentando uma visão extremamente pessimista e fatalista da população.

Com o sucesso de seus textos, surgiram também as críticas à imagem negativa que Monteiro Lobato construíra do caipira e que ganhara projeção de identificação nacional. Essas críticas levaram Lobato a alterar a imagem que compusera do caipira em sua obra, dando-lhe um caráter mais positivo. Essa imagem seria amenizada com o ingresso do autor nas campanhas sanitaristas do final da década de 1910. Apontando as doenças e o abandono da população pelo Estado como as causas da condição deplorável em que o povo se encontrava, Lobato afirma que “o Jeca não é assim, ele está assim”. Para solucionar os problemas nacionais era preciso então

“salvar” a população de sua condição de doença. Era preciso se lançar à ação (ZILBERMAN *et al*, 1983). A busca por soluções efetivas dos problemas nacionais levou Monteiro Lobato a criticar o ambiente intelectual de sua época e a ingressar em projetos em prol da transformação da realidade brasileira, tendo como marca característica seu posicionamento crítico e sua percepção diferenciada da realidade social. Entre as empreitadas do autor estão as campanhas sanitaristas, a luta pela produção de petróleo e ferro no Brasil, pelo desenvolvimento do mercado editorial brasileiro e pela liberdade de imprensa, somados a outros inúmeros projetos que alcançaram grande sucesso, mas, por vezes, também, resultaram em grandes fracassos.

A segunda fase da obra contém, assim, uma forte influência das ideias higienistas. O grande marco dessas ideias na obra de Monteiro Lobato é o livro *Problema Vita*l (1918). Nos artigos reunidos nesse volume, Lobato retira da população rural a carga de culpa que havia relegado a ela na fase anterior de sua produção, concluindo que o povo encontrava-se doente devido à falta de assistência e de ações eficazes do Estado. Também como expressão dessa “salvação do Jeca”, o autor produz o *Jecatatuzinho*. Publicada em pequenos folhetos que integraram as campanhas publicitárias do biotônico produzido pelo laboratório Fontoura, a história mostra como o Jeca se salva das doenças e do opilamento após a visita de um médico à sua fazenda. Após a cura, o Jeca torna-se produtivo, atualizado com a modernidade, se interessando por tudo o que é americano, aprendendo inclusive a falar inglês. Produtivo, o Jeca torna-se um fazendeiro próspero.

Somado às propostas de transformação da sociedade brasileira, o ideal de “intelectual de ação” (ZILBERMAN *et al*, 1983) também pode ser percebido na atuação de Monteiro Lobato no campo editorial. As ações de Monteiro Lobato foram pioneiras no mercado editorial brasileiro. Ao final da década de 1910, ele adquiriu a *Revista do Brasil* (1917) e, a partir desse empreendimento, fundou a *Monteiro Lobato e Cia*, primeira editora brasileira. Nesse período a *Revista do Brasil* tornou-se o empreendimento cultural de maior sucesso na Primeira República (MARTINS, 1978). As atividades como escritor e editor levaram Monteiro Lobato a ocupar o centro do campo intelectual brasileiro na passagem da década de 1910 para a década de 1920 (LUCA, 1999). Mas ele não se limitou às atividades empresariais. Envolvendo-se também nas campanhas em prol do saneamento dos sertões e na luta pela exploração de

petróleo e ferro em território nacional, Lobato demonstrava a preocupação com o desenvolvimento do país. Essas ações possibilitariam, em sua visão, a modernização nacional. Na defesa de suas ideias, envolveu-se em inúmeros debates e polêmicas, estabelecendo uma marca que perfaz a ligação de sua atuação como intelectual, empresário e editor com sua prática de escrita (KOSHIYAMA, 1982).

A década de 1920 marcou a afirmação da primazia das correntes modernistas no cenário cultural e intelectual no Brasil. Desde o final da década de 1910, os grupos modernistas, principalmente em São Paulo, buscavam a reinterpretação e adaptação à sociedade brasileira de movimentos artísticos de vanguarda europeus. Essa relação entre a arte e a cultura nacional com modelos europeus provocou a reação critica de Monteiro Lobato, principalmente ao que ele via como exageros, sobretudo no campo das artes plásticas (VALE, 2006). O marco principal do conflito entre Lobato e os modernistas foi a critica do autor à exposição de Anita Malfati em 1917, expressa no apontamento de que as obras da autora eram exemplos de paranóia e mistificação. Esse episódio marca o afastamento entre Lobato e os modernistas. Como destaca Ênio Passiani (2001, p. 57), havia uma proximidade temática e até formal entre a escrita literária de Lobato e dos modernistas, mas que não foi suficiente para aproximá-los. Como não foi possível arregimentar o criador de Jeca Tatu, a estratégia modernista foi a de desautorizá-lo como crítico de arte, taxando-o de "pintor frustrado" e responsabilizando-o pelo recuo de Anita Malfatti em relação ao modernismo e seu declínio artístico. Esse afastamento também se revela na disputa pelo domínio do campo intelectual paulista na passagem das décadas de 1910 e 1920. À frente da *Revista do Brasil*, Monteiro Lobato dominou o campo editorial até meados da década de 1920, quando essa supremacia passou ao domínio de expoentes das correntes modernistas.

Os embates em que Monteiro Lobato se envolveu – e não apenas com os modernistas – não se restringiram ao domínio do campo intelectual paulista e revelam a adoção de diferentes perspectivas para a interpretação do cenário nacional. Os debates intelectuais desse período gravitavam em torno da necessidade de se buscar a "verdadeira essência do brasileiro". Uma perspectiva corrente entre os intelectuais era o conflito entre dimensões opostas que firmaram raízes no imaginário nacional como sertão e litoral, urbano e rural, tradição e modernidade (SOUZA, 1996). Essas dimensões estão relacionadas às diferentes formas de vivências, às visões de mundo e à

forma como se compreende natureza e cultura. Questionava-se onde o "verdadeiro brasileiro" poderia ser encontrado. Através desses debates, as tensões entre cosmopolitismo e localismo, modernidade e tradição, campo e cidade alcançavam lugar privilegiado nas discussões. Firmado no enfrentamento entre essas figuras dialógicas, o Brasil era construído por meio de um imaginário retórico que reafirmava sua diversidade ao tentar encontrar uma unidade.

Neste ambiente, inúmeras correntes intelectuais se digladiavam na busca de características que identificassem a população nacional, na indicação dos males do Brasil e na definição de condutas para que esses males fossem sanados. A ciência, a cultura, a política e a literatura foram alguns dos campos nos quais esses debates se desenvolveram em meio a um conturbado contexto político e econômico interno, somados ainda a conflitos externos como a Primeira Guerra Mundial. Além desses desafios, durante as primeiras décadas da República ocorreram, no campo político, crises internas entre as oligarquias regionais, agravadas ainda pelos conflitos envolvendo as Forças Armadas. Os levantes no exército e na marinha desgastavam a relação entre o poder executivo nacional e os militares. Durante a década de 1920, resultaram desse conflito os levantes tenentistas e o movimento revolucionário liderado por Luís Carlos Prestes, acirrando as críticas de vários grupos sociais ao governo federal no quadriênio de Artur Bernardes (1922-1926).

Já mais distante desse período, o terceiro momento da obra de Monteiro Lobato, como apontado por Marisa Lajolo, apresenta certa influência do pensamento político socialista. Em textos da década de 1940, Lobato saiu em defesa das ideias de Luis Carlos Prestes e do Partido Comunista Brasileiro[5]. No texto *Zé Brasil* (1946), as ideias de Prestes são apontadas como a possibilidade de promover no país uma melhoria nas condições de vida da população mais pobre - sobretudo no meio rural - que ainda encontrava-se afastada das decisões sobre o destino do país. Embora nunca tenha exercido qualquer cargo público eletivo, as questões políticas também ocupam um lugar relevante no pensamento lobatiano. Isso pode ser identificado em sua oposição ao

[5] Apesar de sua relação de proximidade com Luis Carlos Prestes e com inúmeros intelectuais de orientação claramente esquerdista, Monteiro Lobato nunca filiou-se ao PCB e chegou mesmo a negar as orientações comunistas que muitos leitores encontravam em seus textos. Recusou também o convite de Prestes para se candidatar a uma cadeira de Deputado Federal, nas eleições de 1946 (ZILBERMAN *et al*, 1983).

governo de Getúlio Vargas durante a década de 1930 e em sua admiração por Luis Carlos Prestes e pelo Partido Comunista Brasileiro, exposta em textos da década de 1940 (LAJOLO, 1983). Contudo, mesmo antes, ainda durante a década de 1920, percebemos a atenção de Lobato com o cenário político paulista e brasileiro. Após repassar o controle da *Revista do Brasil* para Paulo Prado, em 1924, e ver sua editora ir à falência, em 1925, Lobato se transfere de São Paulo para o Rio de Janeiro. Esse momento é apontado por Tânia de Luca como o marco de saída de Lobato do centro para a margem do campo intelectual brasileiro (LUCA, 1999), mas também marca o aumento da presença de questões relativas à política na obra do autor, como se verifica nos textos de *Mr. Slang e o Brasil*.

Nessa divisão da obra lobatiana e na historiografia que versa sobre sua análise, encontramos uma forte relação entre as ideias de passado e futuro como forma de atribuir valor à produção de Monteiro Lobato. O autor foi constantemente identificado por seus críticos como um intelectual de ideias retrógradas e atrasadas. Em contraponto, seus apologistas destacam o caráter extremamente moderno de seu pensamento. Nesse meio, revela-se uma guerra discursiva pelo domínio do campo intelectual brasileiro, considerando que a maior parte dessas críticas que apontam o descompasso das ideias de Lobato com a modernidade partiu de expoentes dos movimentos modernistas durante a década de 1920. Como exemplo desse processo, destacou-se a relação de Monteiro Lobato com Mário de Andrade. O *Necrológio*, escrito por Mário de Andrade em 1926, em que o autor decreta a morte de Lobato como homem de letras, marca o momento em que Lobato se afasta do campo intelectual paulista, perdendo a posição de centralidade a qual desfrutava (LUCA, 1999).

Em contraponto a essa imagem construída pelos modernistas, a historiografia que aponta Monteiro Lobato como homem símbolo de modernidade é bem mais recente. Ganha força a partir da década de 1970 nos campos da História e da crítica literária e apresenta autores como Regina Zilberman, Cassiano Nunes, Tadeu Chiareli, João Luís Ceccantini, Ênio Passiani, dentre vários outros autores, tendo como grande destaque as obras de Marisa Lajolo. Parte dessa produção tem como uma de suas marcas a indicação da contradição[6] como característica fundamental da atuação

[6] Sobre a ideia de contradição, ver Vera Nogueira Galvão, no livro *Euclidiana*: estudos sobre Euclides da Cunha, onde a autora aponta o uso pelo autor da figura de linguagem "oximoro", como forma de acomodar as contradições em seu pensamento que seriam explicadas pela própria realidade nacional que,

intelectual e da produção literária de Monteiro Lobato, destacando o jogo entre moderno e anti-moderno. A ideia de contradição é identificada nas transformações que Lobato faz em sua obra ao longo do tempo. Entretanto, percebemos que essas alterações internas na obra de Lobato - apontadas acima nas diferentes construções do personagem Jeca Tatu - não devem ser consideradas como contradições – não se a ideia de contradição vier acompanhada do juízo de valor, que implica em defender que um "argumento sério" não pode estar eivado de contradições, como se a captação das circunstâncias não revelasse as contradições. A bem da verdade, as contradições lobatianas são frutos do acompanhamento do autor dos debates que se desenrolam ao longo de sua atividade intelectual. Ao passo que surgem novos dados e novas possibilidades, há uma ampliação de horizontes do autor que busca a adaptação de suas obras às novas contingências, caracterizando-o como homem comprometido com os debates presentes em seu próprio tempo, como apontamos ao longo da discussão sobre os textos de *Mr. Slang e o Brasil*.

As polêmicas nas quais se envolveu, somadas à qualidade de seus textos, deram a Monteiro Lobato notoriedade no campo intelectual paulista. Isso pode ser percebido na recepção dos textos de *Urupês*. Elogiado por parte do público pela qualidade de sua escrita e por sua capacidade de transmitir ao leitor as características da vida do caipira, Lobato também recebeu inúmeras críticas que apontavam o preconceito contra a população rural. As alterações que Lobato empreendeu em sua obra ao final da década de 1910 tornaram sua interpretação do modo de vida do homem rural mais amena, retirando do caipira a culpa pela improdutividade e pelo atraso do país e direcionando as críticas à falta de assistência do Estado a essa população, como já apontamos acima. Contudo, acreditamos que essa alteração também revela a tentativa de assegurar um lugar privilegiado no campo intelectual que se encontrava ameaçado pelas duras criticas que recebera devido a essa visão negativa da população. Para o autor, o caipira era o "ai Jesus" dos intelectuais naquele período, a quem as críticas não poderiam ser dirigidas (LOBATO, 1994: 171). Ainda assim, ele defendia a necessidade de mostrar a "verdadeira face do Brasil", mesmo que desagradasse a muitos, e de partir para a ação que possibilitasse a transformação dessa realidade. Ações que seriam orientadas por uma interpretação evolucionista da História, onde era preciso construir

---

por si mesma, poderia ser considerada contraditória. Exemplos do uso dessa figura de linguagem são os termos "inocente culpa" ou "covarde valente", presentes nos textos de Euclides da Cunha.

um futuro que se diferenciasse da experiência vivida pelo país naquele momento. Essa transformação da vida nacional, que estabelecia a separação entre passado e futuro, seria orientada pelas ideias de modernização e progresso. O grande objetivo era fazer do Brasil um país que se equiparasse aos símbolos de modernidade consagrados nesse período, como a Europa e os Estados Unidos.

A modernização nacional é uma das questões mais presentes nas ideias de Monteiro Lobato. Contudo, a permanência dessa temática soma-se a uma transformação constante de sua visão sobre esse processo, cujos indícios podem ser identificados em suas obras. Essas alterações não apontam simplesmente para uma mudança no "momento histórico" do autor, como se o texto pudesse refletir o contexto como uma transparência. Essa relação entre o texto e o tempo de sua escrita se dá por sua utilização como instrumento político que tem como objetivo a transformação de seu próprio "momento histórico". A adaptação é caráter fundamental para a evolução[7], ideia que também encontra-se presente nos textos do autor. Para Lobato, era preciso que o Brasil evoluísse da condição de atraso em que se encontrava para atingir a modernidade e o progresso que desejava. É essa percepção do que é moderno e da forma como o país atingiria o progresso que se altera na obra de Lobato ao longo do tempo.

1.1.1. Modernidade, Modernismo e Pré-Modernismo.

Segundo Frederick Karl (1988), cada época tem sua própria noção de modernidade e do que é ser moderno. A ideia de moderno refere-se àquilo que pertence ao presente, diferenciando-se do que pertencera a uma época remota. Somado a isso, existem ainda diferentes formas de se relacionar com o que se considera moderno. Karl identifica atitudes moderadas de aceitação dos indícios de modernidade e atitudes radicais – tanto de aceitação, quanto de repulsa (KARL, 1988: 23). Ligado a essa forma de interpretação da ideia de modernidade, encontramos um dos fundamentos presentes nas interpretações da obra de Lobato como retrógrada ou anti-moderna. Esse problema também transparece na classificação de um determinado período como pré-moderno ou

[7] Essa ideia de evolução está exposta nos textos de *Urupês*, sobretudo na comparação entre características da sociedade brasileira, representada pelo modo de vida caipira, com a situação de países tomados por Lobato como parâmetros de modernidade, como a Inglaterra e a Holanda.

uma determinada forma de leitura do mundo como pré-modernista, características a um tipo de produção cultural como oposição à produção dos movimentos modernistas.

A ideia de pré-modernismo revela a adoção de uma noção ideal de modernidade. Implícita nesse termo, a noção ideal torna anacrônicos os indícios de modernidade adotados na interpretação da realidade. Por meio dessa noção de pré-modernismo, corre-se o risco de definir o caráter de modernidade de um determinado momento, obedecendo a parâmetros pertencentes a outro contexto. Esses parâmetros de modernidade são definidos pelas relações sociais, pelas relações de classe, pela noção de interesses, pela luta por hegemonia política ou econômica, pelas noções estéticas etc. que têm características particulares em cada momento histórico. No Brasil, a ideia de pré-modernismo esteve muito relacionada ao campo cultural e estético, mas essa construção tem suas raízes no contexto social e político, como pode ser observado na luta pelo domínio do campo intelectual em São Paulo durante a década de 1920 entre as diversas correntes intelectuais chamadas de modernistas[8] e os grupos intelectuais que, como Monteiro Lobato, ficaram à margem do campo de atuação desses grupos de vanguarda.

Algo que se tornou marca da produção intelectual brasileira é a "incapacidade" de atribuir "essência própria" ao período entre 1870 e 1922, caracterizado como pré-moderno como um simples antecedente dos movimentos ocorridos a partir da Semana de 1922. Isso pode ser percebido nas obras de estudiosos que se dedicaram ao debate sobre o pré-modernismo brasileiro, com destaque para a crítica literária. Na obra de Alfredo Bosi, encontramos algumas definições para a noção de pré-modernismo. Segundo Bosi (BOSI, 1974: 220), "pré-modernista é tudo o que rompe, de algum modo, com uma cultura oficial, alienada e verbalista, e abre caminho para sondagens sociais e estéticas retomadas a partir de 22". Ou ainda, pré-modernista pode ser tudo o que, nas primeiras décadas do século XX, problematiza a nossa realidade social e cultural (BOSI, 1974: 343). Esse momento estaria delimitado temporalmente pelo período entre a morte de Machado de Assis (1908) e Joaquim Nabuco (1910) e a eclosão do movimento modernista. Alguns autores desse período são recuperados como precursores das ideias modernistas, mas, de acordo com Bosi, a

8 Não nos deteremos de forma mais aprofundada na discussão sobre obras, autores e debates de Lobato com o Modernismo devido às delimitações do trabalho. Contudo, esse é um tema já bastante explorado pela historiografia e nosso intuito é retomá-lo em um trabalho posterior.

grande maioria foi afastada da celebração aos ideais do modernismo, tratado como a "fonte máxima da autoridade estética" nacional (MICELI, 2001: 15).

Assim, o "pré-modernismo" é um conceito problemático, na medida em que subjuga toda uma gama de intelectuais e suas produções a uma "ideia anterior a". Isso indica uma relação de dependência criando a aparência de que esses predecessores não têm uma produção característica e ligada à sua condição social e cultural. Como o conceito surge após o período delimitado como pré-moderno, podemos inferir que essa ideia de pré-modernismo surgiu de um pensamento ligado aos movimentos modernistas como forma de afirmar exatamente essa superioridade cultural das correntes estéticas que ganharam força a partir da Semana de 1922. O modernismo como fonte máxima de autoridade estética está ligado a uma concepção que subjuga ideias de um período aos ideais presentes em um período posterior. O modernismo, visto como um ideal estético, deixa transparecer o problema presente na ideia de "pré-moderno", desconsiderando que cada momento histórico tem uma noção particular do que é entendido por modernidade.

Considerando esses problemas conceituais, a própria existência de uma produção ou de um período pré-modernista é discutida por Alfredo Bosi que destaca (BOSI, 1974: 373):

> Se por Modernismo entende-se exclusivamente uma ruptura com os códigos literários do primeiro vintênio, então não houve, a rigor, nenhum escritor pré-modernista.
> Se por Modernismo entende-se algo mais que um conjunto de experiências de linguagem; se a literatura que se escreveu sob o seu signo representou também uma critica global às estruturas mentais das velhas gerações e um esforço de penetrar mais fundo na realidade brasileira, então houve, no primeiro vintênio, exemplos probantes de inconformismo cultural; e escritores pré-modernistas foram Euclides, João Ribeiro, Lima Barreto, Graça Aranha.

A literatura foi um dos principais veículos usados pelos intelectuais para colocar em discussão os problemas que os afligiam nas primeiras décadas do século XX (SEVCENKO, 1985). Lima Barreto e Euclides da Cunha são apontados também por Daniel Pécault como exemplos de reação ao isolamento e da vontade de colocar a literatura a serviço da "recuperação da nacionalidade", fazendo dela um instrumento de

transformação social e política (PÉCAULT, 1990: 23). Também Alfredo Bosi, assim como outros teóricos da literatura brasileira, destaca a importância desses dois escritores na formação de um novo ambiente literário nacional (BOSI, 2003). Antônio Candido, assim como Nicolau Sevcenko, ainda indica a importância da obra de Monteiro Lobato nessa linha de introdução na literatura de questões políticas e sociais (CÂNDIDO, 1975).

Contudo, em sua obra, Alfredo Bosi não aponta Monteiro Lobato e sua literatura como exemplos de modernidade. Ainda que considere que o autor tenha sido, após Euclides da Cunha e Lima Barreto, aquele que melhor soube apontar as mazelas físicas, sociais e mentais do Brasil oligárquico da Primeira Republica que se arrastava por trás de uma fachada acadêmica e parnasiana, Bosi caracteriza a obra de Lobato como exemplo da contradição moderno/anti-moderno. Nesse sentido, a visão de Alfredo Bosi aproxima-se daquela que vem sendo construída por Marisa Lajolo em suas obras. Não obstante, a interpretação desses dois autores se distancia quando Bosi aponta a obra de Lobato como símbolo de uma literatura arcaica e de um regionalismo pobre. Para além das características de sua escrita, a modernidade de Monteiro Lobato, segundo Marisa Lajolo (1985), também se expressa em sua forma de ação intelectual.

Para discutir a obra de Lobato a partir da ideia de modernidade, precisamos pensá-la a partir de dois ângulos: a modernidade presente em sua obra literária, expressa em seus escritos como símbolo daquilo que o autor considerava moderno; e a modernidade de suas ações, identificável em sua atuação como intelectual, empresário, editor etc. Para superar essa ideia de moderno e retrógrado, a obra deve ser analisada considerando o contexto em que o autor esteve inserido e o que era “ser moderno” para Lobato e para seus contemporâneos no momento especifico de sua produção, desfazendo os enganos construídos a partir da indicação do Modernismo como expressão de um tipo de interpretação da realidade mais “verdadeira” que aquelas que precederam esse movimento.

Como apontamos anteriormente, o moderno, na visão de Frederick Karl, é aquilo que pertence ao presente e se afasta de uma época remota (KARL, 1988: 23). Ligado a essa relação entre presente e passado, Monteiro Lobato tem sido visto sob dois pontos de vista opostos: por um lado ele foi apontado por seus críticos como um intelectual de ideias retrógradas e, por outro, definido por seus apologistas como

homem à frente de seu tempo. Ambas as visões retiram Lobato de seu próprio tempo. Se aqueles que o viam como retrógrado o ligavam a um tempo passado, os que o vêm como moderno o transportam para o tempo futuro, fazendo com que o autor permaneça deslocado das transformações características do momento de sua atuação intelectual e de sua escrita.

Para além dessas analises que produzem reflexões que se mantém inalteradas ao longo do tempo, é preciso questionar que tipo de relação que o autor mantinha com a ideia de modernidade. Nesse sentido, o argumento de Frederick Karl – em síntese: para esse autor, vários tipos de atitude perante o moderno podem se apresentar na obra de um artista ou em uma determinada época (KARL, 1988: 36) – nos auxilia na construção de outra interpretação da obra de Lobato. Seguindo essa perspectiva, percebemos que as transformações na obra de Monteiro Lobato revelam a passagem de um tipo a outro de atitude perante o moderno. Assim, as transformações verificadas na obra de Lobato nos apontam para a relação que o autor mantém com a ideia de modernidade presente no tempo de produção de seus textos, não sendo apropriado classificá-la como retrógrada ou contraditória, tal como verificamos na historiografia. Muito mais importante é considerar a modernidade como meio de adequação e acompanhamento das transformações ocorridas no contexto em que Lobato se encontra.

Na busca por respostas para a ligação de Monteiro Lobato com a ideia de modernidade, salientamos a dificuldade de se enquadrar o autor em uma definição rígida. A diversidade de sua obra faz com que ele não seja um escritor que possa ser colocado em “caixinhas”, sendo sua obra de difícil acomodação nas definições da teoria e crítica literária. Talvez tenha sido este o equívoco de parte da historiografia que se voltou ao estudo da obra de Lobato: tentar desvincular umas das outras as várias experiências com as quais o autor esteve envolvido e que deram à sua produção essa característica de diversidade. Assim, é preciso restituir a unidade da obra e das ações de Lobato, perdidas em meio a interpretações que dissociaram sua produção do contexto, mesmo quando anunciavam a tentativa contrária. Como já sugerimos, não se trata de, numa outra ponta, que levaria a outro equívoco, encarcerar a obra de Lobato a um “contexto único”.

O mapeamento da construção e das transformações constantes desse projeto possibilita o restabelecimento da unidade da obra demolida pelas criticas que apontam as alterações feitas pelo autor como contradições. Dessa forma, podemos confirmar que a modernidade do autor encontra-se expressa em sua capacidade de percepção das transformações políticas, sociais e dos debates intelectuais ocorridos em seu tempo e presentes em seus textos. Foi esse acompanhamento das transformações dos vários aspectos da vida política, econômica, cultural e social do país que provocou as alterações implementadas pelo autor em sua obra.

1.1.2. Símbolos de modernidade e relação com o moderno.

Ao propormos uma reflexão sobre a ideia de modernidade na obra de Monteiro Lobato, encontramos uma gama de possibilidades pelas quais podemos definir um roteiro de análise. São inúmeros os aspectos pelos quais é possível desenvolver essa discussão devido à atuação de Lobato em várias áreas com reflexos marcantes nos campos intelectual, político, social, econômico e cultural do país, ao longo de sua carreira. Podemos analisar sua concepção de modernidade e sua atitude perante essa ideia através das esferas artística e estética, tecnológica, comportamental, política, econômica, mercadológica e comercial etc.

Contudo, é preciso lembrar que não é nosso objetivo definir se sua obra deve ou não ser considerada moderna ou retrógrada – discussão que insiste em permanecer na historiografia -, mas apontar elementos que indiquem o que era essa modernidade para o autor. Essa análise possibilita a detecção de elementos que dão forma a um projeto de modernização presente na obra de Lobato que acreditamos estar relacionado à ideia de *Paulistanidade*. O fio condutor dessa análise alude às transformações nos símbolos de modernidade presentes nesse projeto exposto nos textos de Lobato e, como indicado por Frederick Karl (1988: 36), ao posicionamento desse indivíduo perante aquilo que era por ele (e em sua época) considerado moderno. Isso nos permite mapear a relação do autor com ideias e debates ligados à necessidade de modernização do país em vários âmbitos.

Algo apropriado para a análise da obra de Lobato é pensar que, segundo as palavras de Frederick Karl, o sentido de moderno em qualquer época sempre é o de um "processo de tornar-se" (KARL, 1988: 21), para então questionarmos: que transformações Lobato propunha para o Brasil? Por meio dessas transformações, o que o país deveria se tornar? Esse aspecto de transformação pode ser identificado tanto em Lobato como individuo, quanto no desejo de tornar o Brasil, o povo e a nação algo que ainda não eram. Tornar-se, no sentido empregado por Frederick Karl, é entendido então como um ato de mudança, de transformação. A ideia de modernidade exposta por Lobato tem esse sentido. A ideia de transformação é um dos fios condutores de sua obra. Essa transformação não se restringe às alterações internas na obra do autor, mas a um dos objetivos de sua escrita, que é promover a transformação social. Essa ideia de transformação contínua coincide com a ideia de modernização como um processo também contínuo de atualização técnico-científica, social, econômica e cultural, percebido na própria escrita de Lobato em *Mr. Slang e o Brasil*. Segundo o autor (LOBATO, 1959: 23):

> Nunca houve na terra progresso que não perturbasse o anterior equilíbrio da vida. A entrada do automóvel perturbou o equilíbrio da vida mesquinha de milhares de cocheiros de tilburi. Mas transformou esses homens. Os cocheiros são hoje *choferes*, gente mais bem paga e de um mais alto tipo de vida *[sic.]*.

Nesse trecho, Lobato destaca a necessidade de transformações, às vezes abruptas, cujo momentâneo prejuízo seria compensado com um "futuro de facilidades" (LOBATO, 1959: 23). Essa é uma forma de justificar a transposição dos interesses de modernização sobre as práticas culturais populares e tradicionais. A modernização é necessária, ainda que passe por cima de uma suposta "cultura tradicional". A ligação estabelecida por Lobato entre a ideia de progresso e a necessidade de transformação é um dos pontos definidores de seu projeto modernizador. Suas perspectivas de modernização e modernidade estão ligadas à ideia de progresso, fruto da própria formação de Lobato, muito associada à teoria evolucionista.

Outro trecho que demonstra a visão de Lobato sobre o que era entendido como modernidade pode ser encontrado no texto *O rádio-motor*, publicado

originalmente em jornais do interior de São Paulo e depois incluído em *Ideias de Jeca Tatu*. Escrevendo em 1910, o autor fala sobre uma recente experiência apresentada em Londres, de um carro movido à energia atômica. Lobato demonstra como o uso da energia nuclear simbolizava um avanço tecnológico e acenava para o caminho da modernidade. No texto, Lobato escreve (1964: 246):

> A supressão das distancias, o rápido devassar dos mares, as usinas imensas de onde saem todas as maravilhas da industria, a própria eletricidade e o mais que ensoberbece a nossa era – tudo, direta ou indiretamente, veiu do vapor d'agua. A idade contemporânea é filha do vapor como a idade subseqüente o será da força radio-ativa. Futuro e radio-atividade são termos que se misturam *[sic]*.

O futuro estava ligado à ideia de transformação, de avanço, de inovação. A ideia de progresso como "processo" para se atingir a modernidade refere-se então, para Lobato, a uma transformação que pode ser perturbadora ao costume generalizado, mas que renderia um futuro de comodidades, assim como já fora experimentado com a utilização da energia a vapor. Em outro trecho, Lobato ressalta que essas transformações visavam sempre facilitar a vida das pessoas (LOBATO, 1959: 23). Ainda que perturbadoras em seu início, as transformações empreendidas pela modernização tinham sempre como fim o bem-estar humano. Assim, a ideia de modernidade de Lobato refere-se à ideia de transformação, cujo sentido encontra-se relacionado a seu humanismo (CARDOSO, 2007), pois o objetivo do processo modernizador culmina no bem-estar e na comodidade humana.

Mas, retomando nosso questionamento, para Monteiro Lobato, em que o Brasil deveria se transformar? Quais eram os parâmetros adotados pelo autor para a elaboração desse projeto de modernização nacional? Como essas ideias foram aplicadas em sua análise sobre o Brasil? Uma característica da obra de Lobato é a contraposição de imagens na formulação de suas ideias. Através desse dialogismo, Lobato contrapõe a imagem do Brasil, marcado pelo atraso, pela ideia de sertão, pelo abandono e pela inconsciência, às experiências da Europa e dos Estados Unidos, adotadas tanto por ele quanto por grande parte dos intelectuais na Primeira República como parâmetros de modernidade e progresso.

Assim a ideia de transformação não se associa necessariamente à ideia de contradição como apontada na historiografia tradicional sobre a obra de Lobato, tendo em vista que, como demonstra Rosimeiri Cardoso (2007), há de se considerar o fato de o momento social permitir ou não a publicação de determinadas obras e a veiculação de algumas ideias. Como o próprio Lobato afirma em carta de 11 de fevereiro de 1926 a Godofredo Rangel[9] (LOBATO, 1959: 288), sua política literária era ficar nos extremos: só ler "os gênios e os imbecis, que são os mesmos gênios às avessas". Essa ideia de "ficar nos extremos" também é percebida em sua prática de escrita e reforça a transformação como característica ímpar de sua obra. Ele transita entre os extremos, seja para polemizar ou para adequar-se às novas contingências de seu próprio tempo.

É seguindo essa prática de contraposição de imagens que Lobato representa o país através do livro *Mr. Slang e o Brasil* (1927). Ao apresentar o personagem que dá título à obra, Lobato destaca que "a fome de pitoresco de Mr. Slang o faz correr o mundo" (LOBATO, 1959: 05) fazendo-o encalhar por trinta anos no Brasil. Neste texto o Brasil, representado pela Tijuca, é indicado como o mais pitoresco dos lugares visitados pelo inglês. A ideia de pitoresco, atribuída pelo autor ao personagem do livro, parte de um escritor que está analisando sua própria terra e revela como Lobato se coloca na condição de estrangeiro para falar de seu país. Esse é um dos exemplos que mostram que Lobato toma como parâmetros de modernidade os países europeus e os Estados Unidos[10]. O Brasil – representado pela Tijuca, no Rio de Janeiro, com sua natureza, seus cenários e seus personagens – é um lugar exótico e distante da ideia de modernidade que o autor almeja.

A relação de Lobato com a ideia de modernidade revela ainda, como indicamos anteriormente, uma contraposição entre passado e futuro. Essa relação pode ser percebida através dos relatos das experiências e expectativas (KOSELLECK, 2006) do autor em relação aos temas que discute em suas obras. Essa questão é percebida claramente na *Barca de Gleyre* na forma como, ao longo do tempo, Lobato constrói uma imagem de si para seu leitor imediato, Godofredo Rangel, e para o público que

[9] José Godofredo de Moura Rangel (1884-1951) foi escritor e jurista. Amigo de Monteiro Lobato desde que formam colegas no curso de Direito na Faculdade do Largo do São Francisco no início do século, trocaram cartas por mais de 40 anos ininterruptamente. Essas cartas foram reunidas e editadas por Lobato nos dois volumes do livro *A Barca de Gleyre* (1959).

[10] A presença dessa ideia na obra de Monteiro Lobato será mais detalhadamente discutida no segundo capítulo, onde analisaremos o conteúdo da *Paulistanidade* presente nos textos do autor.

recebe suas cartas através do livro publicado originalmente em 1946. Essa relação com temporalidades diversas – o tempo da escrita, o tempo vivido, o futuro projetado pelo autor - também pode ser identificada em outras obras, principalmente por meio dos debates em torno da ideia de modernização nacional. Isso encontra-se presente em *Problema Vital*, no que se refere à necessidade de transformar a sociedade como forma de melhorar as condições de vida da população e de construir um país melhor no futuro; em *Urupês* e nas *Cidades Mortas*, nas criticas às praticas tradicionais da população rural; em *América*, que revela sua admiração pelos Estados Unidos como símbolo do novo e parâmetro de modernidade; na sua literatura infantil, onde o autor aponta a necessidade de investir nas gerações do futuro.

É na *Barca de Gleyre* que o autor aponta em uma frase a importância que dava ao futuro como possibilidade de transformação da realidade por meio dos projetos que propunha para o país. Em carta de 8 de novembro de 1925, Lobato afirma a Godofredo Rangel (LOBATO, 1959: 282): "A coisa que menos me mete medo é o futuro". Esse arrojo característico da atuação de Monteiro Lobato como intelectual é demonstrado na passagem dos anos 1925-1927, período de sua estada no Rio de Janeiro e de grandes mudanças no Brasil.

1.2. LOBATO NO RIO DE JANEIRO: UM NOVO CAMPO INTELECTUAL

1.2.1. O desterro lobatiano.

Um dos pontos que se destacam na análise da obra *Mr. Slang e o Brasil* como uma leitura da Primeira República é o momento e o lugar onde Monteiro Lobato produz esses textos. Escritor marcado pela tradição paulista, símbolo da intelectualidade do estado de São Paulo, Lobato encontra-se no Rio de Janeiro entre os anos de 1925 e 1927. O ambiente intelectual, o cenário político e as características naturais e culturais do Rio de Janeiro se diferiam das de São Paulo, fato constantemente destacado pelo autor em artigos e cartas. Encontrando-se neste lugar, Lobato também vivencia de forma marcante o conflito entre esses dois estados pela hegemonia cultural no Brasil que ganhara força nas primeiras décadas do século XX.

Após quase uma década de destacado trabalho como editor e escritor, sobretudo por seu trabalho à frente da *Revista do Brasil* e da editora *Monteiro Lobato e Cia.*, em 1925, Lobato passa por uma mudança radical. O lugar de centralidade que ocupara no campo intelectual paulista (LUCA, 1999) é perdido a partir da crise econômica que se abate sobre sua editora. As causas dessa crise a uma empresa que se encontrava em plena expansão, com grandes remessas de livros no prelo, têm mais de uma faceta. Isso é apontado por Lobato nas cartas que envia a Godofredo Rangel ao longo do ano de 1925. Em uma dessas cartas, escrita em 11 de janeiro de 1925, ele afirmava (LOBATO, 1959: 277):

> A situação peora. A Light, que prometera restabelecer a força este mês, avisa hoje que fará nova redução na energia fornecida. Só podemos trabalhar agora 2 dias por semana! E como a horrenda seca que determinou essa calamidade continua, é voz geral que teremos completa suspensão de força em novembro. O desastre que isso representa para São Paulo é imenso; e como se juntou a crise da energia elétrica a crise da água da Cantareira e a crise bancaria, o mal é enorme *[sic]*.

Monteiro Lobato enfrenta o obstáculo da crise energética que atingira São Paulo nesse período, tornando necessário o racionamento de energia elétrica. Sendo as máquinas da oficina gráfica impedidas de funcionarem a pleno vapor, tornava-se inviável o atendimento pela empresa das enormes remessas de livros já encomendados à época. Outro percalço encontrado por Lobato foi a alta carga de impostos sobre o papel e da concorrência dos livros impressos em Portugal que eram isentos de impostos na importação – fato denunciado por Lobato no texto *Guerra ao livro*. Contra a legislação que sufocava, não apenas sua empresa, mas a indústria gráfica de forma geral, Lobato escrevia (LOBATO, 1959: 166):

> A mentalidade metropolitana d'antanho irmana-se agora com a mentalidade dos nossos republicaníssimos fazedores de leis. Ambos querem a mesma coisa: trevas mentais. Ambos guerream o mesmo dragão: o livro *[sic]*.

As taxações impostas à indústria gráfica equivaliam, na opinião de Lobato, com as leis do período colonial que proibiam o desenvolvimento da imprensa no Brasil. De forma semelhante Lobato via que as ações dos governos republicanos tinham o intuito de sufocar a indústria editorial e, por conseguinte, a própria cultura nacional. As constantes críticas às ações do Governo Federal fizeram com que Lobato se envolvesse em inúmeras polêmicas, principalmente por meio da imprensa. As polêmicas nas quais o escritor se envolvera apresentam uma dupla conseqüência: afirmaram a característica de independência do autor como marca de sua atuação intelectual, mas também contribuíram para a perda de espaço no campo intelectual de São Paulo, pois geraram críticas a seu pensamento dentro do próprio circulo em que atuava.

Também dessa forma as criticas à política republicana, principalmente durante o período de governo do presidente Artur Bernardes, renderam a Lobato várias inimizades, inclusive a do próprio presidente da República. No texto *Uma questão de honra nacional*[11], publicado em 20 de abril de 1922, que fora produzido por Lobato e endossado pela assinatura de inúmeros intelectuais e políticos da época, o autor defende a instituição do voto secreto no Brasil como forma de moralização da política nacional. A insistência na discussão desse tema tornaria ainda mais delicada sua relação com o presidente da República, tendo reflexos nos acordos comerciais que a editora de Lobato mantinha com o Governo Federal. Em agosto de 1924, Lobato escreveria também uma carta a Artur Bernardes denunciando que era esse afastamento entre a política e a opinião pública – sobretudo das elites – que causava o desinteresse pelos caminhos da nação e o caráter revoltoso da população (AZEVEDO *et al*, 1997: 151). Condenando as práticas dos governos republicanos, cujo resultado era o divórcio entre a política e a opinião pública, Lobato criticava duramente o presidente da República.

Um dos resultados dessa polêmica foi o cancelamento pelo governo de Artur Bernardes das edições de livros didáticos que seriam produzidos pela editora de Monteiro Lobato (AZEVEDO *et al*, 1997). Esse foi um duro golpe na empresa que já enfrentava o problema da crise energética nesse período. Não havendo outra saída, Monteiro Lobato teve declarada sua falência em meados de 1925. Em carta enviada a

[11] Carta aberta ao Dr. Carlos de Campos, assinada por treze intelectuais notáveis em São Paulo. Ver AZEVEDO, CAMARGO e SACHETTA, p. 155.

Godofredo Rangel, publicada na *Barca de Gleyre*, o autor escreve (LOBATO, 1959: 278):

> A crise de energia elétrica da Light vai dar-nos um tombo – mas ha de ser tombo passageiro. Breve estaremos novamente de pé. As feridas cicatrizarão e em um ou dois anos ninguém falará mais no caso. (...) Perdermos uma batalha, mas no fim ganharemos a guerra – como os ingleses. *[sic]*.

Escrevendo ao amigo em meio à crise, Lobato demonstra a gravidade da situação, mas já aponta uma perspectiva de manutenção de seus planos como empreendedor. Na carta seguinte a Godofredo Rangel, Lobato demonstra que seus planos já iam além da crise que atingia sua empresa e que pretendia dar continuidade a seu projeto comercial ao afirmar (LOBATO, 1959: 279).

> Ainda não posso dizer que rumo tomarão as coisas. (...) Pensamos em propor concordata com 50%, mas eu torço pela liquidação. Antes construir uma casinha nova e só da gente do que remendar um casarão de todo mundo. Havendo liquidação, lançaremos sem demora a Companhia Editora Nacional, pequenininha, com o capital de 50 contos em dinheiro e 2000 em experiência – e em poucos anos ficaremos ainda maiores que o arranha-ceus que desabou. Perder uma batalha não é perder a guerra *[sic]*.

Após já haver repassado o controle da *Revista do Brasil* para Paulo Prado, a *Monteiro Lobato e Cia.* é liquidada. Envolto por essa crise comercial, Lobato parte de São Paulo para o Rio de Janeiro onde, apesar do recente fracasso de sua editora, planeja fundar um novo empreendimento. Assim Lobato chega ao Rio de Janeiro comercialmente falido, mas com planos de dar continuidade a seu projeto gráfico interrompido na capital paulista. Mesmo antes de ver sua empresa atingida pela crise econômica, ocorre outro fato que tem grande representatividade no afastamento de Lobato do campo intelectual que dominara por quase uma década. Em carta da *Barca de Gleyre* de 7 de abril de 1924, Lobato relata a Godofredo Rangel esse momento (LOBATO, 1959: 264):

> Entreguei a *Revista* a Paulo Prado e Sérgio Milet e não mexo mais naquilo. Eles são modernistas e vão ultramoderniza-la. Vejamos o que sai – e se não houver baixa no cambio das assinaturas, o modernismo está aprovado *[sic]*.

Em uma relação marcada por constantes conflitos, Monteiro Lobato perde espaço no campo intelectual paulista ao passo que as correntes modernistas assumem um lugar de predomínio cultural. Essa alteração da posição de Lobato no campo intelectual, simbolizada pela perda do controle da *Revista do Brasil* - o carro chefe de sua atividade como escritor e editor na passagem da década de 1910 para a década de 1920 (LUCA, 1999) - é marcada ainda pela forma como esse episódio vai ressoar nos textos dos expoentes modernistas. Como já indicado, o mais simbólico desses textos é o *Necrológio* de Lobato, escrito por Mário de Andrade e publicado em 13 de maio de 1926 no suplemento paulista de *A Manhã* (AZEVEDO *et al*, 1997: 180). Nesse texto, Mário de Andrade escreve referindo-se a Lobato:

> A morna infecundidade e a precisão terrível de conquistar o pão de cada dia e assim umas três vezes por semana um jantar bem regado, necessidade fatal que o levou a publicar numerosas e inumeráveis obras com que generosamente serviu à farta as tendências e gostos do público ledor.

Para Mário a ausência de uma grande obra de sucesso como *Urupês* e a necessidade de sustento levaram Lobato a uma rotina incansável de publicações que atendiam ao gosto do leitor. A saída de São Paulo marcaria então a derrota final de uma carreira que já andava morna há tempos, carecendo de escritos de relevo, mesmo envolta num universo incalculável de publicações. Respondendo às críticas que iam além do texto de Mário de Andrade, Lobato se esforça para afastar a ideia de derrota no episódio que levou a seu afastamento do centro do campo intelectual paulista. Esse esforço é percebido na carta de 7 de maio de 1926 enviada a Godofredo Rangel, quando afirma (LOBATO, 1959: 292):

> Estou de sorte. Fui traduzido na Síria por E. Kouri, na Alemanha por Fred Sommer, na França por Duriau. E como de muito tempo ando com a Espanha e a Argentina no papo, já apareci em seis países. Quer dizer que só fali comercialmente *[sic]*.

Mostrando sua imensa capacidade de autopromoção, Lobato não esconde o orgulho de seu sucesso e busca reafirmar seu lugar de destaque no cenário intelectual brasileiro durante as décadas de 1910 e 1920. Afirmando que falira apenas comercialmente, Lobato aponta que mantivera preservado seu *status* de autor reconhecido pelo público, cujo talento e alcance de suas obras tornariam possível dar continuidade a seus projetos em outro cenário: o Rio de Janeiro.

1.2.2. Visões do Rio de Janeiro.

Mas não era apenas ao campo intelectual que Lobato demonstra a necessidade de adequação à nova realidade. Em uma de suas cartas a Godofredo Rangel, escrita em 8 de novembro de 1925, o autor deixa transparecer que sua relação com o Rio de Janeiro é marcada pela falta de identificação com a cidade (LOBATO, 1959: 283):

> A paisagem tropical me cansa. Sinto que vou logo me enjoar destes verdes eternos, destas palmeiras […] e do eterno Pão de Açúcar. Meu sonho é a paisagem dos países frios, com invernos, árvores desfolhadas, outonos vermelhos, neve – e depois a maravilha que há de ser a "ressurreição" da cor na primavera. […] Não tenho o índio ou o negro na alma. O tropicalismo me parece coisa de índio e negro da África *[sic]*.

As características naturais refletem o primeiro ponto de estranhamento de Lobato ao Rio de Janeiro. Mas transparece também um caráter cultural fundado em uma noção racial, quando Lobato aponta o tropicalismo como “coisa de índio e negro”. Dessa forma, o Rio de Janeiro é visto por Lobato sob uma perspectiva negativa

relacionada também às características atribuídas à sua população. Nesse sentido, as críticas de Lobato prosseguem (LOBATO, 1959: 64):

> O mal é a cabeça do país ser o Rio – aquela mazela em ponto cidade. O Rio é um fenômeno de parasitismo consciente e organizado, que em nada crê, pilheria a propósito de tudo, tem graça, é leve e por isso tudo terrivelmente venenoso e envenenante *[sic]*.

Como discutiremos adiante, o parasitismo é apontado por Lobato como característica inerente à população brasileira, diferindo-se das características encontradas no povo de São Paulo. Assim, o Rio de Janeiro, como cabeça do país, reflete as características negativas do Brasil, tornando a capital a expressão mais clara das mazelas que o autor atribuía à nacionalidade brasileira. Como forma de reforçar essa sua impressão do Rio de Janeiro, Lobato lança mão também da opinião de um político influente do período, a despeito das divergências entre eles. Monteiro Lobato escreve na carta de 8 de novembro de 1925 a Godofredo Rangel (LOBATO, 1959: 284):

> O Artur Bernardes me disse isto em Belo Horizonte, antes de ocupar a Presidência: "Só não mudarei a Capital Federal se me for impossível. Nunca haverá governo decente nessa terra enquanto a sede for no Rio – naquele antro". Eu hoje compreendo o que há de certo em tais palavras *[sic]*.

Dois pontos tornam essa passagem extremamente interessante. A ideia de transferência da capital para outra região do país que se apresentasse livre dos vícios encontrados no Rio de Janeiro. Assim, por um lado, Lobato afirma sua visão extremamente negativa da cidade como lugar desprovido do compromisso com o trabalho, dada a característica de parasitismo de sua população, e que se torna, como a cabeça do país, um péssimo exemplo para a nacionalidade. Por outro lado, Lobato lança mão da opinião de Artur Bernardes com quem tem inúmeras desavenças. Essa também é uma forma de percebermos como Lobato molda as opiniões alheias de forma a corroborar sua própria visão. O que une as opiniões desses dois homens, cujas

diferenças já eram percebidas no momento da escrita dessa carta e que se acirrariam logo em seguida – tendo como marca os textos de *Mr. Slang e o Brasil* –, é uma ideia de decência necessária ao governo e que não podia ser encontrada no Rio de Janeiro. Se até mesmo Artur Bernardes, eleito por Lobato como símbolo da imoralidade na Primeira República, atribuía ao Rio de Janeiro tais características, o que pensaria um homem moldado pela moralidade típica da *Paulistanidade*?[12]

Referências a essas críticas ao Rio de Janeiro também foram feitas por Assis Chateaubriand, proprietário de *O Jornal*, com o qual Lobato colaborara durante sua permanência no Rio de Janeiro. Segundo Chatô, Artur Bernardes não suportava o Rio de Janeiro e já sugerira anos antes a mudança da capital para o interior de Goiás. O carioca era visto como um "malandrim", um sátiro, ofensor da moral com sua nudez pecaminosa que faz desacreditar o prestigio da autoridade (MORAIS, 1994: 164). A possibilidade de uso político dessas críticas ao Rio de Janeiro, atribuídas a Artur Bernardes, não apaga sua proximidade com a visão de Monteiro Lobato. O fato de o autor paulista reconhecer em seus textos essas críticas demonstra que as divergências políticas não extinguia uma moral conservadora comum que moldava o caráter desses dois homens.

Contudo, é exatamente o caráter político que dá um sentido próprio às representações do Rio de Janeiro nos textos de Monteiro Lobato. Percebemos nas críticas feitas pelo autor à capital federal o caráter político de seus textos. A contraposição às características do Rio de Janeiro é encontrada em São Paulo. Nessa contraposição ao parasitismo carioca, Lobato destaca a vitalidade de São Paulo, percebida após o levante tenentista de 1924. Segundo o autor, "a guerra terminara pela manhã, e à tarde já havia homens remendando as fachadas" (LOBATO, 1959: 265). A crise de 1924 e o bombardeio da cidade são motivos de revolta para Lobato, pois para ele, "São Paulo é a terra da paz" (LOBATO, 1959: 266). Nas representações da cidade de São Paulo, a capital paulista é apontada também como a cidade moderna, onde "tudo é movido pela eletricidade" (LOBATO, 1959: 278).

[12] As questões relativas à ideia de *Paulistanidade* e o lugar atribuído por Monteiro Lobato a Artur Bernardes na história da República serão mais atentamente discutidos no segundo e terceiro capítulos, respectivamente.

Em contraponto, o Rio de Janeiro tem como característica sua natureza imutável. Enquanto São Paulo é o símbolo do trabalho humano, o Rio de Janeiro dá a ideia de um enorme cancro que parasita e suga toda a seiva do Brasil. Dessas características do Rio de Janeiro, Lobato molda a ideia de parasitismo defendido pelo personagem Mr. Slang. Esse é o principal motivo do inglês, estudioso do parasitismo social, residir por tanto tempo, cerca de 30 anos, na Tijuca, o lugar mais exótico e mais revelador do parasitismo humano já encontrado por Mr. Slang. Essa visão negativa de Lobato é sintetizada na frase: "ou o Brasil dá cabo desse Rio de Janeiro, ou o Rio de janeiro dá cabo do Brasil" (LOBATO, 1959: 284).

Não é novidade nesse período o conflito, por vezes velado, entre as elites intelectuais de São Paulo e do Rio de Janeiro pelo posto de centro irradiador da cultura nacional. Monteiro Lobato carrega a marca da disputa já presente durante o Império (RICÚPERO, 2004) e acirrada durante o período republicano entre elites que buscavam o domínio do campo intelectual brasileiro. Os conflitos entre São Paulo e Rio de Janeiro se estendem entre o campo político e cultural. Os dois estados disputaram o lugar de centralidade da cultura nacional devido ao crescimento econômico, verificado em São Paulo, ao final do século XIX, e à posição privilegiada que o Rio de Janeiro possuía por ser a capital do Império e permanecer como capital na República.

O curioso é perceber como o fortalecimento das ideias nacionalistas provoca o aumento do conflito no campo cultural entre as diferentes regiões do país. Esse conflito revela a busca pela essência da nacionalidade que, em São Paulo, disseminou a comparação entre o estado com as outras regiões do país como forma de valorizar as características da *Paulistanidade*. Seguindo esse roteiro, Monteiro Lobato aponta o Rio de Janeiro como um lugar "pavoroso" (LOBATO, 1959: 277) e Minas Gerais como "um estagno" (LOBATO, 1959: 291). As características de cada região podiam ser captadas na personalidade de seu povo. Essa possibilidade era apontada na indicação da operosidade do paulista ou na forte relação dos mineiros com sua tradição, sendo que tanto a operosidade quanto a tradição eram qualificações apontadas por Lobato como indicativas de caminhos de formação opostos para as referidas regiões. Essa visão também se aproxima do que Assis Chateaubriand aponta como características de Artur Bernardes. Segundo Chateaubriand, o comportamento do presidente à frente do governo estava relacionado ao ambiente isolado de Minas Gerais no qual fora criado. Essas

características impediriam que o presidente tivesse uma visão moderna que acompanhasse os anseios de São Paulo ou a vitalidade do Rio de Janeiro (MORAIS, 1994: 164) – ponto em que a visão de Assis Chateaubriand se afasta das ideias de Monteiro Lobato.

Na *Barca de Gleyre*, em carta de 11 de fevereiro de 1926, encontramos uma síntese da visão de Lobato sobre essa relação entre lugares e experiências diferenciadas, que pode ser aplicada à sua experiência em São Paulo e no Rio de Janeiro. Segundo Lobato, "no contraste reside o sabor das coisas e ninguém conheceria o doce do mel se desconhecesse o amargo da quassias" (LOBATO, 1959: 288). Dessa forma, estar no Rio de Janeiro reforçava em Lobato, como percebido em seus textos de *Mr. Slang e o Brasil*, as características positivas de São Paulo como lugar de modernidade, progresso e trabalho, e exemplo a ser seguido pela nação.

Outro ponto a se destacar é o fato de a então capital federal apresentar a Monteiro Lobato um novo cenário de debates em um período de crise econômica, política e social. Estando no Rio de Janeiro ao final do tumultuado governo de Artur Bernardes, Lobato acirra suas criticas ao que via como desmandos do presidente e como vícios do próprio regime político republicano. Nesse contexto, o autor não encontrava-se como voz isolada. No campo intelectual, foram inúmeras as criticas ao governo federal. O meio de ação mais influente e mais atuante desses intelectuais no Rio de Janeiro foi a imprensa. Do mesmo modo, junto a sua atuação como editor, o escritor Monteiro Lobato buscou seu lugar no campo intelectual carioca também através da imprensa.

1.2.3. A imprensa carioca e *O Jornal*.

Em seu livro sobre Assis Chateaubriand, Fernando Morais destaca que a "importação" de Monteiro Lobato de São Paulo para escrever para *O Jornal* fazia parte de um projeto de transformação da folha carioca em um veículo de grande circulação (MORAIS, 1994: 140). Para isso, Chatô arrebanhou intelectuais no Brasil e no exterior cujas colaborações dessem peso às edições do jornal que passava a seu controle. Essas mudanças em *O Jornal* revelam um processo que caracterizou a imprensa carioca

durante a década de 1920, com a implantação de um sistema mais voltado à produção capitalista das folhas, concretizando a estruturação dos jornais em empresas. Foi exatamente nessa imprensa em transformação que Monteiro Lobato encontrou um campo de discussão de suas ideias em sua passagem pela capital da República e *O Jornal* teve um papel importante na divulgação das polêmicas nas quais o autor se envolveu nesse período.

No Rio de Janeiro da década de 1920, há que se destacar o papel da imprensa para a formação do cenário intelectual e político. Lugar dos debates e das polêmicas, a imprensa encontrava-se dividida em grupos que disputavam a atenção e as paixões do público. Principalmente durante o governo de Artur Bernardes, uma disputa que apresenta inúmeros conflitos é a divisão dos jornais entre governistas e oposicionistas (SODRÉ, 1999: 370). Mais que um posicionamento político, a disputa pelo público leitor e as polêmicas suscitadas pelos jornais tornavam possível a sobrevivência da imprensa e dos escritores devido a essa separação entre campo opostos. As polêmicas promoviam os jornais, mantendo fiel o público leitor e garantindo a vendagem das edições que permitiam a muitos escritores terem a colaboração na imprensa como uma fonte de renda.

Nesse cenário, Monteiro Lobato encontra nos jornais cariocas não uma simples fonte de renda, mas um lugar para expor suas ideias. O autor tem o o posto facilitado pelo sucesso de sua escrita, desfrutado desde a década anterior por sua atuação na imprensa e no mercado editorial em São Paulo. Além d'*O Jornal*, Lobato também colabora com outras folhas no Rio de Janeiro enquanto reside na cidade. Em carta de 11 de fevereiro de 1926, presente n'*A Barca de Gleyre*, Lobato relata a Godofredo Rangel seu descontentamento com *O Jornal* devido às "letras miúdas e os erros de revisão" (LOBATO, 1959: 288). Apesar de afirmar a Rangel que deixaria de colaborar com *O Jornal*, nesse período, Lobato escreve a série de textos de *Mr. Slang e o Brasil*, publicadas na folha de Assis Chateaubriand. Apesar de na *Barca de Gleyre*, em carta de 12 de fevereiro de 1927 (LOBATO, 1959: 299), Lobato fazer alusão ao fato de *Mr. Slang e o Brasil* já estar pronto para ser publicado como livro, nas cartas não há referências à publicação dos textos em *O Jornal*. Contudo, Fernando Morais aponta para a participação regular de Lobato no jornal, a partir de 1926 (MORAIS, 1994: 147).

Nesse período, o escritor passou a colaborar também com *A Manhã*, como indica na carta de 11 de fevereiro de 1926, citada acima (LOBATO, 1959: 288). Pertencente a Mário Rodrigues, *A Manhã* era o jornal de maior tiragem do Brasil nesse período, devido à adoção de uma linha editorial que privilegiava temas cotidianos, tornando o jornal mais popular. Esse processo, que também ocorre no jornal paulista *Diário da Noite*, sob o comando de Oswaldo Chateaubriand, se caracteriza pela propagação de conteúdos populares, lançando mão de polêmicas e mesmo de notícias sem comprovação como forma de atrair o público leitor (MORAIS, 1994: 70). Outra folha em que Lobato publica seus textos é o *Jornal do Comércio*, que seguia uma linha mais conservadora que *O Jornal*, e que também passou para o comando do Assis Chateaubriand, durante a década de 1920.

Em carta de 8 de novembro de 1925 a Godofredo Rangel, Lobato fala sobre um convite para dirigir um jornal do Rio de Janeiro. Apesar do sucesso alcançado por Lobato na imprensa, o autor afirma estar pensando no convite, embora o jornalismo não lhe seduzisse (LOBATO, 1959: 282). Essa é outra face da relação de Lobato com os jornais e com a imprensa carioca. Lobato parece ter os jornais como um instrumento para expor suas ideias e seus negócios – sobretudo no campo editorial -, mas não se interessa por uma relação mais próxima com esse meio ao qual o autor dirige inúmeras críticas. Lobato estabelece uma relação com a imprensa visando preservar ao máximo sua independência.

No texto *Psicologia do Jornal*, Monteiro Lobato faz uma analise muito interessante d'*O Jornal*, ressaltando aspectos que fomentavam sua dúvida em tornar-se ou não colaborador dessa folha. Mesmo que expor a dúvida pareça ser o objetivo principal desse texto, ele revela ainda uma análise profunda sobre a imprensa carioca nessa época. Lobato expõe através desse texto a imagem que tinha dos órgãos de imprensa, quando escreve (LOBATO, 1959: 127):

> Cada folha tem sua feição personalíssima. É como o tom maior ou menor das musicas, esta linha mental que afina o órgão inteiro, do artigo editorial a mais simples notícia. Se fogem do tom, da linha, ai da musica! ai do jornal! Auditório e publico, chocados, torcem o nariz, resingam e acabam pondo o chapéu na cabeça *[sic]*.

A referência de Lobato à linha editorial dos jornais revela aspectos que ganhavam força na imprensa e também uma das características da personalidade do autor. Os limites impostos pela linha editorial da folha para a qual escreveria representavam para o autor o risco de perder a independência intelectual, que tanto marca sua carreira, caso aceitasse escrever para esse periódico. Mas ainda que não sucumbisse às imposições do jornal, o escritor corria o risco de desagradar o público leitor, cujos interesses tinham grande influência sobre a produção jornalística.

A preocupação com o público também se mostra presente de forma muito enérgica neste texto de Monteiro Lobato. Segundo o autor, "não há publico: há públicos, partidos, facções, gente afim em matéria de exigências mentais, tom, timbre, estilo, temas e até disposição tipográfica" (LOBATO, 1959: 128). A crítica ao estilo dos jornais já encontrava-se presente nos textos de Lobato desde meados da década de 1910. Em carta de 16 de janeiro de 1915, presente n'*A Barca de Gleyre*, Lobato escreve a Godofredo Rangel (LOBATO, 1959: 06):

> O estilo padrão mais em moda hoje desfecha no estilo de jornal, nessa 'mesmice' (...). Quem conduz a humanidade e esse estilo é o Mestre-Escola, é o Gramático Letrudo, são os mil 'Conselheiros' que no decorrer da vida nos vão podando todos os galhos rebeldes para nos transformar naqueles tristes plátanos da Praça da Republica – arvores loucas de vontade de ser arvores de verdade *[sic]*.

Assim, Monteiro Lobato analisa os recursos da imprensa na luta pela conquista do publico. A crítica não se direciona apenas à polêmica escolhida pela imprensa, mas, sobretudo, à forma de transmiti-la. Como bem se sabe, Lobato era ardoroso defensor da "modernidade da língua". Assim, os recursos engessados no estilo, na forma de escrita, na disposição tipográfica, entre outros elementos, auxiliavam o direcionamento dos jornais para determinados grupos sociais, expressando, então, a incapacidade de atingir um público leitor mais vasto e interessado. A prática jornalística deflagrara uma guerra pelo público durante a década de 1920 em que, segundo Lobato, escrever para um jornal significava escrever para um público específico a quem era preciso agradar. Contudo, o estilo do jornal podava a criatividade

do escritor, era esse o maior problema para Lobato. A necessidade de agradar ao público limitava o exercício de criação, "podando os galhos" rebeldes do autor.

Essa necessidade de agradar o leitor aponta para a segmentação do público leitor. Como característica do público – ou dos públicos – Monteiro Lobato aponta que os leitores das "velhas folhas" esperavam pela leitura dos jornais para formar suas opiniões, abdicando do pensamento próprio. Os leitores tinham a prática do tratamento dos jornais no singular - "Ainda não li o jornal" - ao invés de procurarem as diferentes opiniões nos distintos jornais disponíveis (LOBATO, 1959: 128). Defensor ferrenho da formação de uma opinião pública, Lobato critica duramente essa pratica da imprensa e do público carioca. Isso pode ser percebido nos textos de *Mr. Slang e o Brasil*, onde Lobato expõe a falta de ideias próprias como uma das características do homem brasileiro e uma das causas para a condição de atraso do país (LOBATO, 1959: 10).

Essa orientação dos jornais cariocas também é destacada por Nelson Werneck Sodré, que indica como essa característica não era uma exclusividade d'*O Jornal*. Essa segmentação do posicionamento das folhas perante seu público era uma pratica que se tornava cada vez mais comum em sua organização ao longo da década de 1920 (SODRÉ, 1999: 325). Quanto ao posicionamento político perante seu público, o biógrafo Fernando Morais menciona que *O Jornal* caracterizou-se como um diário das classes conservadoras sob a direção de Assis Chateaubriand (MORAIS, 1994: 170).

Também na visão de Monteiro Lobato, *O Jornal* não fugia à regra verificada na imprensa carioca. A folha é citada pelo escritor como "um prato diário com o tempero ao sabor de um paladar que não muda" (LOBATO, 1959: 128). As características do público leitor do jornal revelam uma constância na busca pela opinião. Para Lobato, o leitor se mantinha fiel ao jornal no qual tinha a certeza de que encontraria o que estava procurando. Dessa forma, um intelectual como Lobato, que prezava tanto a mudança, a transformação e a inovação, mas que, ao mesmo tempo, possuía grande facilidade em adequar seu discurso ao "gosto do freguês", deixa transparecer em sua análise a possibilidade dos textos que publica terem um sentido político direcionado para os grupos sociais que compunham seu público leitor, indicando aos grupos conservadores, que formavam o público leitor d'*O Jornal*, a necessidade transformações na política republicana.

Essa capacidade de Monteiro Lobato em escrever de acordo com o interesse do público já fora ressaltada por Mário de Andrade (AZEVEDO *et al*, 1997: 180). As críticas de Lobato a esse posicionamento dos jornais em relação ao público vão ao encontro do que Mário expusera em seu texto, já citado em outras circunstâncias. Para ele, a prática de Lobato em sua produção literária era exatamente a de atender ao que o leitor desejava ler como forma de atingir o sucesso nas vendas, mantendo assim a fidelidade do público e tendo sua escrita como meio para "conquistar o pão-de-cada-dia". Mário não parece estar completamente correto, pois, se assim considerarmos, perderemos de vista a capacidade transformadora e polêmica que acompanha a personalidade de Lobato.

Contudo, Monteiro Lobato é crítico à prática que se torna perceptível n'*O Jornal* a partir de meados da década de 1920. Fundado em 1919 por Renato de Toledo Lopes, *O Jornal* é comprado por Assis Chateaubriand em 1924. A partir de então, o novo proprietário empreende uma campanha cujo objetivo principal era transformá-lo no veículo de imprensa mais influente do Rio de Janeiro. Uma das características desse processo é a adequação de sua administração a uma estrutura mais capitalista, tornando-se mais voltada ao rigor no processo de produção. Segundo Tânia de Luca (1999: 36), esse processo de transformação nos métodos de produção jornalística, que teve início a partir do final do século XIX, resulta da necessidade de administração racional e a modernização de equipamentos, o que permite caracterizar a nova estrutura dos jornais como atividade industrial ligada à "lógica do capital".

É destacando essa característica que, no livro *Chatô: o rei do Brasil*, Fernando Morais aponta as reclamações de Assis Chateaubriand em relação ao comportamento boêmio de Monteiro Lobato (MORAIS, 1994: 147). O que irritou Assis Chateaubriand foi o costume do autor de ficar na redação conversando com os colegas de trabalho. Esse comportamento era uma prática na *Revista do Brasil***,** sendo uma das características que a definem como lugar de sociabilidade intelectual (LUCA, 1999). Em *O Jornal*, Assis Chateaubriand busca formar um campo intelectual em torno de si de forma diversa ao que Lobato empreendera à frente da *Revista do Brasil*. Quando Chateaubriand reclama do comportamento de Lobato, que ficava jogando "conversa fora" com os colegas na redação, evidencia-se que a lógica desse era outra, ou seja, ele não pretendia formar n'*O Jornal* um lugar de sociabilidade intelectual, estando suas

ações mais voltadas para a atividade política e o sucesso empresarial. Isso ressalta também os posicionamentos políticos divergentes de Lobato e Chateaubriand, já apontados na adoção de perspectivas distintas para a crítica ao governo de Artur Bernardes e no posicionamento em relação às ações de Washington Luis na presidência. A manutenção dessa independência pode ser percebida ainda na forma como Monteiro Lobato e Assis Chateaubriand tratam a questão da anistia aos envolvidos na Revolução, decorrente dos levantes tenentistas. O anseio de Chatô pela anistia e a recusa de Washington Luis em efetivá-la provocaram o estremecimento das relações entre o presidente da República e o jornalista (MORAIS, 1994: 169). Diferenciando-se do posicionamento de Chateaubriand, Lobato defende as decisões do presidente em seus textos de *Mr. Slang e o Brasil* (LOBATO, 1959: 101).

O ingresso d'*O Jornal* em um novo sistema de administração capitalista, que se afirmava durante a década de 1920, pode ser percebido também através do sucesso da publicidade em suas páginas. Assim como Lobato fora um ícone da publicidade na *Revista do Brasil*, Chatô demonstra uma grande habilidade nessa área no *O Jornal*, promovendo campanhas promocionais idealizadas por ele e inserindo um amplo número de anunciantes nas páginas do diário (MORAIS, 1994: 146). Foi essa forma de administração, aos moldes capitalistas e que Assis Chateaubriand implanta n'*O Jornal*, que causou a relutância inicial de Lobato em escrever para esse veículo. Todavia, apesar do conflito com o proprietário da folha onde publicava seus textos, em muito devido à necessidade de se enquadrar na linha editorial do diário, Lobato encontra nesse órgão, ao menos por um breve período, um campo privilegiado para a exposição de suas ideias, sobretudo as mais críticas ao governo de Artur Bernardes. Apesar das divergências, as criticas ao governo Bernardes foram o ponto de encontro entre Assis Chateaubriand e Monteiro Lobato, tornando possível a publicação da série de textos de *Mr. Slang e o Brasil*. Essa relação deixa aberta a possibilidade dessa série de textos ter sido encomendada a Lobato por Chatô. Apesar da impossibilidade de comprovação dessa hipótese, é preciso lembrar a afirmação de Antonio Candido de que "não se deve menosprezar o nó entre o texto e seu veículo" (SIMON, 2004: 56). Esse nó que une o texto ao seu veiculo de divulgação ressalta também a relação particularizada desenvolvida entre os cronistas e as empresas jornalísticas (SIMON, 2004: 55).

Assis Chateaubriand era um grande oposicionista do governo de Artur Bernardes (MORAIS, 1994: 144). Seguindo o posicionamento político de seu proprietário que também era o redator-chefe, *O Jornal* não tinha como objetivo ser um órgão de imprensa imparcial**.** O posicionamento político era uma característica da imprensa nesse período, onde a opinião do escritor era valorizada (QUEIROZ, 2008: 97)**.** Era fundamental o posicionamento do jornal e do cronista sobre os temas que discutia. Apesar da implantação por Assis Chateaubriand de uma nova forma de administração d'*O Jornal*, voltada para a produção capitalista e com uma forte orientação de sua linha editorial, Monteiro Lobato conserva sua independência intelectual mantendo uma prática que caracterizava a imprensa daquele período: o posicionamento político do escritor. Posicionamento independente que pode ser percebido ao longo dos textos de *Mr. Slang e o Brasil*.

1.3. A CRÔNICA NO CONJUNTO DA OBRA DE MONTEIRO LOBATO

Monteiro Lobato produziu ao longo de sua carreira intelectual uma obra extremamente ampla e diversificada, tornando um grande desafio a caracterização de sua produção literária. Sua vasta produção é composta por contos, crônicas, cartas e artigos, apresentando temáticas variadas que percorrem os territórios da cultura, política e economia. Essa produção tão ampla em conteúdo tem também uma grande extensão temporal, estando localizada entre o início da década de 1900 e o final da década de 1940. A maior parte dos textos produzidos nesse período foi reunida na coleção *Obras Completas de Monteiro Lobato*, organizada durante a década de 1940 com a participação do próprio autor. Essa coletânea composta por 34 volumes é dividia em Literatura Geral e Literatura Infantil – essa última apresentando também uma grande diversidade temática, o que deu a Lobato lugar de destaque na produção de livros para crianças e na formação de leitores no Brasil (SOARES, 2007: 173).

No conjunto da obra de Monteiro Lobato, *Mr. Slang e o Brasil* ganha destaque por uma característica muito particular de continuidade dos temas discutidos e dos personagens nos textos que dão a unidade ao livro. Nos livros de contos, cada texto tem um enredo próprio que, embora não seja necessariamente encerrado no próprio texto, apresenta uma independência dos demais. Essa característica é percebida inclusive nas crônicas que encontramos em algumas de suas obras, como naquelas

reunidas no livro *Conferências, Artigos e Crônicas*. Diferenciando-se dessa prática, os textos de *Mr. Slang e o Brasil* seguem um roteiro comum que dá unidade à obra de forma mais perceptível para o leitor. A manutenção dos personagens, a seqüência dos diálogos, o retorno em alguns textos a temas já discutidos em textos anteriores reforçam para o leitor a aparência de uma coerência interna da obra (SÁ, 1985: 83).

A verificação dessa continuidade nos textos e na coerência dos temas se deve também ao fato de a organização das crônicas de *Mr. Slang e o Brasil* em livro ter ocorrido em um período muito próximo à sua publicação n'*O Jornal*. Considerando o lugar de Monteiro Lobato no campo editorial nesse período – em 1926, Lobato comandava sua segunda empresa editora, a *Companhia Editora Nacional* -, a possibilidade de publicar em livro os textos de *Mr. Slang e o Brasil* foi um fator que provavelmente contribuiu para essa unidade da obra. Com os textos publicados no jornal carioca ao longo de 1926, em carta de 12 de fevereiro de 1927, enviada a Godofredo Rangel, Lobato já fazia referência à conclusão do trabalho de organização do livro, que, ele mesmo indicava, estava pronto para ser publicado (LOBATO, 1959: 299). Essa proximidade entre a produção, publicação no jornal e publicação em livro, somada à forte relação dos temas com os embates políticos, econômicos e sociais do período, apontam também para a possibilidade de transformação do livro em instrumento político.

Toda essa complexidade na construção de *Mr. Slang e o Brasil* demonstram o desafio que representa interpretar as idéias discutidas por Monteiro Lobato. Artigos, contos, crônicas: o primeiro desafio que esse livro apresenta para a leitura e análise é a definição de seu conteúdo. Trilhando um caminho que percorre os campos da literatura, do jornalismo e da escrita da História, os textos contidos nessa obra mostram uma imensa riqueza na construção de uma leitura sobre vários aspectos da vida nacional do período em que foram produzidos. Através de personagens moldados de forma a serem os signatários de opiniões e pontos de vista contrastantes sobre as grandes questões nacionais, Monteiro Lobato faz nestes textos um diagnóstico da República brasileira e, a partir dessa análise, projeta seu futuro.

Como ocorrido em outras obras como *Urupês* (1915) e *O Problema Vital* (1918), Monteiro Lobato não se restringe à simples análise ou ao apontamento daquilo que considera pontos problemáticos do país. Lobato se posiciona. Emite sua opinião

através de seus personagens. Elabora imagens da sociedade brasileira, apresentando-a como a vê. Faz jogos de palavras com seus futuros leitores. Demonstra sua constante preocupação com o futuro, seja no sentido de apontar a necessidade de modernização nacional ou na própria construção de sua escrita, onde transparece a preocupação do autor em estabelecer diálogos com seus futuros leitores, possibilitando o desenvolvimento de um pensamento crítico que contribuísse para a construção de um país moderno.

Os textos de *Mr. Slang e o Brasil*, escritos no momento de transição do governo de Artur Bernardes (1922-1926) para o governo de Washington Luis (1926-1930), nos transmitem indícios do clima de expectativa do autor em relação às mudanças na política nacional. Os debates propostos pelo autor vêm embutidos em uma análise que revela o ponto de vista de um ator histórico que se encontra envolto pelos acontecimentos. Isso faz com que o autor tenha uma percepção muito particular de tal experiência, revelando também as expectativas por seus resultados (KOSELECK, 2006). Em suma, Lobato constrói em *Mr. Slang e o Brasil* uma história da República a partir do ponto de vista de um cronista que busca desvendar os acontecimentos que levaram o Brasil à situação política, econômica e social em que se encontrava e, ao mesmo tempo, revela na idéia do "novo", da modernidade, do progresso e do trabalho o caminho para uma transformação da realidade social. Essa transformação partiria da ação. A escrita literária serviria também como um instrumento para essa ação transformadora **(**SEVCENCKO, 1985).

Nesses textos, Monteiro Lobato reafirma o conteúdo de *Paulistanidade* presente em seu pensamento. Sua empolgação pelo "novo governo" indica os anseios pela modernização nacional a partir do modelo paulista. Questões relativas à cidadania, às relações entre elite e povo e à formação de uma opinião pública ganham grande destaque em seus escritos. Os debates em torno de reformas econômicas e políticas e o papel das Forças Armadas na sociedade brasileira são abordados e se inter-relacionam ao longo dos textos em uma escrita que tem como objetivo ser facilmente compreendida. Lobato pratica um exercício de mediação (SOARES, 2007). Um trabalho de tradução para uma linguagem simples e acessível dos debates que pareciam distantes da compreensão de, ao menos, parte da população brasileira. Assim, os textos de *Mr. Slang e o Brasil* revelam o Brasil a partir de uma crônica política e social que

indica a imagem percebida por alguém que vivencia o desenrolar da cena, nos dando uma visão particular de um processo tão marcante para o país.

1.3.1. Os textos de *Mr. Slang e o Brasil*.

Os textos de *Mr. Slang e o Brasil* passam a imagem de uma aparente simplicidade. Contudo uma analise mais profunda demonstra o alcance das discussões que Monteiro Lobato propõe nessa coletânea. Um dos desafios para o desenvolvimento da pesquisa foi demonstrar como esses temas colocados em questão por Lobato revelam a construção de uma leitura da Primeira República, em que se apresenta uma concepção de modernidade e modernização ligadas à idéia de *Paulistanidade*.

Ao longo dos vinte e um textos reunidos no livro *Mr. Slang e o Brasil* (1927), Lobato esboça suas impressões mais fortes sobre questões políticas e econômicas da Primeira República. Mapeamos esses textos para identificar os temas mais discutidos e a disposição desses assuntos ao longo do livro. Nessa análise, percebemos que Monteiro Lobato parte da questão especifica da estabilização monetária proposta por Washington Luis como meta de seu governo. Essa discussão ocupa lugar central nos quatro primeiros textos do livro (*Da Balburdia de Idéias*, *Da Maçaroca*, *De Outras Opiniões de Manoel* e *Do Cruzeiro e Outras Miudezas*). Há também nesses textos fortes críticas às práticas dos jornais em não discutir o problema econômico de forma clara para o público. Nesses artigos, fica evidente que a tradutibilidade de temas que encontravam-se distantes da compreensão do público em geral era um dos objetivos principais da escrita do autor, caracterizando-o como um mediador cultural (SOARES, 2007: 222).

A partir do quinto texto (*O Carpinteiro de Southdown*) as questões políticas começam a ganhar espaço frente à questão econômica. Nesse texto, o governo de Bernardes começa a ser indicado mais claramente como responsável pela crise econômica. Essa questão política fica mais abrangente no sexto texto (*Do Período Ciclonico*). Nesse ponto, já praticamente não há mais referencias á questão da moeda. Nele é apresentada uma leitura mais ampla do período republicano como forma de destacar o momento crucial do regime na passagem do comando do país de Artur

Bernardes para Washington Luis. No sétimo texto (*Da Industria da Repressão*), é discutida a questão da Revolução[13] como resultado da má gestão do país verificada durante o "período ciclônico".

A partir do oitavo texto (*Da Camisola de Força*), a questão econômica volta a ser destacada pelo autor. Monteiro Lobato discute a questão do fisco como entrave para a atividade produtora nacional. No nono texto (*Da Proteção a Incompetência*), Lobato trata da questão da indústria e do protecionismo como elementos que iam contra a lei biológica da concorrência. No décimo texto (*Do Capítulo que Faltou*), Lobato discute a questão da cidadania relacionada à Revolução e ao fato de os males do antigo governo, como a burocracia, terem criado a possibilidade de uma restauração no novo governo sob o comando de Washington Luis. No décimo primeiro texto (*Da Estrada Alegre*), Lobato dá continuidade à discussão sobre a burocracia, apontando como uma de suas causas a miséria do funcionalismo público brasileiro.

O décimo segundo texto (*Dos Direitos Imorais*) é o momento em que aparece mais claramente a admiração do autor pelos Estados Unidos e pelas idéias de Henry Ford. Monteiro Lobato discute a questão da eficiência, tendo o fordismo como exemplo e a administração brasileira como seu oposto. A burocracia e a oposição entre interesse público e interesse privado são apontadas nesse texto como características da administração pública no Brasil, tendo também como contraponto a experiência norte-americana. No décimo terceiro texto (*Do Parasitismo Camuflado*), é discutida a questão do parasitismo no serviço público brasileiro, sinônimo de ineficiência e exemplo do descompromisso com as questões de interesse público, suplantados pelos interesses pessoais. Também nesse texto o autor inicia o debate sobre a Marinha e o Exército como símbolos do desperdício de recursos que deveriam ser aplicados na produção de riquezas. No décimo quarto texto (*Da Cabeça e da Mão*), Lobato continua sua análise critica das Forças Armadas, destacando sua ineficiência, e adentra no exame dos três poderes no Brasil como algo contrário à natureza. O autor indica que no Brasil haveria uma inversão dos papéis dos poderes em comparação com a Inglaterra, criticando as leis e retomando a questão da cidadania e do despreparo do povo para a participação

[13] O movimento de Revolução a que Lobato se refere nos textos de *Mr. Slang e o Brasil* são os levantes ocorridos a partir de 1922 sob a liderança de componentes do exército resultante dos movimentos genericamente chamados de *Tenentismo* e do movimento cívico-militar surgido a partir desses levantes tenentistas e que estiveram sob a liderança de Luís Carlos Prestes – a Coluna Prestes.

política.

No décimo quinto texto (*Da Importação de Cérebro*), Monteiro Lobato discute a necessidade de melhorar o sistema de transporte para promover o desenvolvimento do país. O autor aponta como os estados de São Paulo e Santa Catarina se diferenciavam do "resto do Brasil" devido à influência do estrangeiro nessas regiões. No décimo sexto texto (*De Frutas e Livros*), é retomada a análise do papel da Marinha. Lobato demonstra sua concepção de modernidade na comparação do papel da Marinha, após a invenção do avião, apontando que as Forças Armadas se tornaram ultrapassadas devido à falta de visão dos políticos, incapazes de acompanhar o desenvolvimento da indústria de Defesa. O autor retoma ainda o debate sobre a lei do livro como gancho para tecer suas criticas aos congressistas brasileiros.

No décimo sétimo texto (*Dos Ladrões*), é discutida a relação entre o caos da economia e do serviço público com a necessidade de tapar os buracos por onde escorrem as rendas do país. Esse texto se destaca por uma visão extremamente positiva e esperançosa da nacionalidade que não esteve presente em nenhum outro texto do livro. Destoando dos demais textos, por meio dessa visão positiva da nacionalidade brasileira, o autor demonstra um posicionamento ainda mais claro de sua defesa de São Paulo e do governo de Washington Luis em oposição às tradições mineiras, apontadas como representativas do Brasil, e às ações do governo de Artur Bernardes. Seria possível transformar o Brasil, pois o país tinha um grande exemplo a seguir: o estado de São Paulo.

No décimo oitavo texto (*Do Suplício da Senatória*), Monteiro Lobato discute possíveis denúncias de corrupção contra o governo de Artur Bernardes e o ato do novo governo de não divulgá-las como forma de impedir um crescimento da Revolução. Para o autor, esse movimento teria cumprido seu papel, mas precisava ser encerrado naquele momento como forma de contribuir para a nova ordenação do país que seria realizada pelo governo de Washington Luis. O autor ainda discute a questão da justiça e o papel da opinião pública no Brasil com claras críticas a Artur Bernardes e apologias a São Paulo e ao governo do novo presidente. No décimo nono texto (*Das Elites*), Lobato aponta alguns elementos da visão nacionalista brasileira que, visando defender a grandeza do país, passara a ver as coisas de uma maneira míope. Nesse texto, Lobato deixa transparecer de forma muito clara o conteúdo elitista de seu pensamento. Essa

defesa clara de um posicionamento elitista permanece no vigésimo texto (*Dos Trinta Homens*). Nele, Lobato aponta para a existência de uma elite moral e intelectual brasileira que esperava o chamado para ocupar seu lugar na cena política nacional. Retornando ao conteúdo higienista com o elogio às ações de Belisário Pena, Lobato ainda estabelece um caminho para a revisão da figura de Luis Carlos Prestes como um dos integrantes dessa elite, apontando-o como um homem que seria reconhecido como herói nacional dali a poucos anos. Na *Nota Final*, Lobato retoma a discussão sobre a Marinha como símbolo de zelo de seus homens, mas como algo inútil para o Brasil, indicando a necessidade de o país investir na aviação.

Como foi possível registrar por meio da síntese temática apresentada, nos textos de *Mr. Slang e o Brasil* há a permanência de alguns assuntos no centro do debate empreendido por Monteiro Lobato. Questões como a sucessão presidencial, a reforma econômica de 1926, a Revolução surgida dos movimentos tenentistas, as críticas ao governo de Artur Bernardes, a moralização da política nacional, a crise das Forças Armadas, entre outras, encontravam forte apelo na opinião pública. Dessa forma, as opiniões tecidas por Lobato por meio dos personagens de seus textos teriam também rápida repercussão sobre seus leitores. Essa proximidade com questões presentes no cotidiano do público reafirma o potencial de instrumento político dos textos de *Mr. Slang e o Brasil* e salienta a perspectiva de influência sobre o ambiente no qual autor e texto encontram-se inseridos.

Analisando as características da escrita de crônicas de Rubem Braga, Jorge de Sá aponta três recursos constantemente presentes nesse gênero literário e que nos auxiliam na discussão dos textos de *Mr. Slang e o Brasil*: o dialogismo, o narrador-repórter e o despistamento temático (1985, 19):

> Os recursos utilizados pelo cronista lhe atribuem o valor literário: no caso de Rubem Braga, vão do simples dialogismo com um leitor hipotético, passam pelo narrador-repórter, que, por ser o autor mesmo, não manipula os truques da ficção sempre, e chegam ao despistamento temático: imitando a estrutura da conversas, o cronista começa a falar de um tema (ou subtema) e acaba nos conduzindo a outro tema bem mais complexo, embora nem sempre imediatamente percebido por nós.

Lançando mão desses recursos, o autor consegue introduzir os temas que deseja discutir de uma forma mais amena, dando a impressão de "conversa fiada", mas atingindo o objetivo de formar opinião ou provocar o questionamento do leitor. Outro recurso também utilizado pelo cronista é a aparência de não querer se colocar na pele de um narrador. O uso desse recurso provoca o desvio do foco narrativo da primeira para uma falsa terceira pessoa. Nesse cenário, o narrador assume uma máscara ficcional, embora saibamos que quem fala na crônica é sempre o próprio cronista (SÁ, 1985: 23).

Esse jogo de dialogismo entre escritor e leitor encontra-se presente também na construção dos textos de *Mr. Slang e o Brasil*. As opiniões do autor são expostas por meio não apenas de um, mas de dois personagens. O narrador-personagem de Lobato – o interlocutor brasileiro que conversa com Mr. Slang - expõe opiniões que representam o que o autor via como característica da mentalidade brasileira. Esse ponto de vista do homem brasileiro encontra-se, de forma geral, próxima da inconsciência e da incapacidade de análise dos problemas nacionais. Em contraponto, é por meio das palavras do inglês Mr. Slang que o autor expõe as idéias que possibilitariam a transformação da realidade nacional. Por meio das palavras desse personagem, Lobato expõe suas idéias para a transformação da realidade nacional. O personagem inglês é o homem sábio que analisa de forma racional esses problemas e orienta o personagem brasileiro na formação de uma opinião sobre a "realidade do país". O próprio título do livro, *Mr. Slang e o Brasil*, faz referência a essa relação, pois transparece nos textos um diálogo entre o sábio inglês e o próprio Brasil, representado por um personagem que simboliza a mentalidade nacional, na perspectiva lobatiana.

Como aponta Jorge de Sá (1985: 28), a perspectiva do cronista é de distanciar-se do narrador. Por seu objetivo revelar e discutir idéias que atinjam de forma mais eficaz o leitor, esse distanciamento é uma forma de garantir a "neutralidade" do discurso, como se o narrador estivesse falando algo sem importância. Assim, o autor atinge seu objetivo sem forçar a compreensão do leitor. Dessa forma, Lobato constrói o confronto entre esses dois pontos de vista – o do sábio Mr. Slang e o de seu interlocutor brasileiro. As dúvidas sobre os problemas do país são expostas pelo personagem brasileiro que narra seus encontros com o inglês. O fato de ser o brasileiro o narrador das conversas dá ao leitor a aparência de distanciamento entre o autor dos textos e o

personagem Mr. Slang, através de quem Lobato expõe suas idéias para a solução dos problemas nacionais.

É nesse sentido que os textos de Monteiro Lobato em *Mr. Slang e o Brasil* alcançam o lugar de instrumento político. Como aponta Mikhail Bakhtin, o texto é materialização do discurso (*apud* ASSIS, s.d: 01). Os textos de Lobato são a materialização de um discurso político de crítica ao governo de Artur Bernardes que apresenta os indícios de uma interpretação da realidade brasileira relacionada à *Paulistanidade*, onde o estado de São Paulo é apontado como o símbolo de modernidade e progresso a ser seguido pelo Brasil, sendo o novo governo, comandado por Washington Luis, o signatário dessa transformação.

1.4. A ESCRITA DE CRÔNICA: INTERAÇÕES ENTRE JORNALISMO, LITERATURA E HISTÓRIA

Monteiro Lobato foi um intelectual cuja produção circula por diversos campos. Dessa forma, estudar sua escrita de crônicas nos ajuda a discutir esses deslocamentos do autor e a construção discursiva que empreende sobre o tempo dessa escrita. Para isso, buscamos captar a diferença da escrita de crônicas em relação a outros gêneros literários e aos diferentes ambientes pelos quais o cronista circula, tais como a Literatura, o Jornalismo e a História.

Um primeiro ponto a ser destacado para a análise de *Mr. Slang e o Brasil* como exemplo do gênero "crônica" é o fato desse tipo de escrita encontrar-se colada ao momento de sua produção. Contudo, apesar do fato de ser resultado da observação dos acontecimentos cotidianos, essa escrita não pode ser tratada como "puro ou mero reflexo do real". Essa relação de proximidade com os fatos aos quais se refere é um dos pontos que tornam a crônica uma fonte extremamente rica para o historiador, pois ela permite observar como o cronista exprime, interroga-se e examina o seu tempo. Reforçamos uma vez mais: isso não significa que a crônica fuja ao jogo entre tempos diversos na escrita, como se ela redundasse apenas em "texto presente". Apesar do "viço dos acontecimentos" parecer ser a fonte primeira do escrito, ainda assim, há que se considerar que a temporalidade mescla "experiência, expectativa, análise e projeto". Para o caso de *Mr. Slang e o Brasil* parecem evidentes tanto o desejo de expor um

“diagnóstico da situação brasileira” (diagnóstico do “tempo presente”, com o qual os leitores se reconhecessem, tal como solicitava Lobato para a escrita jornalística), quanto o de propor a mudança, desde já indicada e personalizada na figura de Washington Luís e no modelo paulista. Assim, localizam-se projeto e expectativa de futuro, que o escritor não podia determinar, mas com os quais interage.

A crônica é para a História o registro de como, em outro tempo, os homens estabeleciam representações para si mesmos e para o mundo (PESAVENTO, 2004: 63). Considerando essa indicação, é preciso ter claro também que, tal como qualquer outra fonte histórica, a escrita da crônica não é uma cópia do real. Antes ela é uma construção empreendida por um autor que também é um ator histórico. Ele pode ser identificado e localizado no campo no qual atua. Como indica Jorge de Sá, na crônica, o autor não perde de vista que “o real não é meramente copiado, mas recriado” (SÁ, 1985: 11). Consciente dessa característica da escrita, o autor constrói uma imagem da situação que analisa, amparado na forma como deseja que seu leitor a veja – joga, assim, com os prazeres da leitura, numa fórmula que alia “convencimento, reconhecimento e recriação”, atividades colocadas em andamento pelo leitor, conforme toma contato com o que lê. Através do ponto de vista do cronista, constrói-se uma leitura do mundo que é transmitida para seus leitores imediatos e para a posteridade. Contudo, isso não pode ser visto um ato maquiavélico, em que o autor indiscriminadamente manipula a opinião de seu público, pois assim corre-se o risco de caracterizar o ator histórico como alguém que tem o domínio e o alcance total de suas ações. No sentido de transmissão de um tipo de interpretação do mundo, os textos de Lobato davam aos leitores a possibilidade de adotar ou formar uma opinião a partir do ponto de vista do cronista, que também chegou aos nossos dias como uma possibilidade de releitura da Primeira República. Não há como negar que Lobato, como intelectual dos primeiros anos republicanos, tinha a perspectiva de que seus escritos interviessem nos destinos do país.

Essa característica da escrita de Monteiro Lobato é apontada nos próprios textos de *Mr. Slang e o Brasil*. Neles, Lobato discute amplamente os debates políticos que movimentavam o país durante o período republicano. Como característica da própria escrita de crônica, seus textos davam a possibilidade de ampliação da interpretação da realidade através de uma discussão sobre o cotidiano que se diferenciava dos textos informativos, privilegiando o potencial lúdico desse gênero.

Como destaca Jorge de Sá, cada indivíduo vê o mundo sob um determinado ângulo, fazendo com que a verdade torne-se uma experiência pessoal. Nesse sentido, essa característica lúdica alimenta o jogo ilusório que é constitutivo da própria realidade. Desse modo, "eliminar o jogo ilusório é eliminar a própria realidade, estimular o jogo é ampliar o alcance do real" (SÁ, 1985: 49).

Essa ampliação da possibilidade de interpretação presente nas crônicas de Monteiro Lobato nos remete a outro ponto característico do gênero que também pode ser identificado na escrita do autor: o empenho do cronista em intervir no tempo no qual está inserido. Através de sua escrita, o autor busca discutir questões que estão presentes no contexto em que se encontra inserido, revelando o interesse[14] de intervir em seu tempo. Apontando para a relação do escritor com seu público, a crônica caracteriza-se por revelar objetivos claros do autor em relação a seus futuros leitores. As características da escrita de crônica apontam para os objetivos de ensinar, comover e deleitar, revelando um interesse em provocar uma reação do público, seja no sentido de possibilitar a percepção das transformações sociais que ocorrem ao longo do tempo; de apontar as falhas da sociedade na qual autor e leitor estão inseridos ou, ainda, analisar um fato corriqueiro que, contudo, provocará a reflexão do leitor (SÁ, 1985: 22).

Em seu trabalho sobre crônica, Jorge de Sá (1985) destaca também a importância da observação direta para que o narrador possa registrar os fatos de maneira que, mesmo os mais efêmeros, ganhem certa concretude, o que impede que esses fatos caiam no esquecimento (SÁ, 1985: 06). A forma de escrita do cronista e o tratamento e importância que dá a cada fato determinam que esse ou aquele acontecimento seja ressaltado e permaneça para além da leitura imediata. Selecionando em seu cotidiano e no de seus leitores, o cronista põe em discussão questões que estão aparentemente desprovidas de qualquer conteúdo político, mas que, a partir de uma leitura mais atenta, revelam a utilização da crônica como instrumento de crítica – política e/ou cultural.

Nesse sentido, *Mr. Slang e o Brasil* demonstra o destaque para fatos que compõem a "história" que o autor quer contar. Os textos revelam uma relação muito

[14] A idéia de interesse, conceito extremamente problemático para historiador por remeter a um conteúdo estritamente psicológico e que, portanto, não pode ser verificável, aqui se refere não apenas à intencionalidade da escrita, mas aos elementos políticos que essa escrita revela e às suas apropriações, considerando também o lugar do autor no campo intelectual, político e social no momento de sua escrita (MICELI, 2001: 92).

fértil e profunda entre a escrita de Monteiro Lobato e o momento no qual essa escrita se realiza. A intervenção política e social é uma das características da obra lobatiana, sendo, de certa maneira, as diferentes formas de intervenção social e política que acabam por definir a divisão da obra de Lobato proposta por Marisa Lajolo (LAJOLO, 1985). Os três tempos do Jeca Tatu, que já destacamos anteriormente, revelam esses diferentes posicionamentos, mas têm como ponto em comum a interferência do autor em seu momento de produção. Essa característica pode ser percebida nas críticas ao caboclo de *Urupês* (1914), quando Lobato o considera o culpado pelo atraso nacional, e, depois, em seu engajamento nas campanhas sanitaristas a partir de 1918, que buscavam solucionar os problemas de saúde pública, sobretudo no meio rural, quando a ótica sobre o "caboclo" se modifica**.** Além desses eventos localizados entre as décadas de 1910 e 1920, Lobato ainda ingressou na defesa das idéias comunistas de Luís Carlos Prestes - como pode ser percebido em *Mr. Slang e o Brasil* e no texto *Zé Brasil* produzido durante a década de 1940 - como uma forma de intervenção no momento de sua escrita[15].

A análise de Marisa Lajolo nos ajuda a identificar essa interferência em seu tempo de produção que caracteriza os textos de *Mr. Slang e o Brasil*. A recepção desses textos pelos leitores colocam em questão não apenas os conflitos entre os personagens fictícios, mas os debates que compõem o "pano de fundo" da escrita – que fique bem registrado: não há um "pano de fundo" anterior à escrita, mas sim um "pano de fundo" que interage com a construção do texto, sendo o texto uma vez mais modificado com a recepção. Nos diálogos entre o inglês da Tijuca e o personagem brasileiro presentes em *Mr. Slang e o Brasil*, são "fatos cotidianos" que compõem os enredos. Ainda que os diálogos jamais tenham acontecido concretamente, dado que os personagens são fictícios, eles remetem a debates que ocorriam nos ambientes dos leitores. No escrito de Lobato, a verossimilhança é aprofundada, uma vez que diálogos inventados aludem a possíveis situações de todo dia. Assim, as opiniões tecidas servem para complementar essas discussões. Dessa forma, o texto tem ao menos uma possibilidade bem plausível de interferir em questões efetivas do seu ambiente de produção.

[15] Essas obras não se enquadram no gênero da crônica, mas revelam a preocupação do autor em transformar o contexto no qual esteve inserido.

Essa possibilidade é ainda maior devido ao tipo de linguagem adotada pelo cronista. A linguagem visa tornar mais acessível ao público a compreensão da mensagem que o autor deseja transmitir. Essa compreensão é facilitada pela presença na escrita de crônica de um dialogismo que equilibra a relação entre a linguagem coloquial e a literária (SÁ, 1985: 11). É essa característica que faz da crônica um gênero discursivo hibrido, composto por elementos de oralidade e escrita (ASSIS, s.d: 01). Esse jogo de linguagens, que se tornou uma marca da escrita de Lobato, configura a característica de mediação presente em sua obra. Em *Mr. Slang e o Brasil*, Lobato traduz para uma linguagem mais acessível os termos do campo econômico e político que poderiam ser de difícil compreensão para os leitores na forma como eram apresentados nos jornais. Para Lobato, isso podia ser facilmente detectado no modo como os jornais discutiam o problema da estabilização monetária durante o ano de 1926. O uso de termos técnicos cunhados por "*experts technical*', tornava incompreensível para o público o problema enfrentado pelo país (LOBATO, 1959: 14).

Em seus textos, o autor deixa claro o objetivo de tornar o problema monetário compreensível a seus leitores. Para isso ele busca referências a experiências cotidianas próximas à realidade de seu público, tais como o cálculo dos gastos com despesas domésticas. Sua escrita é analógica: o cálculo de gastos domésticos serve para a comparação, encontra-se uma lógica reconhecível por meio da qual se passa a discutir a ordenação da economia do país ou a explicar o problema monetário, do ponto de vista de um caixeiro de venda ou de uma empregada doméstica. Por meio desse trabalho, próximo a uma tradução, Lobato exerce também o papel de mediador cultural (SOARES, 2007)[16], tornando acessível e compreensível ao público os problemas do país, abrindo a possibilidade de novas interpretações da realidade social e política por meio de recursos lúdicos característicos da crônica.

[16] Gabriela Pellegrino Soares utiliza as mediações vinculadas às instâncias de produção, portanto, elas seriam "relativas a escritores, educadores, bibliotecários e editores" em "diálogo com concepções de educação integral", "tributárias da moderna pedagogia" (2007, p. 18). Seu tema, embora tenha aproximações com o nosso, apresenta objetivos bem distintos. Ainda assim, com base na leitura de *Semear Horizontes* (2007), nos apropriamos da figura de Lobato como um "mediador", trazendo, para o nosso interesse, não suas relações com a editoria, o mercado editorial ou a tradução especificamente, mas como autor e cronista que, ao impor a polêmica, visa construir interpretações e "conformar horizontes culturais". Sem dúvida, a associação entre a crítica ao republicanismo dos primeiros tempos e a *Paulistanidade* é uma expressão não apenas do desejo do debate, mas da proposição de intervir na "conformação de horizontes" (SOARES, 2007, p. 20), que, se parecem próximos (e restritos) à política, a ampliam, interagindo com o terreno cultural. Indubitavelmente, Lobato, em *Mr. Slang e o Brasil*, também anuncia as transformações humanas necessárias a um cidadão verdadeiramente republicano.

Como apontamos anteriormente, a escrita lobatiana tem como uma de suas principais características a idéia de transformação da "realidade social", servindo de instrumento político para as campanhas nas quais Monteiro Lobato se envolveu ao longo de sua trajetória intelectual. Dessa forma, o anseio pela transformação que acompanha Lobato encontra na característica da escrita de crônica, o interesse em intervir no momento no qual está inserido, um campo fértil para a veiculação do posicionamento político que o autor adota. Isso se revela na junção entre a construção literária de seus textos sobre o pano de fundo do ambiente republicano e da cidade do Rio de Janeiro , com constantes referências a fatos e a "personagens reais".

1.4.1. A crônica, entre ficção e realidade.

Conforme anunciado, a crônica não é "um reflexo exato do real". Essa preocupação com a realidade do tempo presente, com a construção de um conhecimento eficaz para a solução dos problemas nacionais e com a idéia de verdade na discussão desses fatos marcou a atividade intelectual no Brasil, durante as primeiras décadas do século XX. Em escritos outros, que não de Lobato, esse compromisso com a idéia de "verdade" pode ser encontrado, tal como no caso do jornalista Pedro da Costa Rêgo, que buscava afirmar a veracidade de seus pontos de vista sobre os caminhos adotados pela Revolução de 1930 (SANDES, 2008: 43). De forma semelhante, essa preocupação com a verdade transparece também na obra de Barbosa Lima Sobrinho, cuja identificação é possível já no título de seu livro mais conhecido: *A verdade sobre a Revolução de Outubro* (1933).

A presença dessa preocupação entre os cronistas é ainda mais perceptível devido ao fato de, transitando entre a literatura e o jornalismo, reconstruírem ludicamente os acontecimentos reais. Como aponta Sandra Pesavento (2004: 66), a crônica não pode ser vista como transparência, pois isso retiraria do ato da escrita todo o seu potencial criador. Diferente do conto, que está mais eminentemente ligado à ficção, a crônica tem como base um acontecimento real, mas que é ficcionalizado no processo de escrita (SÁ, 1985: 19). Mais uma vez, é preciso destacar que a designação do gênero "crônica" é extremamente genérica, contribuindo para sua característica de ambigüidade (SÁ, 1985: 28). Assim, não seria correto, nem é nosso objetivo, afirmar que o conto

esteja mais próximo da ficção, ao passo que a crônica se aproxima da realidade. Essas dicotomias não melhoram a explicação do gênero, que é mesmo complicada e híbrida. Destacamos, sim, que a crônica utiliza referências a "fatos reais", mas seu caráter literário liga-se, também, à ficcionalização desses fatos e personagens, configurando assim sua característica de "recriação do real".

Considerando o estatuto literário da crônica, não perdemos de vista a relação entre autor, texto e contexto. Apesar dos textos de Monteiro Lobato preservarem seu caráter de literatura, o autor discute questões que estavam postas para o público e interferiam no contexto social no qual ele próprio encontrava-se inserido. Como indicado por Luis Carlos Simon (2004: 55), o fato de a crônica ser escrita em jornal – como ocorre no caso de *Mr. Slang e o Brasil* - não faz com que o texto perca seu caráter literário. Mesmo referindo-se muitas vezes a fatos e a atores reais, os textos de *Mr. Slang e o Brasil* também não perdem seu caráter ficcional. Ainda sim, mesmo lançando mão de uma escrita ficcional, Lobato discute questões em pauta, quando escreve. . Em certa medida, o autor "ficcionaliza fatos reais" e, ao mesmo tempo, dá uma aparência de "realidade aos personagens fictícios".

Essa aparência de realidade é percebida na caracterização de personagens como o brasileiro que dialoga com Mr. Slang, o caixeiro de venda que discute economia com o inglês ou a empregada da casa do personagem central dos textos. Dessa forma, Lobato abre a possibilidade do leitor se identificar com os personagens e inserir em seu cotidiano os debates propostos pelo autor. Já a ficcionalização da realidade transparece na referência a fatos e a atores conhecidos, ao longo dos textos. O autor constrói representações de forma a corroborar seus pontos de vista e as idéias que defende. Lançando mão de referências a fatos e pessoas conhecidas, ele constrói uma imagem da "realidade" e, junto com a construção, a ultrapassa e a surpreende, elaborando uma leitura sobre o país indicada por meio de seus personagens fictícios, estabelecendo assim a ligação entre os campos da Literatura e da História. Segundo Jorge de Sá (1985: 45):

> Ludicamente, o cronista percorre a cidade. Ouve conversas, recolhe frases interessantes, observa as pessoas, registra situações – tudo através do olhar de quem brinca e, pelo jogo da brincadeira, reúne

> forças para superar a realidade sufocante. É nesse contexto que o fato em si ganha mais importância que os personagens.

O trabalho do cronista tem inicio com a observação da realidade (utilizada como sinônimo das "circunstâncias de todo dia"). Contudo, essa realidade não é transposta como tal para a crônica. Ela é superada. É reinventada ou recriada para não se tornar sufocante para o leitor. No desenvolvimento desse processo, os personagens tornam-se suportes para que o autor discuta o tema proposto de uma forma mais amena. As características dos personagens corroboram para que o desenvolvimento do tema a ser discutido ocorra de forma "mais natural", visando a que a aproximação entre o texto e o leitor seja feita "quase sem perceber". Essa estratégia mistura os conhecimentos retirados de distintos campos, o da Literatura e o do Jornalismo, por exemplo. Lobato queria, ao mesmo tempo, convencer e provocar o debate. O convencimento não podia ser um *a priori* (como na imprensa do período), assim como a ficção não devia espantar (a ficção devia ser tomada a sério, essa era a defesa da literatura lobatiana). Ainda segundo Jorge de Sá (1985: 48), o cronista:

> Não se limita a descrever o objeto que tem diante de si, mas o examina, penetra-o e o recria, buscando sua essência, pois o que interessa não é o real visto em função de valores consagrados. É preciso ir mais longe, romper as conceituações, buscar exatamente aquilo que caracteriza a poesia: a imagem.

Nesse sentido, o cronista se distancia do trabalho do jornalista. As questões a serem discutidas não são apenas descritas, mas recriadas a partir de um ponto de vista que o autor quer transmitir a seu público. Assim também, a construção imagética empreendida pelo autor ganha uma grande importância na formação da opinião de seu público leitor através da referência aos detalhes de uma cena e da recorrência ao uso de figuras de linguagens como a alegoria e a metáfora. O uso desses recursos lúdicos tem uma grande importância na obra de Monteiro Lobato. Exatamente como seus contos, suas crônicas são extremamente visuais. Esse é mais um fator que aponta para a ampliação das possibilidades de interpretação da "realidade" presente na escrita de crônicas e, em particular, nos textos de *Mr. Slang e o Brasil*. Essa possibilidade é

apontada por Lobato n'*A Barca de Gleyre*, ao indicar um problema que podia ser verificado no uso desse recurso pelo escritor. Segundo o autor, "retratos por meio de palavras tem a propriedade de fazer imaginar feições às vezes opostas às descritas" (LOBATO, 1994: 89). Ao descrever um retrato, uma imagem, corre-se o risco de o interlocutor entender exatamente o oposto do que se quis passar.

Sob um ponto de vista diverso, Jorge de Sá aponta a importância da imagem na construção das crônicas a partir de um processo associativo de diferentes elementos na busca da "essência" dos seres e das coisas (SÁ, 1985: 66). Contudo, a indicação de Lobato já aponta como pode ser errônea essa concepção essencialista, pois, assim como a imagem é construída pelo autor no texto a partir de um processo de recriação da realidade, o leitor também desenvolve um processo de recriação ao reconstruir imaginativamente as cenas ilustradas pelo cronista.

Dessa forma, o cotidiano e a História são constantemente reinventados e reinterpretados por meio da crônica e de sua recepção pelo público. De acordo com Sandra Pesavento (2004: 79), a crônica é uma fonte exemplar, quase inesgotável, para o historiador que busca ver como os homens, ao longo de sua história, foram capazes de inventar o passado e imaginar o futuro, sempre para explicar o presente, rompendo assim as fronteiras do tempo. Admitindo essa perspectiva, temos em *Mr. Slang e o Brasil* a possibilidade de interpretação de uma construção da História da República brasileira. Esse encontro de temporalidades é perceptível nos textos de Monteiro Lobato, seja em suas referências ao passado monárquico e à República dos Conselheiros, seja na sua expectativa quanto ao futuro que se descortinava com a chegada de Washington Luis ao poder. Dessa forma, essas duas temporalidades – passado e futuro – são contrapostas ao presente ciclônico, representado pelo governo de Artur Bernardes, que chegava ao fim no momento em que o autor produzia seus textos[17]. Segundo Jorge de Sá (1985: 19), "a atmosfera política reafirma, assim, o valor sociológico da crônica na construção do painel de uma época". É essa importância do tratamento das questões políticas que se encontra nos textos de *Mr. Slang e o Brasil*. A interpretação desse "momento histórico" presente na historiografia encontra nas

[17] Esses períodos correspondem a uma divisão da história da República no Brasil, expressa nos textos de *Mr. Slang e o Brasil*. Essa interpretação da história da República proposta por Monteiro Lobato será atentamente discutida no terceiro capítulo deste trabalho.

crônicas de Lobato o seu avesso, pois os questionamentos que suscita permitem reinventar a República brasileira para além do marco da Revolução de 1930.

CAPÍTULO II

MONTEIRO LOBATO E A *PAULISTANIDADE*

2.1. O CENÁRIO INTELECTUAL PAULISTA

O ambiente intelectual da década de 1920 apresentava o conflito entre diversas ideologias regionalistas e, simultaneamente, o acirramento das tendências nacionalistas. À diversidade cultural verificada nas várias regiões brasileiras somou-se o acirramento dos conflitos políticos entre grupos que dominavam a política nos estados. O predomínio econômico dos grandes produtores rurais, bem como seu domínio do campo político e da condução dos negócios públicos, possibilitou também o surgimento de uma elite intelectual dependente da assistência do Estado e que se tornou responsável pelo aparato ideológico de sustentação do poder desses grupos.

Em São Paulo, houve o predomínio de intelectuais emersos dos grupos oligárquicos ligados à produção cafeeira (MICELI, 2001). Esses grupos oligárquicos buscavam, ao longo do período republicano, sua afirmação no controle da política nacional como uma extensão do domínio conquistado em âmbito estadual. Para alcançar esse objetivo, o trabalho da elite intelectual foi de fundamental importância. Por meio do jornalismo e da literatura, principalmente, buscou-se construir a imagem de um estado grande, herdeiro de uma tradição nobre, com um povo valoroso e que tinha na produção cafeeira sua grande realização. Por meio dessas ideias, afirmava-se o domínio de sua elite política, com a demonstração da pujança econômica que caracterizava o estado.

Para a realização desse trabalho, entendemos como elite intelectual uma "fração dominante especializada no trabalho político, técnico e cultural"[18]. Essa elite

[18] Sérgio Miceli aponta o magistrado, o general, o jurista, o médico, o engenheiro, o jornalista e, sobre todos, a classe de estudantes como grupos que compunham essa elite intelectual. Essa indicação faz jus à importância crescente dos conhecimentos especializados, que coincidem com o surgimento de novas escolas superiores no Brasil. Contraditoriamente, o desemprego que atinge os bacharéis, durante a década de 1930, devido à concorrência das novas áreas, surgidas com as novas instituições superiores, afina-se, também, com a derrocada do poder oligárquico e com a organização de novas instituições políticas que visavam apoderar-se do Estado (MICELI, 2008: 119).

composta por diversos grupos profissionais capazes de fazer valer seus interesses no interior da classe dirigente, afasta-se de uma concepção de elite como "classes superiores" (MICELI, 2001: 92), tomando como caráter de definição o domínio de saberes e conhecimentos específicos e não apenas a questão do nascimento, apesar desse componente continuar tendo grande importância na delimitação desse grupo[19].

Considerando os importantes passos dessa elite oligárquica e sua relação com o governo central e os projetos para o Brasil, além da ciência quanto ao lugar ocupado por Monteiro Lobato, analisaremos, neste capítulo, as possíveis relações entre as ideias desse autor presentes no livro *Mr. Slang e o Brasil* e o conteúdo de uma ideologia característica do regionalismo paulista denominada *Paulistanidade*[20]. Essas ideias estão relacionadas à necessidade de modernização nacional através de transformações no campo político brasileiro que possibilitassem o progresso econômico do país tendo como referência a "realidade" paulista e as características "modernas" presentes em São Paulo. Para discutirmos essas questões, apontaremos algumas características do conflito entre os ideários regionalistas e nacionalistas que estiveram presentes nos debates intelectuais nas primeiras décadas do período republicano, dando

---

[19] Segundo Sérgio Miceli, os intelectuais desse período são sempre originários da oligarquia, tendo dois tipos de capital a serem usados para sua afirmação no campo intelectual: o capital financeiro e o capital das relações sociais e da honrabilidade. O uso desse "capital de relações sociais" é usado, sobretudo, pelos "parentes pobres" da oligarquia, nos casos em que ocorre uma perda considerável como a morte do chefe de família ou mesmo a dissolução do capital financeiro. Nesses casos o intelectual precisa recorrer ao capital de relações pertencente à sua família no interior da oligarquia para conseguir um lugar de destaque no campo intelectual, trabalhando para a afirmação do poder desse mesmo grupo oligárquico (MICELI, 2001: 22-23).

[20] O termo *Paulistanidade* vem grafado em maiúscula, pois o tomamos como um conceito, considerando que um "conceito" é algo a que recorremos para identificar, de forma geral, um significado atribuído a dada "realidade" (que tem tempo e lugar). Ao aludirmos à *Paulistanidade*, estamos referenciando um conjunto de ideias e representações sociais que demarcam também as expectativas de um grupo que pretendeu afirmar a supremacia paulista – afinal, essa é a primeira identificação associada ao uso do referido termo. Se, tal como sugerido, partirmos do pressuposto de que um conceito é a tentativa de identificação e de incorporação de significado ao "real" (que não é palpável), não nos parece incorreto buscarmos uma definição para *Paulistanidade* que ultrapasse a identificação desta como "ideologia". É importante explicar que sabemos que a *Paulistanidade* não é indicada pela historiografia (ou por aqueles que nomeiam tal expressão) como um "conceito". Na verdade, nós optamos por incorporar o termo como tal, em virtude de sua importância para as hipóteses deste trabalho. Decidimos sugerir que, para este trabalho, é possível encontrar uma definição mais ampla, considerando que a "ideia da *Paulistanidade*" fica assim mais afirmada, sem a necessidade de tratá-la como "simples ideologia" – nossa opção adveio, inclusive, do descontentamento com essa última asserção. Assumindo os devidos riscos, compreendemos que um conjunto de ideias sobre São Paulo foi construído historicamente, estabelecendo significações que, por sua vez, apontavam para um conjunto de representações sociais. Então, para este trabalho, conforme sugerido, partimos do pressuposto de que é possível indicar "ares conceituais" à *Paulistanidade*, na medida em que se pode identificar características que, ao mesmo tempo, singularizam o termo (estabelecendo uma imagem de São Paulo) e o universalizam (pretendendo construir uma imagem do Brasil em consonância com o restante do mundo). Essas características encontram-se presentes na obra de Monteiro Lobato, ainda que esse termo não seja utilizado pelo autor de forma direta.

maior atenção às questões discutidas ao longo da década de 1920. Ligando nosso objeto a esse contexto, indicaremos algumas características que constituem a ideia de *Paulistanidade* e como esse tema foi abordado na historiografia clássica sobre o regionalismo paulista.

2.1.1. Lobato e o Regionalismo

Assim como para São Paulo, no final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, outras regiões do país estiveram envoltas na busca pela afirmação de suas características. Isso pode ser verificado na literatura, campo em que essas disputas se afirmaram. Segundo Antônio Cândido (CÂNDIDO, 1975: 299), a relação entre norte e sul é um indício desse conflito. Desde a década de 1870, a literatura nordestina caracterizou-se por um principio de independência que visava afirmar os anseios, as aspirações e os interesses de seus intelectuais. Um princípio de independência e de patriotismo regional que buscava forjar uma literatura "realmente brasileira". A adoção de temas, enredos e ambientes característicos de cada região do país caracterizaram uma literatura regionalista, o que revelava também o anseio político de seus produtores em afirmar tais caracteres como símbolos da nacionalidade brasileira.

Nesse contexto, se intensificam os debates relativos à formação de uma identidade nacional fundamentados em caracteres culturais e políticos. Na historiografia, a questão da definição de identidades tem sido um objeto muito discutido por pesquisadores nos últimos anos. Dentro de um leque bastante amplo de pesquisas sobre o fenômeno das identidades culturais, há o enfoque que aponta as controvérsias da relação entre a formação de uma identidade nacional e as diversas identidades regionais que caracterizam os vários "rincões" do país.

De imediato, é preciso indicar que esse conflito emerge porque a "identidade nacional" é constructo que pretende apagar a diversidade. Se toda a identidade pode pressupor a existência de um "constructo", no sentido do apagamento das tensões internas, a ideia de "identidade nacional" foi a mais bem sucedida estratégia dessa apropriação da identidade não como a expressão da diferença, mas como a "representação do mesmo" que deve prevalecer com fins a determinar uma

“comunidade nacional”. Esse conflito entre as identidades regionais e a identidade nacional passa tanto pelos projetos de nacionalização de identidades com características especificas de determinadas regiões do país, quanto pela busca de conteúdos comuns às várias frações da nacionalidade, capazes de representar todos esses rincões sem que qualquer um deles seja “deliberadamente” privilegiado. Daí a fixação da identidade nacional em características como a miscigenação ou mesmo o reconhecimento da diversidade como característica típica do povo brasileiro. Interessante, no entanto, é que a estratégia de uniformização, demarcada na busca por uma identidade nacional e o conflito entre as varias regiões do país, acaba por afirmar e reforçar as diferenças regionais, tanto no campo cultural quanto nos campos político e econômico, que passam a ocupar lugar de destaque nesse debate[21].

Refletindo sobre a importância dessa relação entre as esferas regional e nacional no inicio do século XX e sua associação com a atividade intelectual, desenvolvemos essa parte de nosso trabalho. Nossa discussão se concentra na busca pela definição dos conteúdos de um tipo específico de regionalismo verificado no estado de São Paulo e denominado – tanto por seus promotores quanto pelos estudiosos do tema – como *Paulistanidade*. Apesar de essa ideia ter se desenvolvido já a partir do século XIX, nos concentramos na análise da presença de seus conteúdos nos debates ocorridos durante a década de 1920. Esse recorte se deve ao fato de nosso principal objetivo ser o de encontrar as relações possíveis entre esses conteúdos e as ideias expostas por Monteiro Lobato no livro *Mr. Slang e o Brasil*, editado originalmente em 1927, reunindo textos do autor publicados n’*O Jornal*, do Rio de Janeiro, ao longo de 1926. Para desenvolver esse trabalho, é preciso também discutir a atuação de uma elite intelectual paulista na difusão dessas ideias, delimitando assim o cenário intelectual no qual Lobato estava inserido.

A década de 1920 foi um período de grande efervescência em várias esferas da vida nacional. Estudos recentes têm ressaltado a importância desse período sob um ponto de vista que não o reduza apenas à condição de antecedência dos acontecimentos da Revolução de 1930 e do período Vargas (SANDES, 2003). Seguindo essa perspectiva, Marieta Ferreira e Surama Pinto (2006: 01) apontam a influência dos acontecimentos do ano de 1922 para a configuração da conjuntura que caracterizaria

[21] Sobre identidade e diferença ver texto de Tomaz Tadeu da Silva, 2000.

essa década. Em nossa análise, essas influências podem ser discutidas sob dois pontos de vista associados: 1) por meio da leitura das transformações provocadas na sociedade brasileira em vários âmbitos, contribuindo para o fervor que se verificou durante toda a década; 2) pela influência que esses acontecimentos tiveram para as elites estaduais, especificamente, sobre o ambiente no qual Lobato circula – o campo intelectual e editorial paulista. As transformações ocorridas ao longo da década de 1920 contribuíram para a somatória de elementos que formaram a visão de Lobato sobre a República ao final de 1926.

Como já indicado no capítulo anterior, é válido ressaltar que, no início da década de 1920, Lobato passa de uma condição de domínio do campo intelectual paulista e, em grande medida, brasileiro, dado o alcance de suas ações como escritor e editor (LUCA, 1999: 23), para uma condição marginal nesse campo intelectual. Isso pode ser percebido também na condição de "estrangeiro" que o escritor paulista viveu a partir de 1925, quando, após a falência de sua editora, mudou-se de São Paulo para o Rio de Janeiro. Apesar de ainda gozar de seu prestigio como escritor e editor, Lobato encontrou-se assim afastado de seu reduto intelectual.

Contudo, a mudança indicada pela trajetória biográfica de Monteiro Lobato pode ser vista também como um elemento que possibilitou maior contato com as questões políticas em um âmbito mais abrangente. Nesse sentido, Lobato teria condições de travar suas polêmicas para além das discussões internas do estado de São Paulo, mas sem deixar que os temas ligados à política paulista perdessem a condição de relevância em suas discussões. Lobato encontrava-se no Rio de Janeiro no momento de mudança no comando político nacional, quando , por meio da eleição de Washington Luis para a presidência da República em 1926, São Paulo retomava o controle sobre o governo central. É nesse cenário que Monteiro Lobato vai conduzir suas ações, uma vez que se verificava, de forma geral, uma forte ligação entre as ideias que defendia, o direcionamento político adotado pela oligarquia cafeeira do estado de São Paulo e as posições dos demais membros da intelectualidade paulista.

2.1.2. Lobato e a elite intelectual paulista.

Acompanhando o desenvolvimento econômico alcançado por São Paulo a partir da década de 1910, a elite intelectual paulista[22], emersa dos grupos ligados à oligarquia cafeeira (MICELI, 2001: 22), tomou para si a missão de afirmar simbolicamente a imagem de São Paulo como o novo centro político, econômico e cultural do país e a região a partir de onde se deveria forjar uma identidade nacional. O componente principal desse trabalho foi a afirmação de características da nacionalidade brasileira a partir de um ponto de vista que privilegiasse os anseios das elites paulistas. Pensava-se o Brasil como um todo, apontando a necessidade de transformação da realidade nacional por meio da modernização em diversos âmbitos. Para esse processo de mudanças, a situação de São Paulo era tomada como parâmetro.

Como indicado por Tânia de Luca (1999: 18), Octavio Ianni aponta em sua obra três momentos em que o Brasil foi pensado de modo particularmente abrangente: a Independência, os processos que levaram à Abolição dos escravos e à Proclamação da República e a Revolução de 1930. A própria Tânia de Luca amplia essa análise acrescentando outros três momentos: a década de 1920 e os períodos de 1954, no contexto da morte de Getulio Vargas, e 1964, com a chegada dos militares ao poder. Nesses momentos, a intelectualidade outorgou-se a capacidade de explicar a realidade nacional e propor projetos que recolocassem o Brasil nos trilhos. É seguindo essa perspectiva intelectual que o pensamento lobatiano vai se desenvolver. Essa é uma característica já presente na obra de Lobato durante os anos 1910 e pode também ser percebida durante a década de 1920 através dos textos de *Mr. Slang e o Brasil*. Mais do que apenas apontar os problemas nacionais, Lobato vai apontar soluções. Mais do que a simples reflexão, era necessária também a ação em prol da transformação social (ZILBERMAN *et al*, 1983: 77). Segundo Tânia de Luca, os intelectuais sempre se consideraram dotados de "especial aptidão para dar conta do real". A partir desse papel assumido pelos intelectuais, cabe esclarecer, segundo a autora, não só os valores presentes em suas apropriações simbólicas como também ressaltar os grupos e interesses aos quais eles se vincularam (2004: 30). Em São Paulo a elite intelectual

[22] Luis Fernando Cerri aponta alguns dos intelectuais que mais se destacaram na tarefa de afirmação do que ele caracteriza como "ideologia da *Paulistanidade*": Alberto Sales, Afonso d'Escragnolle Taunay, Souza Lobo, Paulo Prado, Paulo Duarte, Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia, Aureliano Leite e Alfredo Ellis Jr. (CERRI, 1998).

esteve ligada às oligarquias cafeeiras[23]. Essa ligação pode ser percebida a partir da análise dos momentos de crise do poder oligárquico durante as décadas de 1910 e 1920, quando o trabalho intelectual levou a cabo a legitimação de pretensões hegemônicas de diferentes grupos políticos[24] (LUCA, 1999: 27).

Como já informado, Monteiro Lobato era neto de um cafeicultor da região do vale do rio Paraíba de quem herdara a fazenda do Buquira, onde tentou estabelecer uma administração e uma produção agrícola voltada para a utilização de técnicas mais modernas. Contudo, suas ações nesse ramo não demonstraram grande sucesso. A decadência da produção cafeeira nessa região e as dificuldades financeiras o levaram a se dedicar exclusivamente ao trabalho intelectual a partir de meados da década de 1910. O dispositivo familiar teve sua importância superada pelas ações do autor no campo literário e editorial. Suas relações no jornal *O Estado de São Paulo* e, posteriormente, no comando da *Revista do Brasil* o aproximaram dessa elite cafeeira a partir desse período (LUCA, 1999: 45).

A partir dessa aproximação, a atividade intelectual de Lobato pode ser associada à ideia de polígrafo (MICELI, 2001: 98). O trabalho desses intelectuais voltava-se para uma diversificação devido à busca por novos postos de ocupação no Estado e nas instituições privadas. Uma parte desses intelectuais visava atender aos interesses da classe política que se encontrava no controle do Estado[25].

Apesar da perceptível independência de Lobato em suas ações, há uma relação de proximidade com os grupos que demonstraram deter o controle político em São Paulo entre o final da década de 1910 e a década de 1920. Isso pode ser percebido nos apontamentos de Tânia de Luca sobre as relações de Lobato no jornal *O Estado de São Paulo* e no controle da *Revista do Brasil* a partir de 1917.

---

[23] Adotamos (você está escrevendo, constantemente, na primeira pessoa do plural) essa terminologia no plural considerando que em São Paulo existiam grupos oligárquicos concorrentes na luta pelo poder e pelo domínio dos negócios do Estado. Fato que pode ser verificado na cisão do Partido Republicano Paulista (PRP), que deu origem ao Partido Democrático (PD), em 1926.

[24] No livro *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação* (1999), Tânia de Luca aponta como essa ações se evidenciaram na conduta do grupo que comandava o jornal *O Estado de São Paulo*, nesse período.

[25] Em seu livro *Intelectualidade a Brasileira* (2001), Sérgio Miceli aponta os diferentes posicionamentos dos intelectuais, com destaque para os grupos modernistas, no campo político ideológico. Enquanto aqueles ligados ao PRP beneficiam os grupos dirigentes com uma ideologia nacionalista, os simpatizantes do Partido Democrático se empenhavam em não deixar que seu posicionamento político-ideológico influenciasse sua obra – o que, nem de longe, significa que conseguiram se abster da influência.

Nesse período, Lobato afirmou-se no campo editorial. Seu trabalho como editor e suas ações inovadoras na administração dos negócios resultaram na ampliação de seu sucesso como escritor para além das fronteiras do estado de São Paulo. Assim, sobre dois aspectos sua obra encontrou-se envolta na relação entre nacionalismo e regionalismo. Como indica Wilson Martins (1978: 147), essa relação em muito se deveu à sua extraordinária divulgação com o sucesso do personagem Jeca Tatu, resultando em uma nacionalização de sua obra literária. Ao mesmo tempo, os conteúdos ligados ao regionalismo paulista que estavam presentes em sua escrita alcançaram *status* de identificação nacional. As discussões que estavam ligadas a uma realidade característica de São Paulo passaram a ser percebidas como identificadoras do país como um todo.

Nesse sentido, a obra lobatiana exemplifica o embate que movimentava as várias regiões do país. A necessidade de afirmação das características identificadoras da nação brasileira após o término do período imperial revelou-se pelo conflito entre as diferentes regiões que buscavam afirmar seus temas mais particulares como reveladores da "essência" da nacionalidade. Nesse contexto, assim como pode ser percebido na obra de Monteiro Lobato, os intelectuais paulistas buscaram a afirmação de seu ponto de vista, definindo a nação como uma criação de São Paulo (SANDES, 2003: 90). Partindo desse pressuposto, de que há um objetivo na articulação entre o regionalismo paulista e a identidade nacional, acreditamos que o conceito de *Paulistanidade* é de fundamental apresentação, debate e definição. Para tanto, explicitaremos, na busca conceitual, o empenho dos intelectuais radicados em São Paulo, e de diversas formas ligados aos interesses dos grupos dominantes, em afirmar a posição central do Estado em relação às outras regiões do país. Feita essa primeira associação (a da *Paulistanidade* como um meio de "integração" entre o regional e o "nacional"), examinaremos a obra de Lobato, procurando encontrar pontos de contato entre sua escrita e tais ideias.

2.2. O QUE É *PAULISTANIDADE*: TENTATIVAS DE DEFINIÇÃO

No centro da analise dos conteúdos da *Paulistanidade* encontra-se a ideia do predomínio cultural de São Paulo sobre o "resto do Brasil"[26]. As formas de divulgação

[26] Assim como encontramos constantemente nos textos de Lobato, as demais unidades da nação são tratadas como "o resto do Brasil". Esse eufemismo é uma das características do conteúdo da

dessa ideia, suas relações com as atividades econômicas e políticas dominadas pelas elites do estado e, finalmente, sua presença na obra de Monteiro Lobato constituem uma reflexão sobre a constituição da nacionalidade brasileira. Nossa hipótese para o estabelecimento dessas relações gravita em torno da associação entre a concepção de *Paulistanidade* e as ideias de modernidade, progresso e trabalho, ponto pelo qual Lobato elabora um projeto de modernização em que o estado paulista seria o modelo a ser seguido para que o Brasil se tornasse moderno.

Atentos às ideias apontadas por Denise Jodelet (2001: 22), entendemos a *Paulistanidade* como um exemplo de representação social. Segundo Jodelet, a representação social pode ser entendida como "uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum para um conjunto social". Seguindo essa perspectiva, buscamos apontar algumas características presentes nas representações do estado de São Paulo e de seu povo presentes nos textos de Monteiro Lobato e que possam ser identificadas com a ideia de *Paulistanidade*. Pretendemos ampliar a compreensão da ideia de *Paulistanidade*, superando sua caracterização como ideologia – o que limita o alcance dessa ideia às ações de grupos sociais ou a objetivos muito específicos. Em nosso entendimento, a Paulistanidade pode ser caracterizada como um tipo de representação socialmente construída que abarca vários grupos sociais em torno de objetivos coletivos comuns.

Para a análise da *Paulistanidade* como representação social, vejamos três pontos destacados por Serge Moscovici que apontam para as etapas no processo de interpretação desse fenômeno (JODELET, 2001: 30). Primeiro, a análise é feita a partir da emergência das representações, cujas condições afetam o aspecto cognitivo. Dentre essas informações, encontram-se a dispersão e a defasagem das informações em relação ao objeto representado. Nesse sentido, as informações podem ser desigualmente acessíveis de acordo com o grupo ou com o foco sobre determinados aspectos do objeto em função dos interesses e da implicação dos sujeitos envolvidos. Na seqüência, a análise cuida do processo de formação das representações, mapeando a relação entre a atividade cognitiva e suas condições sociais de exercício, nos planos da organização dos

---

Paulistanidade que representa o estado de São Paulo como o centro, a região mais importante, mais desenvolvida e mais moderna.

conteúdos, das significações e da utilidade que lhes são conferidas. Por último, trata das dimensões das representações, encontrando-se a edificação da conduta, opinião, atitude e estereótipo.

Segundo Jessita Moutinho, a ideia de *Paulistanidade* está ligada à caracterização do "ser paulista" como representação simbólica de São Paulo e da identidade de seu povo. A *Paulistanidade* é o conceito pelo qual se procurou caracterizar uma ideologia, cujo principal objetivo era afirmar a superioridade étnica, econômica e política dos naturais do estado de São Paulo em relação aos brasileiros de outras regiões do país (MOUTINHO, 1991). A autora chega a essa definição de *Paulistanidade* através da análise de duas perspectivas distintas do desenvolvimento dessa ideologia. Ela analisa as obras de dois ideólogos paulistas que tiveram uma importante atuação intelectual entre o final do século XIX e a década de 1930: Alberto Salles e Alfredo Ellis Jr.. Nas obras desses dois autores, encontram-se expressas duas formas distintas de representação do "ser paulista" que indicam as apropriações feitas pela elite intelectual do estado.

A primeira perspectiva abordada por Jessita Moutinho é a valorização das características étnicas do homem de São Paulo. No livro *A Pátria Paulista* (1887), apontado pela autora como uma das primeiras tentativas de se esboçar sistematicamente as características do "ser paulista", Alberto Salles defende a ideia do separatismo como a "primeira fase de evolução política" que se desdobraria a partir do advento da República. A autonomia do estado paulista se fundamentava na especificidade étnica de seus habitantes em relação às outras regiões do país. Integrante do Partido Republicano e pertencente a uma família de grandes produtores rurais, Salles é um dos mais eminentes defensores da causa republicana e da valorização da cafeicultura – além de ser irmão de Campos Salles, informação que não pode ser desprezada, uma vez que tais vínculos extrapolam uma relação familiar, indicando uma estreita associação entre as elites política e intelectual no Brasil. Contudo, em sua obra, a situação econômica consiste apenas um entre vários outros elementos justificadores da capacidade de auto-sustentação de São Paulo (MOUTINHO, 1991).

A obra de Alberto Salles está firmada em ideias biologizantes[27] em voga ao final do século XIX, associadas, ainda, a um determinismo racial e climático. Nessas teorias, o autor encontra a fundamentação para elaborar sua analogia entre a vida social e o desenvolvimento biológico que culminaria com a concepção da ideia de separatismo, visto como a forma social da desagregação orgânica acarretada pela marcha do progresso (MOUTINHO, 1991). Essa marcha promoveria um desenvolvimento desigual das populações nos âmbitos político, econômico, social etc., de acordo com as características étnicas especificas de cada grupo. Dentro dessa lógica, o povo de São Paulo teria sido privilegiado em relação às demais frações da população brasileira devido às suas características étnicas, tendo possibilitado o maior desenvolvimento da pátria paulista.

Segundo Jessita Moutinho, Alberto Salles foi um dos primeiros a defender a ideia do separatismo paulista em relação ao Brasil – ideia que se tornaria um dos pilares constitutivos da *Paulistanidade*. Essa ideia de separatismo se fundamentava na superioridade do povo paulista em relação à população das outras regiões do país, relegando à união entre esses rincões de origens históricas e momentos de desenvolvimento distintos a culpa pela impossibilidade de São Paulo se desenvolver cultural e economicamente para além do que já havia alcançado.

As teses de Alberto Salles foram retomadas por Alfredo Ellis Jr. durante a década de 1920. Diferenciando-se de Salles, na obra de Ellis Jr., a vocação econômica tornou-se a principal característica do "ser paulista". Para Alfredo Ellis Jr., é o desenvolvimento material que distinguiria São Paulo dos demais estados brasileiros, cujo "atraso econômico, aliado ao ambiente físico desfavorável impediriam que alcançassem o 'grau de civilização paulista" (MOUTINHO, 1991). Assim, a ideia de *Paulistanidade* não se refere apenas à valorização do paulista. Também há um caráter de desvalorização das populações de outras regiões do país, afirmando assim a ideia de ter sido São Paulo a região que gerou um povo mais apto para comandar o país e seu processo de modernização (CASADEI, 2008).

---

[27] Essas ideias referem-se à utilização nas ciências sociais de conceitos surgidos inicialmente nas ciências biológicas. Segundo Azevedo Amaral, enquanto os filósofos e legisladores antigos buscavam uma forma mais ou menos perfeita de sociedade aceitando seu caráter de imutabilidade, os políticos, inspirados pelo conceito evolucionista da biologia, formulado por Charles Darwin, passaram a entender as instituições e leis como etapas transitórias do progresso social, fundamentando tanto a sociologia teórica, quanto a política prática, que se tornaram acentuadamente progressistas (AMARAL, 1930: 176).

Essa desvalorização reflete-se na ideia de confederação defendida por Alfredo Ellis Jr. e em sua repulsa à Constituição de 1891. Segundo Moutinho, na visão de Ellis Jr., a Constituição sancionaria um federalismo centralizador e ineficiente ao tentar "homogeneizar órgãos com desenvolvimento absolutamente díspar" (MOUTINHO, 1991). Essa desvalorização também pode ser identificada na obra de Alberto Salles em sua defesa da ideia de separatismo assentado na superioridade étnica do paulista.

A *Paulistanidade* é, então, sob o ponto de vista de Alberto Salles e Alfredo Ellis Jr., caracterizada por uma valorização extrema do Estado de São Paulo e da identidade de seu povo, que o coloca em uma condição de superioridade em relação às demais regiões do Brasil. Isso abre a possibilidade de um processo de separação do estado paulista, que permitiria seu maior desenvolvimento, ou da implantação de uma confederação, que legaria aos paulistas o papel de guiar o Brasil e seu processo de modernização.

Segundo Eliza Bachega Casadei, essa extrema valorização das características do paulista em relação à população originária de outras regiões do Brasil abre espaço para o preconceito contra os não-paulistas (CASADEI, 2008). Esse preconceito está ligado a uma visão do trabalhador brasileiro como incapaz de atender às necessidades de produção, sobretudo no meio rural, que conduziria o Brasil à modernidade. A importância da ideia de trabalho também é destacada por Maria Izilda de Matos. A *Paulistanidade* assume também um tom ufanista, destacando o papel do trabalho e das realizações humanas na construção de São Paulo (MATOS, 2006: 341).

Assim, encontramos alguns dos pontos fundamentais da ideia de *Paulistanidade* que buscamos discutir e confrontar com a obra de Monteiro Lobato. O embasamento de Alberto Salles em teorias biologizantes e sua valorização do componente racial somam-se à valorização da vocação econômica e do potencial das "características naturais" do estado, como apontadas por Alfredo Ellis Jr. A *Paulistanidade* também se define pela menção às características positivas da condição de filho de São Paulo em comparação aos naturais de outras regiões do Brasil, o que, em certa medida, transforma-se em preconceito contra essas populações que não se enquadram como paulistas, sendo a ideia de trabalho um dos parâmetros mais importantes para essa análise.

Discutindo a obra de Alfredo Ellis Jr, Luis Fernando Cerri (CERRI, 1998) aponta também a importância dos símbolos criados pela *Paulistanidade* e que contribuem para a afirmação das características que seriam próprias do "ser paulista". Esses símbolos promoveriam uma "operação de homogeneização" dos habitantes do estado, tendo a história regional como o lugar onde essa construção se operava. Um dos símbolos dessa construção é o bandeirante que, nas palavras de Cerri, é apontado como o ancestral civilizador e patriarca do paulista (CERRI, 1998). É preciso destacar que a obra de Alfredo Ellis Jr. é um símbolo claro das ações da elite política e intelectual de São Paulo. Ela é o melhor exemplo da relação entre essas elites e a ideia de *Paulistanidade*, considerando o momento de publicação da obra de Ellis Jr., o ano de 1930, seu conteúdo e os conflitos entre tais elites e o governo de Getulio Vargas. Tal ideia encontra-se presente tanto na obra de Jessita Moutinho quanto na de Luis Fernando Cerri, que indicam também a construção da *Paulistanidade* como uma ideologia.

O símbolo mais emblemático da construção ideológica da identidade paulista é o bandeirante, símbolo moral do estado de São Paulo. Segundo Moutinho, o bandeirante tem como equivalente econômico o café. Contudo, a presença do café na construção da *Paulistanidade* se limitaria à característica de símbolo da expansão do homem sobre o sertão. A partir de um processo de separação entre os termos bandeirante e paulista, esse último passa a ser aplicável não apenas ao cafeicultor, mas a todos aqueles que vivem e trabalham em São Paulo (MOUTINHO, 1991). Paulista passa a ser todo aquele que contribui com seu trabalho para o crescimento de São Paulo.

Nesse ponto há um conflito no interior da ideia de *Paulistanidade* entre um exclusivismo (QUEIROZ, s.d: 84), que remonta à nobreza dos ancestrais, em oposição a inclusão de todos aqueles que contribuem para o engrandecimento do estado por meio de seu trabalho. Esse exclusivismo está ligado à valorização das famílias tradicionais paulistas, descendentes dos sertanistas que teriam sido os primeiros a desbravar as terras do interior do estado: são os "paulistas de 400 anos", os únicos que poderiam ser chamados de bandeirantes. A limitação do uso desse termo excluiria do grupo daqueles que poderiam ser chamados de "bandeirantes" uma parte considerável dos habitantes da cidade e do estado paulista. Com essa afirmação, leva-se em consideração que, nas primeiras décadas do século XX, grande parte da população de São Paulo era composta

por pessoas oriundas de outras regiões do Brasil, por imigrantes e por descendentes de escravos, que estariam também excluídos dessa definição. Por sua vez, a aplicação do termo paulista a todos que contribuíssem para o progresso de São Paulo por meio de seu trabalho torna possível a inclusão de uma parcela considerável da população que passa a ser alcançada pela concepção da *Paulistanidade* (QUEIROZ, s.d: 84).

Acompanhando essa construção histórica da ideia de *Paulistanidade,* percebemos que, como apontado por Denise Jodelet, as representações sociais aplicam-se em valores variáveis, segundo os grupos sociais dos quais tiram suas significações, e em saberes anteriores reavivados em uma situação social particular (JODELET, 2001: 21). Isso pode ser identificado no trabalho de uma elite intelectual que, ligada aos grupos que tinham o domínio econômico e político do estado de São Paulo durante a Primeira República, buscaram consolidar-se no poder como herdeiros das virtudes bandeirantes e de São Paulo como o condutor do Brasil. Assim, uma situação particular forjou uma representação do estado de São Paulo firmada em um conhecimento anterior, –a tradição bandeirante, ordenado por grupos sociais, as elites econômica e política do estado, com objetivos específicos, tais como a luta pela hegemonia regional e nacional.

Contudo, essas representações sociais estão ligadas tanto com sistemas de pensamento mais amplos – culturais, ideológicos ou científicos -, quanto à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva dos indivíduos. Isso explica o alcance dessas representações sociais que não se restringem a grupos sociais específicos, mas alcançam grupos mais amplos, constituindo-se como uma realidade comum para um conjunto social (JODELET, 2001: 22).

Não obstante o alcance dessa representação, não é fácil a definição do sujeito que se relaciona com o objeto representado – o "paulista". Há no interior da ideia de *Paulistanidade* um conflito na identificação daquele que seria o alvo e, ao mesmo tempo, o elemento constitutivo dessa ideologia: o povo. Quem é o povo? Ele é nomeadamente composto por ex-escravos, por imigrantes, por trabalhadores e (ainda e também) por uma "nobreza de sangue bandeirante", que guardaria em si as características do "ser paulista", ou, então, exclusiva e hierarquicamente seria a representação das famílias tradicionais (a mesma nobreza de sangue bandeirante), donas de "quatrocentos anos de história"? Por hora, apontemos o conflito para, em seguida, ir

ao seu encontro na obra de Lobato. Reforcemos: esse conflito está estabelecido entre o exclusivismo ligado ao símbolo do "bandeirante", que valorizava a tradição e a nobreza dos pioneiros, que seriam os verdadeiros representantes do caráter do homem de São Paulo, e a uma ampliação da definição do termo "paulista", que é tomado como o homem comprometido com o trabalho e que, independente de sua origem, ao contribuir com o progresso do estado, poderia ser considerado um paulista[28] (QUEIROZ, s.d: 86).

As representações e forjam uma definição específica ao objeto por eles representado, que se encontra em acordo com os grupos que sustentam tal definição. Dessa forma, por meio da *Paulistanidade*, a elite paulista deu uma forma específica ao Estado de São Paulo como parâmetro de modernidade e desenvolvimento a ser seguido pelo Brasil. Segundo Denise Jodelet, a definição compartilhada pelos membros de um mesmo grupo constrói, para eles, uma visão consensual da realidade que pode causar conflitos com outros grupos, mas que se torna um guia para as ações e trocas cotidianas. As representações formam um sistema encarnado por imagens ou condensado por palavras, umas e outras carregadas de significações (JODELET, 2001: 21).

Essa definição aponta para práticas que traduzem uma leitura de mundo expressa na representação do estado de São Paulo ligada a práticas e condutas socialmente aceitáveis, à valorização do estado em relação a outras regiões do país, a um tipo de moralidade que valoriza o trabalho, à valorização dos símbolos e das tradições paulistas etc. Em conjunto, essas representações são denominadas de *Paulistanidade*. Formulada por uma elite intelectual ligada a objetivos políticos e econômicos hegemônicos, essa representação apontam para o conflito entre o estado e a nação brasileira - ou as demais regiões do Brasil -, mas serve para afirmar os objetivos coletivos dentro do grupo constituído pela população de São Paulo.

[28] Há de se destacar que, segundo Maria Isaura P. Queiroz, a característica de discriminação do símbolo bandeirante em relação aos oriundos de outras regiões do país surge a partir da revolução de 1932, quando é necessário integrar à ideia de *Paulistanidade* uma camada muito mais ampla da população do estado. Tal medida pode ser apontada como um fortalecimento da ideia do preconceito contra as populações de outras regiões do país e contra os estrangeiros. O anterior é válido caso consideremos que, tal como aponta Queiroz, essas pessoas pudessem "se tornar ricos, até milionários, mas jamais teriam a riqueza primordial da glória dos antepassados, constitutiva do passado familiar e regional aureolado por feitos extraordinários. Seriam paulistas, mas jamais se tornariam bandeirantes" Ver: QUEIROZ, s.d: 84.

2.3. A *PAULISTANDIADE* NA OBRA DE MONTEIRO LOBATO

Indicados os principais pontos que definem o conteúdo da *Paulistanidade*, passemos agora às possíveis relações entre a sistematização dessas ideias com a obra e atuação intelectual de Monteiro Lobato. Discutiremos alguns pontos presentes em sua literatura que demonstrem as formas pelas quais suas ideias se relacionam com o desenvolvimento desse conjunto de ideias, ao longo da década de 1920.

Conforme sugerido, o trabalho[29] tem um papel de destaque na formação da *Paulistanidade*. É na valorização do trabalhador da cidade e do campo que se encontra o contraponto ao exclusivismo expresso na valorização da descendência nobre. Com a valorização da mão-de-obra, uma grande parte da população poderia ser considerada paulista – inclusive aqueles que tivessem nascido em outras regiões do país ou mesmo em outros países. A característica principal para ser considerado paulista passou a ser o comprometimento com o trabalho que promoveria o progresso e modernização de São Paulo e serviria como exemplo para as outras regiões do país que desejassem também se modernizar (QUEIROZ, s.d). Através da valorização do trabalho, dois pontos característicos da *Paulistanidade* se desenvolveram: a caracterização de São Paulo como um lugar moderno e operoso - devido ao empenho de sua população e seu apego às atividades produtivas - e a transformação do estado em um símbolo a ser seguido pelas demais regiões do país. A preocupação com a ideia do trabalho, que é um dos matizes da *Paulistanidade*, também caracteriza a obra lobatiana.

Associado a essa perspectiva aparece o preconceito constitutivo da *Paulistanidade*, e constituinte dela, contra o brasileiro de outras regiões do país, como destacado por Eliza Casadei (CASADEI, 2008). Esse preconceito na obra de Lobato volta-se também contra o caipira, exemplo da incapacidade de produção. Tal imagem torna-se marca do homem nacional[30]. Essas imagens podem ser identificadas no seguinte trecho do artigo *Velha Praga* (LOBATO, 1994: 161):

---

[29] A ideia de trabalho é aqui compreendida como toda atividade humana voltada para a transformação da natureza e para a produção de bens e serviços. Assim se define o trabalho, pois tal definição permite localizar a importância dessa questão na obra de Lobato, ou seja, considerando que, para esse autor, o trabalho se dá em relação ou em contraposição à natureza.

[30] É preciso não perder de vista que o termo "caipira" esteve, por longo tempo, identificado ao homem do interior de São Paulo. Assim, antes de indicar o binômio São Paulo/Brasil, o termo indicava dois outros binômios, o do campo/cidade e o do atraso/moderno. Importante é salientar que a "nacionalização dessa figura" (a do caipira) e a valorização do imigrante (paulista) contribuiriam, a longo prazo, para o reforço

> Este funesto parasita da terra é o CABOCLO[31], espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive a beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugiando em silencio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se *[sic]*.

Com sua nacionalização, essa imagem do caipira passou a representar a incapacidade das outras regiões do país em acompanhar o desenvolvimento e o progresso material apresentados por São Paulo. Caracterizando a população do interior paulista de forma tão negativa, Lobato ainda reconhece no povo um empecilho para o maior desenvolvimento do estado de São Paulo. Na obra de Lobato, o estado de São Paulo vai ser visto como moderno, apesar de sua população do meio rural representar um entrave para um progresso ainda maior.

Apesar de sua população rural não contribuir para o progresso econômico do estado, havia quem o fizesse: as elites e os imigrantes. Esse paulista era o oposto a tudo aquilo que o caipira representava. A preocupação com o desenvolvimento econômico do estado leva Lobato a criticar a idealização dos modos de vida típicos do interior. A conservação de práticas tradicionais e a ausência de uma cultura de trabalho voltada para a adequação dessas tradições a aspectos mais "modernos" levam o autor a rebater imagens como a do "caipira picando fumo". Lobato sintetiza essas práticas, consideradas por ele como retrógradas, em personagens como o Jeca Tatu. Para o autor era necessária a transformação dessas "práticas tradicionais" para que o país se tornasse moderno. Suas ideias iam ao encontro das imagens do brasileiro e do paulista ideal, formuladas principalmente através da literatura. Uma herança do romantismo, em certa medida incorporada pelo regionalismo e pelas correntes modernistas, que não escapou à crítica de Lobato. Em *Urupês* ele escreve (LOBATO, 1994: 166):

---

da Paulistanidade. São Paulo poderia ser "moderno", *apesar do caipira*, que podia, para não atrapalhar, ser curado e transformado. É esse processo de "transformação de ideias" ("e de gentes") que a obra de Lobato permite captar.

[31] Os termos caipira e caboclo são utilizados por Lobato como sinônimos. Contudo, existem trabalhos que apontam as diferentes definições destes termos, levando em consideração as tradições culturais, as características físicas e raciais e fatores geográficos. Sobre o tema ver: NAXARA, 1998.

> O indianismo está de novo a deitar copa, de nome mudado. Crismou-se de "caboclismo". O cocar de penas de arara passou a chapéu de palha rebatido à testa; o ocara virou rancho de sapé; o tacape afilou, criou gatilho, deitou ouvido e é hoje espingarda troxada; o boré descaiu lamentavelmente para pito de inambu; a tanga ascendeu a camisa aberta ao peito.
> Mas o substrato psíquico não mudou: orgulho indomável, independência, fidalguia, coragem, virilidade heróica, todo o recheio em suma, sem faltar uma azeitona, dos Peris e Ubirajaras *[sic]*.

Lobato via nessa idealização um empecilho para as mudanças que contribuiriam para o progresso nacional. Para o autor, as abordagens de algumas correntes modernistas, tratadas por ele como mistificação, impediam a percepção da realidade e sua conseqüente transformação. Esse foi um dos pontos que afastaram Lobato dos grupos de vanguarda[32] que lutavam pelo domínio do campo intelectual paulista, ao final da década de 1910. No livro *História do Modernismo Brasileiro*, de Mário da Silva Brito, é possível identificar também o descontentamento de parte dos intelectuais paulistas com as novas correntes, sobretudo ligadas ao modernismo, vistas como excêntricas (BRITO, 1997: 42). Contudo, expoentes dessas correntes modernistas por vezes apontaram Lobato como um homem anti-moderno, atrasado e retrógrado (LAJOLO, 1985). Apesar do embate no interior do campo intelectual paulista ser muito amplo e ir muito além de uma simples distinção entre correntes como modernistas, regionalistas ou ainda pré-modernistas (conceito caracterizado por uma difícil definição), esses diversos grupos conviveram e contribuíram para a formulação da ideia de *Paulistanidade* e para a construção da imagem do homem paulista.

Na obra de Monteiro Lobato, as características do paulista revelam-se em dois momentos distintos, referindo-se também a grupos sociais diferentes. A primeira referência são os contos e artigos do livro *Urupês* (1915). Os contos deste livro caracterizam-se pelo relato da vida simplória dos habitantes do meio rural, seu afastamento das questões nacionais e o bucolismo do campo. Os artigos *Urupês* e *Velha Praga* apresentam a imagem mais célebre do caipira paulista através do personagem Jeca Tatu, que guarda as características negativas mais acentuadas. Apesar de

[32] O objetivo principal de nosso trabalho não é discutir a relação de Lobato com esses grupos de vanguarda, denominados genericamente de modernistas.

aparecerem de forma mais amena ao longo do livro, essas imagens também estão presentes nos demais contos.

As imagens negativas do caipira apresentadas por Lobato nessa obra geraram inúmeras criticas ao autor por parte de intelectuais, tanto de São Paulo quanto de outras regiões do país (MARTINS, 1978). Ocorre, então, nos textos de *Problema Vital* (1918), a transformação das características desse personagem a partir da indicação por Lobato de novas causas para a situação de improdutividade em que essa população rural se encontrava. O Jeca é "curado" dos males que o assolavam. As campanhas sanitaristas representam a reconciliação de Lobato com a ideia de *Paulistanidade*. A partir da cura, os personagens de Lobato ligados ao meio rural, como o Jeca Tatu, passam a portar as características que valorizavam os "filhos de São Paulo", tais como o empenho ao trabalho, a capacidade de iniciativa, a preocupação com os caminhos da nação, a atualização nas questões políticas e nas novas descobertas cientificas etc. Mas o principal ponto presente na ideia de *Paulistanidade* e que Lobato atribui ao povo paulista nessa revisão em sua obra é a ideia de *vocação econômica*, principalmente através do empenho dessa população ao trabalho.

A relação entre a questão econômica e o empenho ao trabalho estabelecem a ligação da obra de Lobato com a ideia de vocação econômica presente na ideologia da *Paulistanidade*. A partir da revisão de sua obra, ao final da década de 1910, a questão econômica passa a ter grande destaque em seu pensamento. Contudo, as ideias biologizantes, presentes na caracterização do caipira como inadaptável à civilização e ao trabalho devido suas características étnicas e raciais, não foram totalmente abandonadas. Um dos indicativos dessa permanência é o fato de tal revisão ocorrer a partir do alinhamento do autor a um movimento que se apresenta fortemente influenciado por essas ideias – as campanhas sanitaristas – e pela permanência da questão racial como um dos elementos definidores das características de seus personagens.

Apesar da influência dessas ideias para além da análise do personagem de *Urupês*, a questão passa a se concentrar na necessidade de se aproveitar ao máximo a força produtiva da população, o que pode ser confirmado pelo trecho a seguir do livro *Mr. Slang e o Brasil*. No seguinte trecho do texto *Do cruzeiro e outras miudezas*, discutindo sobre os motivos pelos quais o Brasil não prosperava, o inglês da Tijuca e seu interlocutor brasileiro dialogam (LOBATO, 1959: 27):

> [Fala o interlocutor anônimo] - Talvez por que a gente não preste... ia aventurando eu. Mas Mr. Slang tapou-me a boca.
> [Responde Mr. Slang] - Depois que Henry Ford mostrou que se aproveitam até cegos e aleijados, ninguém tem o direito de dizer o não presta. Tudo presta. Até um cego, uma estropiada presta. A questão toda está em proporcionar-se-lhes condições para prestar. (...) O brasileiro precisa de condições para prestar... *[sic]*.

Lobato discute nesse trecho os problemas causados pelo atraso nacional no campo econômico e suas possíveis soluções. Uma das causas desse problema é o sub-aproveitamento da mão-de-obra nacional como força produtiva. O motivo desse desperdício de força de trabalho já não é mais por uma questão racial ou por características étnicas e físicas, como apresentada no livro *Urupês*. Apesar de permanecer como um dos elementos do discurso de Lobato sobre as causas do atraso econômico, essa questão ocupa, então, um lugar secundário. A questão principal passa a ser a necessidade *de tornar útil a população, independente de suas características*. Era preciso maior empenho ao trabalho, pois se "até os aleijados podem ser aproveitados", qual seria a razão que poderia impedir que a população pusesse em prática toda sua capacidade produtiva? No *Problema Vital*, Lobato aponta como causas dessa improdutividade as doenças que assolavam o povo, a falta de condição material e de ações políticas que estavam a cargo do Estado e que possibilitariam o desenvolvimento das atividades produtivas (LOBATO, 1959: 235), um melhor aproveitamento dos recursos naturais através de um uso racional e "cientifico" que eliminasse as práticas tradicionais de dependência do homem em relação à natureza (LOBATO, 1964: 230) e, principalmente, a ausência de uma cultura ligada ao trabalho continuo (LOBATO, 1994: 168).

Após a revisão em sua obra e o "salvamento" do caipira, encontramos características mais positivas do homem paulista na literatura lobatiana. Uma dessas características apresenta-se no livro *Mr. Slang e o Brasil*. O autor faz uma apologia ao senso de realidade dos paulistas e critica o senso de irrealidade dos brasileiros do norte **(**LOBATO, 1959: 27). Para além deste senso de realidade, Lobato destaca também a característica do paulista de ser um cidadão consciente. Esse aspecto é ressaltado

através da relação com a falta de consciência característica do brasileiro, o que representaria o patamar de civilização mais elevado do paulista (LOBATO, 1959: 08).

Além das características inerentes ao povo, como o senso de realidade e a consciência, pode ser destacada ainda a importância que Lobato dá às características naturais do estado de São Paulo. A riqueza da natureza paulista possibilitaria o progresso econômico a partir da utilização adequada desse potencial, orientando-se devidamente o trabalho da população.. Para que o desenvolvimento fosse regra, entretanto, seria necessário que o Estado desse as condições adequadas para a utilização desse potencial e que os trabalhadores empregassem sua força produtiva com afinco na utilização destes recursos. Lobato também destaca a "riqueza da natureza brasílica" em *Urupês* (LOBATO, 1994: 176). Contudo, àquela circunstância, serve-se dessa característica para afirmar a incapacidade do homem de se sobrepor à natureza, tornando-se dependente e incapaz de dominá-la.

2.3.1. A moralidade, o trabalho e a vocação econômica

Segundo Jessita Moutinho, o "ser paulista" é uma composição de todos aqueles que vivem e trabalham em São Paulo (MOUTINHO, 1991). Esse também é um ponto importante na obra de Lobato: o trabalhador que contribui para o crescimento econômico do estado paulista. Como visto anteriormente, há em um primeiro momento na obra de Lobato uma forte crítica à falta de iniciativa do homem comum do meio rural, pois ele não contribuiria para o desenvolvimento do país. Entretanto, a partir dos textos produzidos ao final da década de 1910, Lobato vai ressaltar a característica de iniciativa dessa população rural que vence todos os desafios impostos pela natureza e pela política. Surge assim a valorização da iniciativa e do trabalho como característica definidora da população do interior de São Paulo, sobretudo do vale do rio Paraíba. No texto, *O Vale do Paraíba: diamante a lapidar*, presente no livro *Ideias de Jeca Tatu* (1919), o autor discute as potencialidades dessa região para o desenvolvimento de São Paulo e aponta como um desses elementos a característica da população, "civilizada e capaz de iniciativas" (1964: 230).

A alteração na obra de Lobato representa a reconciliação do autor com a ideologia da *Paulistanidade* em seu sentido de valorização da condição de filho de São Paulo. Entretanto, essa valorização é apenas relativa. Apesar das transformações em sua obra, uma ideia é constante no pensamento lobatiano. Como já sugerido, em *Urupês*, o homem encontra-se em uma relação de dependência com a natureza, sendo considerado por Lobato culpado por sua improdutividade e atraso (1994: 161). Essa culpa será retirada do homem simples do campo. Esse passa a ser visto como doente, necessitando da assistência do Estado[33] para sanar seus males e ingressar no mundo do trabalho da forma como São Paulo e o Brasil precisavam (LOBATO, 1964: 300).

Essa nova visão revela uma valorização do homem paulista, mas ainda persiste uma característica: o "povo" é visto sobre uma ótica mais positiva, mas Lobato destaca a natureza como superior na relação com o homem. A grandeza de São Paulo passa antes pela riqueza e generosidade de sua natureza que pela capacidade *produtiva* do seu povo. Essa é outra ideia ligada à ideologia da *Paulistanidade*, a extrema valorização das características geográficas do estado de São Paulo como sendo superiores às encontradas nas demais regiões do Brasil. Esse é apontado como um dos motivos para o progresso econômico do estado, associado à capacidade de iniciativa e ao empenho do homem paulista ao trabalho.

Nessa perspectiva, os textos de Monteiro Lobato podem ser avaliados à luz dos trabalhos de Michel Foucault, considerando especialmente as análises do filósofo sobre o papel dos Estados na administração e controle das populações. Em sua obra, Michel Foucault destaca que, através da biopolítica, a população se tornou um objeto construído a partir da gestão global da vida dos indivíduos. De acordo com o uso que Foucault faz desse termo, a biopolítica implica no controle das estratégias que os indivíduos, na sua liberdade, podem ter em relação a eles mesmos e uns em relação aos outros (REVEL, 2005: 55) dentro de uma orientação do Estado, cujas ações visam o bem-estar do corpo social.

[33] Nesse ponto, Lobato retoma as ideias higienistas que defendera a partir do final da década de 1910. Como causa para os problemas do Brasil e de São Paulo, o autor aponta a improdutividade de sua população. A solução para essa improdutividade seria encontrada nas orientações do higienismo, que deveria ser aplicado por meio de ações efetivas do estado. Assim, a transformação do homem comum em força de trabalho produtiva e apta a promover o desenvolvimento e modernização do país dependia das ações do estado, de sua administração e da boa condução dos negócios públicos, tudo isso em acordo com o interesse da coletividade.

Por meio da aplicação da biopolítica, o homem tornou-se o objeto do exercício do poder do Estado, que passou a afirmar seu domínio sobre a vida através de normas, cuja função é a de limitar as ações das populações. . O Estado visa garantir que as ações dos indivíduos estejam de acordo com o interesse da coletividade. O direito individual é limitado pela disciplina[34] que esse indivíduo precisa obedecer. Seu direito acaba onde começa o do outro; não do outro indivíduo, mas do interesse coletivo. Tem-se o direito de fazer tudo, dentro dos limites determinados pelos mecanismos disciplinares: a ciência, a família, a moral etc.

Nesse sentido, o Estado orienta a população visando à utilidade de cada um dos indivíduos que a compõem, possibilitando assim o "bem-estar geral". Essa orientação passa pela aplicação de políticas de preservação da vida, de controle de natalidade, de combate e prevenção de doenças, da aplicação de leis que definam o limite da liberdade individual e protejam a vida dos indivíduos.

Na análise de Foucault, a ocupação do pensamento político com o objetivo de promover o bem-estar dos cidadãos e a justiça passou por mudanças ao longo da história ocidental, com o surgimento de novas formas de racionalidade. Essas transformações culminaram com um aumento considerável, a partir do século XIX, do controle do Estado sobre a vida dos indivíduos que compõem o corpo social[35]. É seguindo essa lógica que se tornará imprescindível aos administradores um saber detalhado sobre seu próprio Estado e sobre os outros Estados. Esse saber se materializará pelo domínio de áreas tais como a demografia, a estatística, a geografia e a história, tendo em vista que, estando esses Estados seguindo a mesma lógica política, a comparação entre eles se torna fundamental.

---

[34] Segundo Judith Revel (2005), o conceito foucaultiano de disciplina "designa uma serie de mecanismos de vigilância que aparecem entre os séculos XVIII e XIX" (p. 55). Referem-se a técnicas de individualização do poder, como vigiar alguém, controlar sua conduta, seu comportamento, suas atitudes e colocá-lo no lugar que será mais útil.

[35] Dreyfus e Rabinow (1995: 150) destacam os três tipos de racionalidade política analisadas por Michael Foucault: a primeira, característica do período Clássico, em que a política era orientada por uma visão metafísica, servindo a um objetivo superior, o de orientar o homem num mundo imperfeito e dirigi-lo ao bem-estar através da imitação do governo de Deus sobre a natureza; a segunda, que surge durante o período da Renascença, estando sempre associada às ideias de Maquiavel, em que o Príncipe recebia instruções sobre a melhor forma de manter o poder sobre seu Estado através de ações práticas, por meio das quais as considerações estratégicas tornam-se mais importantes que as considerações metafísicas; uma terceira racionalidade, que emergiu durante o século XIX, assentada na "razão de Estado". A teoria da Razão de Estado, apresentada por Foucault, indica que o Estado adquiriu um fim em si mesmo, não sendo mais o seu objetivo alcançar a felicidade ou auxiliar o príncipe na manutenção de seu domínio, mas "aumentar o escopo de poder em proveito próprio, mantendo os corpos dos súditos do Estado sobre uma disciplina mais rígida" (DREYFUS E RABINOW, 1995: 151).

Nessa nova racionalidade (a da Razão de Estado) é a vida das populações, não mais dos indivíduos, que se torna um problema político. Essa nova racionalidade política, que se preocupa em "fazer viver" a população, vai se fortalecer ao longo do século XIX. Passou a ser necessário tornar útil a população e preservar a vida dos indivíduos que a compõem. Fazer com que os indivíduos vivessem significava torná-los úteis para a coletividade – ou seja, fazer com que se tornassem capazes de desempenhar uma atividade produtiva de acordo com as necessidades do Estado. Quanto mais indivíduos úteis, maior a possibilidade de progresso econômico desse Estado.

Como destacado por Dreyfus e Rabinow (1995: 149), a criação de corpos dóceis através do desenvolvimento das biopolíticas tem uma relação direta com o desenvolvimento do sistema capitalista. Na lógica do sistema capitalista, os indivíduos precisam se adequar a uma ética de trabalho contínuo para atingir o máximo de produtividade de acordo com as necessidades do Estado que administra a vida da população da qual esse individuo faz parte.

Essa lógica orienta o pensamento de Monteiro Lobato em suas reivindicações pelo saneamento rural do Brasil durante a década de 1910. Para compreendermos como essa preocupação com o individuo e com a população está presente na obra de Monteiro Lobato, vejamos alguns exemplos da visão do autor sobre o caipira. Em um trecho de *Velha Praga*, já citado anteriormente, Lobato escreve (LOBATO, 1994: 161): "Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive a beira dela na penumbra das zonas fronteiriças" *[sic]*.

Adiante, no mesmo texto, Lobato continua sua descrição sobre o homem do campo (LOBATO, 1994: 164):

> O caboclo é uma quantidade negativa. Tala cinqüenta alqueires de terra para extrair deles o com que passar fome e frio durante o ano. (...) Quando se exaure a terra, o agregado muda de sitio. No lugar ficam a tapera e o sapezeiro. Um ano que passe e só este atestará sua estada ali. A terra reabsorve os frágeis materiais da choça e, como nem sequer uma laranjeira ele plantou, nada mais lembra a passagem por ali do Manoel Peroba, do Chico Marimbondo, do Jeca Tatu... *[sic]*.

Também no texto *Urupês*, há alguns componentes da visão de Lobato sobre o homem rural. Neste texto, o autor escreve que "todo inconsciente filosofar do caboclo grulha nessa palavra atravessada de fatalismo e modorra. *Nada paga a pena*. Nem culturas, nem comodidades. De qualquer jeito se vive" *{sic}* (LOBATO, 1994: 170).

Lobato segue ainda definindo sua visão sobre a vida caipira (LOBATO, 1994: 164):

> Calcula as sementeiras pelo máximo da sua resistência às privações. Nem mais, nem menos. "Dando para passar fome", sem virem a morrer disso, ele, a mulher e o cachorro – está tudo muito bem; assim fez o pai, o avô; assim fará a prole empanzinada que naquele momento brinca nua no terreiro *{sic}*.

As criticas de Lobato à condição do caipira estão ligadas ao que, na visão do autor, representa o desperdício de força de trabalho devido a práticas tradicionais que não impulsionavam o caboclo a buscar uma melhor qualidade de vida. A ideia que regia a vida caipira era a de que nenhum esforço, que tivesse como intuito a comodidade, "pagava a pena". Em regra, a população rural estava, na visão de Lobato, acostumada a uma vida de privações que não lhe exigia muitos esforços para além de produzir o mínimo que garantisse sua sobrevivência. As práticas tradicionais do caipira resultariam em sua improdutividade econômica.

Nos textos em que discorre sobre questões referentes ao povo brasileiro, Lobato aponta a preocupação em tornar útil a população do interior do país para que essa pudesse contribuir para a modernização e o desenvolvimento nacional. Essa preocupação aparece com as críticas às práticas cotidianas, às tradições e aos costumes do caipira, vistos como comodismo e como inadequação ao trabalho contínuo e orientado. Essa crítica vai se transformar nos textos de *Problema Vital*, que pretende apresentar soluções para esse problema de inutilidade de milhões de vidas, tendo identificado as causas dessa condição na proliferação de doenças no meio rural, que vitimavam milhões de trabalhadores.

Referindo-se ao problema agrícola, causado pela falta de trabalhadores que pudessem promover o progresso econômico do país, Lobato escreve: "Braços! Braços!

Ha fome de braços. Um país de 25 milhões de habitantes não consegue fornecer braços para a lavoura do café. (...) É que os braços estão aleijados" *[sic]* (LOBATO, 1959: 242). No trecho seguinte, do livro *Problema Vital*, Lobato identifica as causas dessa improdutividade do caipira na proliferação de doenças no meio rural. Identificado o problema que causava a falta de braços, que a lavoura tanto precisava para se desenvolver, o autor passa também a apontar a solução para o problema: o saneamento dos sertões (LOBATO, 1959: 243).

O que vai marcar a diferença entre as ideias contidas nos textos de 1914, *Urupês* e *Velha Praga*, e no *Problema Vital*, escrito em 1918, é o alinhamento da crítica à indicação da necessidade de ações voltadas não apenas aos indivíduos isoladamente, mas à população como um todo. Essas ações deviam ser praticadas, ou ao menos orientadas, pelo Estado. O Estado tinha a responsabilidade de cuidar da vida da população, não apenas para promover a felicidade dos indivíduos que a compõem, mas para que cada pessoa desempenhasse da melhor forma um papel que fosse útil aos interesses da coletividade, da nação. Nesse sentido, Sérgio Fonseca (2008) faz referências ao código penal da República que não se omitia quanto à necessidade de cuidar dos jovens tidos como vadios, ociosos e abandonados – necessidade essa que orientou a fundação do *Instituto Disciplinar Paulista*. A modernização e o progresso do país estavam acima do interesse particular de cada individuo. Os asilos criados na virada do século XIX para o XX visavam atender à parcela da população considerada "moralmente abandonada", dando a instrução elementar - ensino de leitura e escrita, aritmética -, o aprendizado industrial e agrícola e noções de moral (FONSECA, 2008). Assim, a ideia de moral se relaciona à importância de uma orientação que promova a ocupação e o afinco ao trabalho.

Salvar o povo da situação de abandono por parte do Estado brasileiro e torná-lo capaz de promover o progresso do país também eram os fios condutores das ideias de Lobato, ao final da década de 1910. Fazer com que a população se tornasse útil associava-se ao desejo de o Brasil acertar o passo com os países mais desenvolvidos (LOBATO, 1994: 171), tendo como exemplo a ser seguido o empenho ao trabalho, identificado na população de São Paulo.

Contudo, o direito do caipira, do homem simples do campo de decidir sobre a forma como desejava viver, sobre suas práticas cotidianas, passa a ser limitado quando

esse se torna um problema de interesse nacional. Na visão de Lobato, o interesse da coletividade está centrado na necessidade de esse homem do campo se tornar útil para a sociedade, desenvolvendo uma atividade produtiva. Era necessária então a difusão de uma moralidade ligada ao trabalho, já perceptível em parte da população de São Paulo, mas ainda ausente no caipira e nas populações de outras regiões do país.

Segundo Denise Jodelet, as representações sociais circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais (JODELET, 2001: 17). A representação da *Paulistanidade* pode então ser observável por sua cristalização em um tipo de conduta moral típica do paulista – como o apego ao trabalho – que seus defensores constroem por meio de um discurso que produz (e afirma) a diferença dessa parcela da população em relação ao conjunto dos brasileiros.

Uma concepção de moral presente em processos que visavam o bem estar e a ordem pública em São Paulo também pode ser verificada em ações como a criação do Instituto Disciplinar (FONSECA, 2008) ou as mudanças arquitetônicas empreendidas no centro da capital paulista no início do século (SOUZA, 2009). A reformulação arquitetônica visava dar à cidade uma nova face "européia" com o predomínio de símbolos de modernidade como novos prédios públicos e comerciais e a implantação do bonde elétrico.

Sobre esse aspecto, Monteiro Lobato revela uma visão crítica à nova feição estética da cidade. O autor expõe uma concepção de modernidade estética que vai à contramão das práticas adotadas nas reformas do centro da cidade de São Paulo. Nos textos de *Idéias de Jeca Tatu* (1918), encontramos uma ampla defesa da necessidade de criação de um estilo próprio da nacionalidade. Essa concepção estética seria a expressão das características da "raça e do ambiente". Para o escritor, a adoção de vários estilos estrangeiros que caracterizava a nova face da cidade, a partir de sua reformulação, era fruto da incultura: "Incultura nos incultos, meia-cultura nos cultos, snobismo inferne nos 'entendidos' e cubice paranóica nos paredros supremos; eis o quadrado dentro do qual a feição estética da cidade evolue" *[sic]* (LOBATO, 1964: 27).

No texto *A criação do estilo* o autor aponta que essa incultura impedia o surgimento no seio da Sociedade das exigências capazes de impulsionar a formação de

um estilo particular: “Estilo não se cria, nasce. Nasce por exigência do meio. Ora, num meio incapaz dessa exigência, compete ao artista provoca-la, criando o estado d’alma propicio” *[sic]* (LOBATO, 1964: 27). Para a criação desse estilo próprio seria preciso ensinar o “bom gosto” aos artistas anônimos que definiam a feição da cidade. Esse era o dever de instituições como o Liceu de Artes e Ofícios que, orientando esses trabalhadores, garantiria “um futuro menos incarateristico” que a feição urbana existente naquele momento (LOBATO, 1964: 28). Dessa forma o autor aponta para uma perspectiva pedagógica em que o bom gosto estético era algo a ser ensinado, dando ênfase à criação de um estilo capaz de conferir uma identidade ao povo.

Mas, junto a essa ausência de um estilo próprio que particularizasse a cidade, podemos identificar outras ações presentes nesse processo de reforma urbana e que se relacionam a uma ideia de moralidade característica da *Paulistanidade*. Uma dessas medidas é a proibição de anúncios no centro de São Paulo como forma de limitar as manifestações populares e proteger o sossego público. Também passou a haver maior controle do comércio e dos trabalhadores no centro da cidade, das roupas, da forma como se portavam, da identificação de quem podia trabalhar etc. Todas essas ações impunham padrões de moralidade que, segundo Luis Antônio de Souza (2009), eram estranhos à população operária. Essa nova moralidade “implantada” se relacionava a uma visão de mundo de grupos privilegiados que visavam o conforto a partir das expectativas que se desenhavam devido à sua condição social. Assim, as elites impunham aos operários, e mesmo às classes médias, uma moralidade que se colocava distante de sua experiência.

Assim como em São Paulo, esses processos, também ocorreram em outras regiões do país – como é o caso da reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro (SEVCENKO, s.d). Como ponto em comum, esses processos foram de, forma geral, de encontro às práticas e ao modo de vida tradicionais de uma grande parte da população como os pobres, trabalhadores, ex-escravos, que acabaram sendo excluídos e lançados à margem das cidades e da sociedade.

A ideia de progresso e de civilização dissociava-se do desenvolvimento material das condições de vida das pessoas comuns (SOUZA, 2009). O progresso, a modernidade, a civilização eram impostos em uma perspectiva elitista. Essa imposição delimitava também o papel do povo no desenvolvimento do estado e do país, percebido

na necessidade de preparação da população como mão-de-obra, enquanto seus gostos e costumes eram relegados ao segundo plano. Discutindo o cuidado com os menores na cidade de São Paulo na passagem do século, Sérgio Fonseca (2010) aponta que regenerar e reeducar foram palavras de ordem da intervenção institucional durante a República Velha. O que podemos inferir por meio da leitura e das reivindicações de Monteiro Lobato, sobretudo ao final da década de 1910, é que, para o autor, essas práticas deveriam ser direcionadas a todos que se mostrassem incapazes de transformar suas condições de vida ou que desconhecessem tal condição – incapacidade que caracterizava o caipira nos textos lobatianos.

Traduzindo a perspectiva de modernidade e progresso da elite paulista, a *Paulistanidade* seria perceptível na conduta do povo paulista como um caráter positivo, que tem sua origem em uma ideia de moral – o compromisso com o trabalho – que deveria ser levada aos que não comungavam desses valores. Segundo Denise Jodelet (2001: 19), a visão moral de uma representação social pode provocar ostracismo e rejeição, e da parte daqueles que são estigmatizados ou excluídos, submissão ou revolta. Nessas condições, o trabalhador, os pobres, o caipira, se encontram em relação de descompasso aos anseios da *Paulistanidade*. Parte dessa população foi excluída da ideia defendida pelas elites ou, ao menos, teve sua posição limitada por sua condição social. Essa limitação pode ser percebida no sentido de tornar útil essa parcela da população como mão-de-obra que contribuísse para o progresso e modernização de São Paulo e do país. Isso reflete uma reconciliação, por meio de medidas moralizadoras, que tornariam os grupos populares uma força produtiva e seus componentes passiveis de serem reconhecidos como “paulistas”.

2.3.2. Regionalismo, nacionalismo e cosmopolitismo: caminhos percorridos por Lobato.

A nova visão que Lobato elabora da população rural, a partir do final da década de 1910, vai somar-se às suas teorias sobre a econômica e a política nacional e à valorização de outro componente constitutivo da população de São Paulo: o imigrante europeu. Discutindo, no livro *Mr. Slang e o Brasil* (1927), a necessidade de

estabilização da moeda nacional, já durante a década de 1920, Lobato aponta quais seriam os benefícios dessa ação (1959: 32):

> [Um imigrante europeu questiona]- "E a gente do Brasil vive sob um regime desses? Não arrebentam todos?"
> [Mr. Slang responde] - "A vida la se resume a fazer ginastica, em dar pinotes para adaptar-se ao cambio do dia O brasileiro distrai-se com isso e esquece-se de enriquecer". (...)
> [Fala o interlocutor brasileiro] - Realmente! Está aí um aspecto da questão que nunca me ocorreu. Quer dizer que no dia que tivermos moeda estável o afluxo de braços será enorme.
> [Responde Mr. Slang] - Colossal! O Brasil inteiro se transformará num estado de São Paulo, que se é o que é deve-o sobretudo a um pouco de braço e cérebro europeu que para lá se encaminhou *[sic]*..

Nessa passagem, está demonstrada a visão de Lobato sobre São Paulo em relação ao Brasil. São Paulo é um símbolo que deve ser seguido pelas outras regiões do país. O estágio de progresso atingido por São Paulo é o ponto que Lobato prevê para as demais regiões brasileiras a partir de um processo de estabilização monetária que possibilitaria um maior afluxo de braços estrangeiros para o país, contribuindo para seu desenvolvimento, assim como ocorrera com o estado paulista.

Em relação ao povo é ressaltada a importância do estrangeiro na composição da população, contribuindo com o desenvolvimento econômico através de sua força de trabalho e de seu senso de realidade e consciência (LOBATO, 1959: 33). Nessa perspectiva, a ideia de povo paulista estaria para Lobato no "entre caminho" de um símbolo ideal a um ponto de negação. De um lado, há a idealização do europeu – representado pelo trabalhador imigrante – e, posteriormente, também tendo os Estados Unidos como parâmetro de modernidade. Do outro lado, encontra-se o símbolo negativo do homem brasileiro de outras regiões do país que, assim como o caipira paulista, precisava ser salvo de suas mazelas através da assistência do Estado.

Segundo Lobato, com a estabilização da moeda, "o Brasil inteiro se transformará num estado de São Paulo, que se é o que é deve-o sobretudo a um pouco de braço e cérebro europeu que para lá se encaminhou" (LOBATO, 1959: 32). Nessa passagem, está demonstrado um ponto característico da visão do autor sobre a relação

de São Paulo com o Brasil. Também tem a visão sobre o povo, ressaltando a importância do estrangeiro na composição da população. Nessa perspectiva, a ideia de povo paulista estava para Lobato em uma comparação com o símbolo ideal do europeu e o símbolo negativo do homem rural de outras regiões do Brasil, mas também do interior paulista. Assim, a *Paulistanidade* de Lobato está *no meio do caminho* entre esses dois pólos. Lobato não vê seu povo paulista ideal como algo pronto, mas algo a ser construído através da adaptação de características dos estrangeiros, que se fixaram no estado de São Paulo, e da adequação da população rural. Sua ideia de povo estava no meio do caminho entre o imigrante europeu e o caipira paulista.

Sua *Paulistanidade* também se revela no apontamento dos indícios de modernidade já presente em São Paulo. O estado paulista é "o galho mais vigoroso da arvore doente chamada Brasil" (LOBATO, 1959: 33). Na "realidade brasileira", onde imperam o atraso e a improdutividade, o estado paulista é o modelo a ser seguido pelos demais estados do país. Mas São Paulo e o Brasil também estão relacionados a uma esfera internacional. Mr. Slang esteve na Índia, na Nova Zelândia, nas Ilhas Salomão, em Hawaí, em Sorawok e outras "inconcebíveis terras de gente cor de pinhão". Por fim, veio parar no Brasil (LOBATO, 1959: 05). Para o inglês, a característica do pitoresco unia todos esses lugares. Eles eram diferentes da Inglaterra, tomada como parâmetro de modernidade.

Nesse sentido, podemos identificar que Monteiro Lobato estabelece uma escala em sua geografia da modernidade. No ponto mais alto, estão a Inglaterra e os Estados Unidos e, em menor escala, a Argentina. Esses países são tomados como símbolos do arrojo econômico, das mais avançadas ações políticas, o berço das grandes ideias, onde o trabalho é valorizado. No texto *Resignação*, publicado no livro *Opiniões*, Lobato demonstra sua visão sobre a condição do Brasil em relação a esses países (LOBATO, 1959: 180):

> E assim vamos vivendo, vergonhosamente entalados entre dois países cada vez mais prósperos e poderosos: Estados Unidos e Argentina, este dez vezes, aquele cem vezes mais rico do que nós. E os nossos estadistas continuam a ser grandes estadistas - enquanto transportam no lombo as relíquias da fabula *[sic]*.

Apontando as falhas dos governos e a resignação da população, os temas centrais desse texto, encontramos os elementos que definem o lugar do Brasil nessa geografia da modernidade. O Brasil encontra-se na extremidade oposta aos Estados Unidos, Inglaterra e Argentina, estando ladeado por países como a China, o Senegal e o Havaí. Nesses lugares, impera o despreparo e o descompromisso com o trabalho, as ações retrógradas na administração, a mentalidade em descompasso com os ideais da modernidade e do progresso.

Mas no meio do caminho entre essas duas extremidades, encontra-se o estado de São Paulo. Diferenciando-se dos outros estados do Brasil devido às suas origens ancestrais, ao comprometimento da população com o trabalho, à moralidade de seus governantes à mentalidade de seu povo e de suas elites mais comprometida com os ideais de modernidade, é fundamental ressaltar que essa diferença esteve associada à influência estrangeira. São Paulo é o mais próximo que o Brasil chega do ideal de modernidade presente nesses outros países, por isso o estado paulista tem o dever de guiar o país no processo de modernização e progresso.

Após essa passagem pela obra de Lobato, podemos apontar o quanto esse autor é um mutante, ele passa da admiração européia à norte-americana e, num pulo, à admiração paulista. Em cada um desses casos, seja lá qual for o qualificativo político concedido ao autor, ele não pode deixar de ser reconhecido como um astuto observador social. Talvez, por isso mesmo, Lobato não tenha tido nenhum temor em ser polêmico ou em ser pego em suas próprias armadilhas. Lobato, aos poucos, compreende que as singularidades de "um povo" o levavam ao "moderno" – e não o contrário. Dessa conclusão, como outros já sugeriram (SOARES, 2007), pode ser depreendido o apego de Lobato à literatura infantil: cansado de "falar" aos adultos – às vezes, "paus tortos, sem conserto" – Lobato resolveu "atiçar as crianças" – elas poderiam ser "moderninhas". Com uma pedagogia peculiar, continuou defendendo o alcance de uma modernidade que representasse nosso país. Embora essa seja outra história, ela não é avessa à obra adulta lobatiana. Nesse sentido, as pistas encontradas nos textos de Lobato nos levam a afirmar que captar o moderno na obra de Lobato nos interessa muito mais do que apenas "classificá-la como moderna".

Seguindo esses ideais de modernidade e progresso, a importância dada à noção de trabalho estabelece a ligação mais forte entre a obra lobatiana e a ideologia da

Paulistanidade. Retomando esse percurso, concluímos como o pensamento lobatiano se relaciona a essa ideologia através da valorização de São Paulo, de sua pujança econômica, de sua característica como um lugar de trabalho que estabelece as inúmeras diferenças entre o estado paulista e as demais regiões do país. A *Paulistanidade* de Monteiro Lobato pode então ser identificada na valorização do fator econômico ligado ao trabalho produtivo que concedem a São Paulo a condição de guiar e inspirar o Brasil a trilhar o caminho da modernidade e do progresso. Todavia, que não se esqueça que a *Paulistanidade a la Lobato* apontava sempre para o "meio do caminho". Como era característica desse autor, a diferença lhe aprazia mais do que a imitação pura e simples, ausente de criatividade.

CAPÍTULO III

A REPÚBLICA SOB O OLHAR DE MONTEIRO LOBATO

3.1. OS PERÍODOS DA REPÚBLICA SEGUNDO MONTEIRO LOBATO

Nas crônicas reunidas em *Mr. Slang e o Brasil*, Monteiro Lobato elabora uma leitura sobre a República Brasileira – e é objetivo central deste trabalho acompanhar essa leitura e apresentar seus vínculos com a *Paulistanidade* como "projeto nacional". Essa construção passa pela análise de vários aspectos da economia, dos conflitos políticos, da necessidade de modernização do país, das atividades de diversos grupos sociais como funcionários públicos e as Forças Armadas, temas esses que discutiremos mais detalhadamente à frente.

Por meio da análise dos textos reunidos em *Mr. Slang e o Brasil*, produzidos na passagem de 1926 para 1927, podemos identificar a formulação de uma história da República no Brasil em que Lobato indica alguns aspectos que, para ele, teriam contribuído para que o país chegasse à situação em que se encontrava naquele momento, ressaltando a crise política e econômica que se desenrolava durante a década de 1920. O ambiente político desse período ganha destaque em sua obra através da análise que constrói dos governos republicanos, com destaque para o quadriênio da presidência de Artur Bernardes (1822-1826). A partir da análise da passagem do governo Bernardes para Washington Luis, Monteiro Lobato elabora uma leitura mais ampla da Primeira República, retornando ao apontamento de características dos primeiros anos do regime republicano e deixando transparecer suas expectativas em relação aos tempos vindouros.

A visão sobre a República está dividida nessa obra de Monteiro Lobato em três fases. A primeira corresponde ao período entre a mudança do regime monárquico para o republicano (1889) e a morte de Afonso Pena (1909). Em sua análise, Lobato reserva uma grande importância aos homens que governaram o Brasil nesse período, lançando mão da experiência que traziam do período monárquico. A segunda fase estende-se da chegada de Nilo Peçanha ao poder (1909), após a morte de Afonso Pena, até o final do governo de Artur Bernardes (1926). Essa fase é denominada pelo próprio

autor como "período ciclônico"[36], sendo caracterizado por grandes perturbações políticas e econômicas, pelo acirramento dos conflitos entre o governo e os militares e pelo aumento da insatisfação da população e de grupos oligárquicos com o governo central. Finalmente, a terceira fase teria início com a eleição de Washington Luís para a presidência da República em 1926. Assim, o novo governo representaria o começo de uma nova fase na história nacional.

Nosso objetivo é discutir a construção de cada uma dessas fases da República presentes no livro *Mr. Slang e o Brasil*, destacando a construção elaborada por Monteiro Lobato de uma narrativa que circula pelos campos da História, do Jornalismo e da Literatura e explicita os conflitos entre ficção e não ficção. Ao apontarmos essas questões, buscamos caminhos para discutir a forma como as ideias presentes na construção dessa história republicana se relacionam com a proximidade de Lobato com a política paulista nesse período. Seus textos revelam um discurso modernizador aos moldes de um projeto político oriundo de São Paulo, onde as críticas ao ambiente político e econômico desse período estavam ligadas a uma tentativa de redefinir os caminhos da nação brasileira através de uma retomada do controle do poder central por parte dos grupos ligados à oligarquia paulista. Acreditamos que a elaboração dessa escrita da história republicana revele indícios de uma transformação modernizadora que Monteiro Lobato almejava para o país, tendo São Paulo como parâmetro e a retomada do controle da política nacional pelas oligarquias paulistas como a possibilidade de sua realização.

3.1.1. A República dos Conselheiros: experiência e compromisso.

Como indicado acima, Monteiro Lobato estabelece uma divisão do período republicano brasileiro em três fases. A primeira é caracterizada como um momento de transição entre a Monarquia[37] e a República. Os governantes que ocuparam os cargos de

[36] O termo "ciclonico" é usado sem acentuação nos textos de Lobato de acordo com as normas ortográficas vigentes durante a década de 1920. Optamos por adequar esse termo às normas ortográficas em vigor, mantendo as características da escrita original apenas nas citações diretas.

[37] Sobre a relação com a Monarquia, ver texto *Banimentos, visitas e comemorações*, de Luciana Peçanha Fagundes. Podemos trabalhar melhor o liberalismo e o bacharelismo como heranças da Monarquia para a República.

presidente, nesse período, são apontados pelo autor como homens "sensatos e experientes" devido à vivencia política que traziam desde o período do Império.

A passagem do regime monárquico para o republicano resultou dos conflitos entre os grupos oligárquicos das províncias mais ricas do Império, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com o governo Imperial. Os conflitos entre esses grupos foram agravados com a Abolição da Escravatura em 1888. Prejudicados pelas políticas adotadas pelo governo imperial, os grandes proprietários rurais vislumbraram como solução para seus problemas a adesão ao projeto republicano (ALENCAR, CARPI e RIBEIRO, 1979: 182). Buscando maior participação nas decisões políticas, os grandes proprietários rurais aderiram ao projeto republicano também como uma forma de retaliação ao governo imperial que não atendera suas reivindicações.

Com esse descontentamento, muitos políticos que antes figuravam nas fileiras imperiais aderiram ao movimento republicano. Esse crescente apoio resultou na fundação da República em 1889 que, contudo, ocorreu por meio de um ato comandado pelo exército (ALENCAR *et al*, 1979: 185). Implantado o regime republicano, o governo ficou sob o domínio dos militares. Apenas em 1894 o poder central foi repassado para os grupos civis com a eleição do político paulista Prudente de Moraes para a presidência da República entre 1894 e 1898. Os grupos que assumiriam a direção do país a partir desse momento estavam fortemente ligados às oligarquias regionais, sobretudo aos grandes produtores rurais de São Paulo e Minas Gerais.

Tomada a frente do governo em âmbito nacional, as oligarquias regionais buscaram soluções para os conflitos em torno da escolha do presidente da República. Uma das saídas adotadas foi a elaboração de um pacto político entre mineiros e paulistas, representantes dos dois estados mais ricos e mais influentes no período. Esse pacto estabelecido em 1902 e costurado pelo então presidente Campos Salles (1898-1902) ficou conhecido como "Política dos Governadores". Uma revisão historiográfica recente tem questionado a ideia de "política do café-com-leite" que aponta para um amplo domínio do poder central por parte das oligarquias dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Uma das bases para essa nova leitura são os constantes conflitos ocorridos nos processos de sucessão presidencial que marcaram o período da Primeira República. A falibilidade da política dos Governadores não confirmaria assim a consistência de um domínio por parte dessas oligarquias. Contudo, apesar de não garantir um domínio total

do poder central para as oligarquias de primeira grandeza (FERREIRA e PINTO, 2006: 06) – São Paulo e Minas Gerais –, esse acordo definiu certa predominância desses estados sobre os demais rincões do país na disputa pelo controle da política em nível nacional apesar da constante resistência de outros grupos oligárquicos.

Mas a garantia de uma alternância no poder durante a maior parte da Primeira República não foi sinônimo de entendimento total entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Os conflitos políticos entre os dois grupos oligárquicos produziram criticas e descontentamentos do grupo que se encontrava momentaneamente afastado do poder. Na esteira desses conflitos e desses descontentamentos, Monteiro Lobato elabora sua leitura sobre a República brasileira, escrevendo durante outro momento crucial do regime republicano: a passagem do comando do governo de Artur Bernardes para Washington Luis.

Um dos aspectos dessa análise de Lobato sobre a República brasileira é a recorrência ao período Monárquico para ressaltar o caminho trilhado pela política nacional até que se chegasse ao momento analisado. A relação entre o período inicial da República com o Império se dá principalmente por que os homens que comandaram os governos republicanos nesse período seriam herdeiros da experiência e da sabedoria imperial. São homens moldados pela atividade política inspirada na prudência que, para Lobato, era uma importante marca do governo de Dom Pedro II. O autor ressalta o compromisso com os negócios públicos fundado nas noções de justiça e moralidade[38]. Isso pode ser percebido no trecho a seguir. Segundo Lobato (1959: 37):

> Pedro II tinha o maior escrúpulo na nomeação de um simples juiz que fosse. Sabia que um mau juiz é calamidade vitalícia. Ora, a República, até Afonso Pena, ainda muito se beneficiou com a projeção no tempo do célebre lápis azul do Imperador. Mas o amoralismo que daí para cá presidiu a escolha dos substitutos desses homens, até quando operará os seus tristes resultados? *[sic]*.

[38] A moralidade está ligada à valorização do trabalho. Dessa forma, os governos do período ciclônico são considerados imorais pela perversidade com que tratam o trabalhador que produz riqueza, mas que não pode usufruir do fruto de seu trabalho pelos equívocos da política econômica e fiscal, pela falta de responsabilidade e compromisso dos governantes com o interesse público e pela ação inescrupulosa de agentes que deveriam defender os interesses nacionais.

Para Monteiro Lobato, o comprometimento com o interesse público do governo de D. Pedro II media-se pelo senso de responsabilidade com que indicava os ocupantes de cargos públicos no Império. Essas escolhas levavam em consideração a idoneidade e o caráter dos postulantes aos cargos. Nos primeiros anos do período republicano, houve ainda uma forte atuação política de agentes oriundos do período monárquico, que eram escolhidos por meio desses critérios. Isso tornou possível a manutenção de práticas baseadas em uma orientação moral que seguiam esses moldes. Na visão do autor, os governos republicanos teriam se beneficiado com a idoneidade e o senso de dever público desses homens cuja prática política provinha do Império, dentre os quais se encontravam alguns dos ocupantes do posto de presidente da República, como foi o caso de Afonso Pena que havia desempenhado a função de Conselheiro Imperial[39].

Segundo Lobato, até o governo de Afonso Pena a República ainda se beneficiava "com o célebre lápis azul do Imperador", em uma referência clara ao legado que o Império deixara para a República. A chegada de Nilo Peçanha e, posteriormente, de Hermes da Fonseca ao poder, após a morte de Afonso Pena, daria início às transformações nesse quadro. Analisando esse momento, Lobato afirma que essa mudança seria a expressão de uma "guerra aos conselheiros" – os velhos estadistas monárquicos que aderiram à república – e que governavam o país com a experiência adquirida na prática política imperial, fazendo a transição da monarquia para a República (LOBATO, 1959: 35).

Através da análise da atuação desses políticos, Lobato indica uma relação de certa continuidade entre o Império e o primeiro período da vida republicana. Até a morte de Afonso Pena conservava-se no Brasil uma moralidade e um compromisso político herdados do Império, cujas características estavam reunidas e podiam ser percebidas na conduta pessoal do Imperador e nas atitudes de seus conselheiros. Na República, o símbolo dessa conduta moral era encontrado por Monteiro Lobato no próprio Afonso Pena. Para Lobato, o Brasil entrou em falência a partir da morte de Afonso Pena, em

[39] Essa ideia também pode ser percebida no pensamento de Ruy Barbosa. Em texto analisado por Edgard Carone sobre a sucessão presidencial de 1909, Ruy Barbosa indica os motivos que o levavam a se opor à candidatura de Hermes da Fonseca para a presidência e cita inúmeros nomes de políticos oriundos do Império que poderiam ocupar o cargo máximo da República, aplicando a experiência adquirida no regime anterior. Ver: CARONE, 1969: 50.

1909, quando ainda estava no exercício do mandato de presidente da República[40]. Lobato via em Afonso Pena a figura de um administrador idôneo e capaz de conduzir o país da melhor forma, isentando a administração do Estado das ações nocivas dos "parasitas" que já se encontravam a postos para sugarem a máquina pública. Para Lobato, "nunca um chefe de estado morreu tão fora de propósito *[sic]*" (1959: 35). A morte de Afonso Pena deixava o caminho livre para as ações de parasitismo no governo republicano.

Contudo, para além dos elogios ao governo de Pedro II como lugar origem da idoneidade governamental no primeiro período republicano, Lobato aponta também na Monarquia a raiz de um dos problemas que seria enfrentado pela República de forma mais contundente a partir da escolha do sucessor de Afonso Pena. Segundo o autor, o "tumor militar" no Brasil (LOBATO, 1959: 35) vinha sendo alimentado desde a guerra do Paraguai e teria, em 1909, suas conseqüências mais drásticas. A interferência militar nas questões políticas provocou momentos de instabilidade durante o período republicano. Essa relação instável entre os agentes políticos civis e as Forças Armadas é um dos temas abordados por Lobato nos textos de *Mr. Slang e o Brasil* e revela a preocupação do autor com essas questões. Esse é o conteúdo das críticas ao governo de Hermes da Fonseca (1910-1914) e que aproxima as ideias de Lobato ao "civilismo" característico da *Paulistanidade* (MOUTINHO, 1991: 111).

Com relação à mudança de regime da Monarquia para a República, Monteiro Lobato se posiciona de forma conciliadora. A própria menção às ações do Exército no movimento de mudança do regime político é feita de forma a ressaltar a importância desse grupo naquele momento. Personalidades que participaram do movimento de fundação da República, como o marechal Deodoro da Fonseca, são apontados como heróis nacionais (LOBATO, 1959: 119), reconhecimento que, para Lobato, resultava do fato de terem obtido sucesso nessa empreitada. Contudo, a interferência das Forças Armadas na política é vista com ressalvas pelo autor que questiona a necessidade de manutenção desses órgãos, tomados, sobretudo, como ineficientes. Essa visão do autor

[40] Afonso Pena ocupou cargos no governo imperial. Foi ministro da Guerra (1882), ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1883-1884) e ministro da Justiça (1885). Foi Conselheiro do Império do Brasil, assim como Rodrigues Alves, e membro do Gabinete Imperial de Dom Pedro II (CARONE, 1969).

sobre as Forças Armadas é encontrada no seguinte trecho do texto *Da cabeça e da mão* (LOBATO, 1959: 81):

> [Fala Mr. Slang] – Se nenhum povo possuísse exercito e marinha, que sucederia? (...) Consequencia logica, desaparecimento da guerra no mundo. Um bem, pois. E se constituiria um bem a extinção dos exercitos e das marinhas, quer isto dizer que a existencia deles é um mal.
> [Responde o interlocutor brasileiro] – Teoricamente está certo, Mr. Slang. Mas seria necessário que todos os povos os suprimissem. E se existem povos carniceiros como os leões, que se armam até os dentes, os outros se vêem forçados a fazer o mesmo.
> [Retruca Mr. Slang] – Sim, a armarem-se. Mas acha que é armar-se possuir curiosos aparelhos de defesa que não funcionam por antiquados ou ineptos?
> [Conclui o personagem brasileiro] – Sua lógica é terrível, Mr. Slang, mas no caso brasileiro de nada vale. É impossível extinguir aqui os aparelhos de defesa inúteis e que muitas vezes se voltam contra o país *[sic]*.

Mesmo apontando a importância do papel dos militares na mudança de regime de governo, Lobato faz críticas à interferência desse grupo na política nacional e questiona a própria necessidade da Marinha e do Exercito para o país, destacando os grandes investimentos que requeriam dos cofres públicos. Para o autor, as interferências das Forças Armadas na política republicana seriam a origem dos momentos tumultuosos vividos pela República até então.

Com essa ideia, Monteiro Lobato se aproxima do posicionamento de Ruy Barbosa no período da eleição presidencial de 1910 (CARONE, 1969). Existia oposição por parte de alguns agentes políticos à atuação militar. Um desses agentes era Ruy Barbosa que, assim como outros agentes destacados por Lobato em seus textos, tinha sua carreira política fundada no período do Império. Em carta aos senadores F. Glicério e A. Azevedo, Ruy Barbosa aponta o papel que reservava às Forças Armadas (*apud* CARONE, 1969: 52):

> Mas por isso mesmo que quero o exercito grande, forte, exemplar, não o queria pensando sôbre o Governo do País. A nação governa. O

> exercito, como os demais órgãos do país, obedece. Nesses limites é necessário, é inestimável o seu papel. *[sic]*.

Esse era um conflito pelo domínio da administração republicana que se torna mais visível na eleição de 1910. Na arena, encontramos os antigos conselheiros imperiais e os chefes das oligarquias regionais que tinham o controle do poder central até aquele momento; opondo-se a estes estava uma parcela das Forças Armadas e integrantes de oligarquias de segunda grandeza que buscavam maior participação nas decisões políticas. Os reflexos desses conflitos eram sentidos ainda no momento em que Lobato elabora sua visão sobre a República nos textos de *Mr. Slang e o Brasil* ao final da década de 1920.

Lobato também ressalta a importância das Forças Armadas como um dos agentes responsáveis pela configuração do contexto nacional no período republicano, vendo com reservas, e sob um ponto de vista crítico, sua interferência nas questões políticas. Essa era uma das causas para a crise na qual o país se encontrava ao final de 1926. Isso pode ser percebido no seguinte trecho do texto *Do período ciclônico* (LOBATO, 1959:35):

> Havia [quando morreu Afonso Pena] um ciclone incubado no velho tumor militar do Brasil, tumor que nasceu lá pelos fins da guerra do Paraguai e vem dando febres no país até hoje. Febre intermitente. A habilidade dos velhos estadistas monárquicos que aderiram à República conseguiu manter o ciclone em estado de tumor. Esperavam que com o tempo o organismo o reabsorvesse. E assim seria, se a morte de Afonso Pena não viesse arrancar o governo das mãos desses experimentados e prudentes varões para entrega-lo a mashorca. "Basta de conselheiros!" foi o grito de guerra. Esse grito queria dizer, basta de experiência e prudencia *[sic]*.

Assim como a República recebera por herança do Império a experiência de parte de seus agentes políticos, recebera também os problemas relacionados às Forças Armadas. Os antigos conselheiros imperiais, que aderiram à República e colocaram à disposição do país sua experiência na política do Império, haviam conseguido habilmente contornar esse problema até a morte de Afonso Pena.

Para Lobato, a ordem política deveria ser garantida através da atuação de outros agentes que não os militares. A ideia defendida pelo autor era das Forças Armadas se afastarem do jogo político, ameaça que se manteve constante durante a primeira fase republicana (MOUTINHO, 1991: 111), o que já podia ser encontrada em 1909 nas palavras de Ruy Barbosa. Como aponta Edgard Carone, o político baiano se opunha ao envolvimento dos militares nas questões políticas, defendendo que as Forças Armadas mantivessem sua atuação dentro dos limites estabelecidos constitucionalmente e sob o comando do presidente da República (CARONE, 1969: 52).

Assim, a estabilidade política ressaltada por Lobato estaria ligada à predominância oligárquica no controle da política nacional. Como destacado por Marieta Ferreira e Surama Pinto (2006: 05), a ordem estabelecida com a política dos governadores se manteve praticamente por todo o período republicano, exceto em momentos como a eleição de 1909/1910 que deu início à campanha civilista. O desacordo político entre as oligarquias de primeira grandeza, que vinham mantendo o controle sobre a política nacional desde a eleição de Prudente de Moraes, seria agravado nesse momento com a interferência militar na questão através da indicação do marechal Hermes da Fonseca como candidato à presidência da República.

É esse momento de instabilidade que Lobato vai apontar como a culminância do processo que instaurou uma nova ordem política na República brasileira que ele denomina de "Período Ciclônico" (LOBATO, 1959: 35). Assim podemos verificar que as características dessa política dominada pelas elites oligárquicas - que revelou um amplo domínio paulista no período entre a instauração dos governos civis com a chegada ao poder de Prudente de Moraes em 1894 e a eleição de Afonso Pena em 1906 - são apontadas positivamente por Lobato. Até 1909, com um domínio oligárquico no comando da política, ressaltando as ações de homens moldados e experimentados durante o Império, o Brasil trilhou por um caminho de moralidade e compromisso com as questões públicas, caminho do qual se desviaria a partir daquele momento.

3.1.2. O Período Ciclônico: o império da imoralidade.

A segunda fase do período republicano conforme apontado por Monteiro Lobato tem algumas de suas características identificadas mais nitidamente em *Mr. Slang e o Brasil* através das referências feitas pelo autor a três personalidades principais: Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca e Artur Bernardes. A morte inesperada de Afonso Pena em 1909, quando ocupava o cargo de presidente da República, decretou uma alteração abrupta na política nacional. Chegavam ao poder homens que, na visão de Lobato, não demonstravam o mesmo preparo político e não tinham o mesmo caráter moral encontrado naqueles que haviam governado a República até aquele momento.

No texto intitulado *Do Período Ciclônico*, Lobato expõe via Mr. Slang a ideia de que, com a chegada de Nilo Peçanha ao Catete, se entronizavam algumas das características do ambiente político que o Brasil viveria por mais de uma década (LOBATO, 1959: 36):

> Desaparecera o escrúpulo moral. Entronizava-se no governo o amoralismo, a "injunção política", e eu, um inglês, não preciso dizer a um brasileiro o que têm sido esses longos anos de furacão amoralista. Hoje me dá o Brasil, visto em conjunto, a sensação de uma terra devastada. De pé, coisa nenhuma. O que está de pé não resiste a um empurrão, vacila *[sic]*.

Segundo Lobato, a ideia de amoralismo presente nos governos do período ciclônico relegava àqueles que demonstrassem alguma rigidez de caráter um lugar na lista negra dos governantes (LOBATO, 1959: 38). Esse amoralismo imperava não apenas no poder central, mas na máquina pública de forma geral, sendo o funcionalismo público também um alvo constante das críticas do autor, revelando-se um dos sintomas mais perceptíveis da crise moral vivida pela República. Segundo o autor: "Enquanto perdurar no organismo administrativo a ação dos elementos amorais, nele sistematicamente embutidos durante o período ciclonico, o Brasil não recuperará a saúde moral. E isto é demorado" *[sic]* (LOBATO, 1959: 37).

Essa crítica ao serviço público também está presente no texto *Do parasitismo camuflado*. Lobato critica duramente os órgãos administrativos da República cujo

objetivo principal era funcionar como morada de “parasitas” do tesouro público (LOBATO, 1959: 75). Seu personagem inglês, Mr. Slang, é um estudioso do fenômeno do “parasitismo humano”. Em seus textos, Lobato aponta, através de Mr. Slang, que o Brasil era um grande campo de estudo desse objeto, apresentando uma engenhosidade e um aperfeiçoamento em suas formas que não eram encontrados em nenhum outro lugar do mundo (LOBATO, 1959: 76).

As criticas de Lobato à estrutura do funcionalismo público podem ser identificadas em sua obra desde meados da década de 1910. No texto *Um suplício moderno*, publicado no livro *Urupês* em 1915, o autor já apontava algumas das características desse grupo durante o período republicano. O autor critica duramente os gastos do “generoso Estado” com seu corpo de funcionários que possibilitava o desenvolvimento do parasitismo social (LOBATO, 1994: 74). Através do personalismo implantado no regime político, o Estado atendia a interesses privados em desatenção aos interesses públicos, tornando-se o mantenedor de um grande número de “parasitas” que viviam às suas custas, mesmo sem desempenhar qualquer função de utilidade pública.

A injustiça e o descompromisso com que se tratava a administração dos negócios públicos podem também ser percebidos na desvalorização de trabalhadores de origem humilde para ao quais eram destinadas as funções mais árduas e pior remuneradas, mas que, contudo, representavam um trabalho de maior interesse para a coletividade. Enquanto aos altos funcionários da máquina burocrática paga-se um salário de vários contos por mês e aos parlamentares 200 mil réis por dia, ao estafeta – personagem principal do conto presente em *Urupês* e que se desdobrava para cumprir suas funções de funcionário do serviço postal - pagavam-se míseros 100 mil réis por mês (LOBATO, 1994: 74). Assim, a injustiça e o descompromisso com os interesses públicos são criticados por Lobato já durante a década de 1910, apontando a lentidão da burocracia e o personalismo que imperava na administração republicana como características desse período.

Outro sintoma da injustiça com que se governou o país durante o período ciclônico pode ser percebido no fato de o bem geral do povo e os interesses nacionais terem deixado de ser o objetivo dos governos nesse período. O tom das ações públicas era dado pela pessoalidade, pelo favorecimento a interesses particulares em detrimento do bem geral da população. Essa era uma das características do “império da

imoralidade" apontado por Lobato e revelaria assim a destruição da obra de Afonso Pena – o símbolo da moralidade no primeiro período republicano - por seus sucessores como uma das características desse momento (LOBATO, 1959: 30).

A tragicidade da visão de Lobato em relação a esse período ciclônico pode ser identificada na análise do processo que levou Hermes da Fonseca ao poder em 1909. Nas palavras de Mr. Slang (LOBATO, 1959: 35-36):

> Quando o marechal Hermes, insuflado por Pinheiro Machado[41], lançou o repto ao ultimo conselheiro da monarquia com assento na suprema curul republicana, nesse dia o Brasil atingiu o ponto mais melindroso de sua vida. Ou salvava-se ou despenhava-se no buraco, indo até à falência. Afonso Pena aparou o golpe, demitindo-o e nomeando outro ministro. Estava salvo o Brasil se a morte não viesse inverter essa situação. Mas morre o ultimo conselheiro, vence Pinheiro Machado e começa o bacanal *[sic]*.

Há uma derrocada na vida republicana com o expurgo dos herdeiros do período monárquico. A morte de Afonso Pena deixara o caminho aberto para que homens despreparados e desprovidos de sua moralidade chegassem ao poder e dominassem a política republicana[42].

Assim, as características encontradas nessa "República dos Conselheiros" rivalizam e se opõem ao momento de diminuição do poder das oligarquias**.** Apesar de os grupos oligárquicos continuarem mantendo o controle sobre a escolha do presidente da República, os conflitos políticos causados pela interferência militar e pelo acirramento do descontentamento das oligarquias de segunda grandeza, resultando no que Lobato chama de guerra à ação dos antigos conselheiros imperiais, fizeram com que os governos se desviassem dos valores que vinham sendo apresentados até então. Os representantes das oligarquias dominantes que chegaram ao poder a partir de 1909 são criticados por Lobato, pois compartilhavam dos valores "imorais" reinantes nesse período e sucumbiam às barganhas políticas para manterem-se no poder. A complacência com a

[41] José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915). O político gaúcho teve um papel de destaque na afirmação da candidatura de Hermes da Fonseca à presidência da República em 1909.
[42] Isso pode ser percebido também no destaque que Edgard Carone dá à atuação do Barão de Rio Branco nos governos republicanos desse período e à oposição de Ruy Barbosa frente à indicação de Hermes da Fonseca como candidato à presidente em 1909. (CARONE, 1969: 47).

imoralidade na administração publica por parte dos governantes, mesmo daqueles oriundos das oligarquias dominantes, provocara, segundo a interpretação de Lobato, as crises que o Brasil enfrentava a durante a década de 1920.

Dessa leitura depreendemos que Lobato defende o ponto de vista dos oligarcas paulistas que buscavam retomar o controle da política nacional com a eleição de Washington Luis, embora não tenham deixado de participar dos governos anteriores. Por isso, esse posicionamento de Lobato revela uma luta ambígua: ao mesmo tempo em que critica as práticas adotadas pelos governos do chamado período ciclônico, ele defende as práticas da oligarquia paulista que buscava essa retomada do poder[43] - talvez, a diferença, ou mesmo a ambigüidade, esteja no fato de que a elite paulista era considerada moderna e empreendedora.

Através das palavras de Mr. Slang, Lobato aponta que, com a chegada de Nilo Peçanha ao governo, entronizava-se o amoralismo e a "injunção política", que caracterizaria também os governos republicanos posteriores (LOBATO, 1959: 36). Esse seria o primeiro passo na direção da destruição do legado de Afonso Pena, havendo a partir de então uma inversão moral no governo. Assim, a apologia à "Republica dos Conselheiros" é mais bem percebida na oposição estabelecida em relação à chegada de Nilo Peçanha ao poder e, principalmente à eleição de Hermes da Fonseca, período de instalação de um "império da imoralidade" e do parasitismo sem controle. A ideia de moralidade expressa por Lobato relaciona-se a uma característica da *Paulistanidade* ligada à valorização do trabalho. Dessa forma, os governos do período ciclônico são considerados imorais pela perversidade com que tratam o trabalhador que produzia riqueza, mas que não podia usufruir do fruto de seu trabalho pelos equívocos da política econômica e fiscal, pela falta de responsabilidade e compromisso dos governantes com o interesse público e pela ação inescrupulosa e parasitária de agentes que deveriam defender os interesses nacionais.

Mesmo em textos produzidos em outros períodos, Lobato discute as ações políticas dos governos republicanos dessa fase que ele denomina de "período ciclônico".

---

[43] Isso seria uma manifestação do pensamento elitista de Lobato também revelada em sua visão sobre a reforma eleitoral e as ressalvas que aponta para a relação entre voto secreto, sufrágio universal e participação obrigatória. Sua perspectiva indica elementos que definiriam uma nova forma de participação política mais abrangente, mas que manteria o domínio das elites sobre os grupos populares, destacando aí a relação entre elites econômicas, políticas e intelectuais.

Já em meados da década de 1910, Lobato faz referências e criticas ao governo federal. Uma dessas críticas é direcionada ao governo de Hermes da Fonseca. Em carta a Godofredo Rangel em 1914, Lobato já apontava sua ideia de produzir um texto critico sobre esse governo a partir do olhar de um "estafeta", um "Zé Ninguém" que o "hermismo" tivesse colocado em um cargo público (LOBATO, 1959: 366). O favorecimento pessoal e os interesses políticos que imperavam na condução do serviço público são constantemente criticados por Lobato em seus textos. Isso é percebido de forma clara nesse conto de 1914. Lobato escreve no texto *Um suplicio moderno* (1994: 72):

> *Estafeta-se* um homem da seguinte maneira: o governo, por malévola indicação dum chefe político, hodiento sucedâneo do "familiar" do Santo Ofício, nomeia um cidadão estafeta do correio entre duas cidades convizinhas não ligadas por via férrea.
> O ingênuo vê no caso honraria e negócio. É honra penetrar na falange gorda dos carrapatos orçamentivoros que pacientemente devoram o país *[sic]*.

Lobato aponta que o serviço público funciona através do personalismo e do favorecimento político. A indicação política é o elemento usual para o ingresso nessa atividade, causando a sangria do orçamento. Essas características também são ressaltadas no texto *O engraçado arrependido*, outro conto presente no livro *Urupês*. O personagem principal é Francisco Pontes, um fanfarrão que levava a vida fazendo piada e sendo a diversão dos amigos. Resolvido a mudar de vida, ele almeja se tornar um coletor, esperando ocupar a vaga que pertencia ao velho major Bentes, cujo aneurisma ameaçava arrebentar a qualquer momento, ficando para Pontes a vaga no serviço público. Lobato escreve (LOBATO, 1994: 38):

> O ás de Pontes era um parente do Rio, sujeito de posses, em via de influenciar a política no caso da realização de certa reviravolta no governo. Lá correu atrás dele e tantas fez para movê-lo à sua pretensão que o parente o despediu com promessa formal.
> (...)
> A crise afinal veio; caíram ministros, subiram outros e entre estes um politicão negocista, sócio do tal parente. Meio caminho já era andado. Restava apenas a segunda parte *[sic]*.

Um dos pontos necessários para garantir um lugar no "generoso" serviço público eram as relações sociais com destaque para as ligações familiares. Era praticamente desconsiderada a capacidade da pessoa em exercer o cargo para o qual era indicada ou mesmo a utilidade do serviço que se requeria. Essa critica é marcante em outro trecho do texto *Um suplicio moderno*, publicado em 1915. Sobre a burocracia do serviço público, Lobato escreve (LOBATO, 1994: 74):

> O centro move-se; faz correr um papelório através de várias salas onde, comodamente espapaçada em poltronas caras, a burocracia gorda palestra sobre espiões alemães. Depois de demorada viagem, o papelório chega a um gabinete onde impa em secretária de imbuia, fumegando o seu charuto um sujeito de boas carnes e ótimas cores. Esse vence dois contos por mês; é filho d'algo, é cunhado, sogro ou genro d'algo; entra às onze e sai às três, com folga de permeio para uma "batida" no frege da esquina *[sic]*.

O serviço público é visto como uma esfera que serve antes para acomodar interesses políticos e pessoais do que para atender aos interesses públicos. Lobato destaca a lentidão e a inoperância da máquina administrativa, ambas as ocorrências ligadas ao descompromisso com o interesse público que caracteriza o parasitismo verificado pelo autor nessa esfera.

Esse problema é ressaltado em *Mr. Slang e o Brasil* em 1926. No texto *Dos "ladrões"*, Lobato discute essa questão através de Mr. Slang (LOBATO, 1959: 98-99):

> Um dos últimos presidentes americanos, creio que Harding, fez isso na América do Norte. Depois da guerra o orçamento americano também se encheu de "ladrões". O desperdicio das rendas publicas tornou-se assustador e o presidente resolveu pôr-lhe o basta. (...) A maquina administrativa foi assim revirada de alto a baixo sem que o funcionalismo o percebesse. (...) Sabe qual foi o resultado? (...) Uma redução de 800 milhões de dólares nas despesas. (...) se o nosso governo fizesse coisa parecida, os resultados seriam idênticos. Só com a economia assim conquistada poderia o Brasil liquidar a sua divida externa em breve numero de anos *[sic]*.

O autor aponta que o parasitismo presente na esfera pública era tão grande que através da ação de "tampar os 'ladrões' do orçamento", como ocorrera nos Estados Unidos, o Brasil abriria a possibilidade do "liquidar a sua dívida externa em breve número de anos". Seguindo o exemplo americano, era preciso sanar as falhas administrativas, que resultavam em grande prejuízo financeiro para o país. Esse seria o início do caminho para solucionar o problema do parasitismo que atingia a serviço público.

Essas críticas de Lobato surgem já no período de governo de Hermes da Fonseca, mas as criticas mais contundentes à administração republicana presentes em sua obra se dirigiram ao governo de Artur Bernardes. O quadriênio Bernardes é apontado por Lobato como o momento de remate do período ciclônico, onde a imoralidade, a injustiça e o descompromisso teriam atingido seu auge (LOBATO, 1959: 82). Através das palavras de Mr. Slang, o autor aponta que "o ultimo governo culminou e sistematicamente inverteu os valores no Brasil: o ruim ficou sendo o bom e viceversa" (LOBATO, 1959: 36). Tal crítica advinha da insatisfação com as ações do governo culminada com o surgimento do movimento de Revolução. Nesse ambiente, se intensificaram as lutas contra os desmandos do governo. Apesar de Luis Carlos Prestes ser visto como um futuro herói, Lobato aponta que sua Revolução perderia o sentido com a instalação do novo governo no país, após a eleição de Washington Luis. Assim, a Revolução é analisada como fruto da má gestão do governo de Artur Bernardes.

É criticando esse modelo de administração que Lobato aponta a necessidade de uma transformação radical na política. Isso impediria que o país despencasse em uma situação irreversível, naufragando devido a uma política injusta e irresponsável e sofrendo a ameaça de levantes revolucionários. Era preciso retomar um caminho do qual a República havia se desviado já há muito tempo. Vendo o governo Bernardes como uma catástrofe, Lobato anunciava a necessidade de retomar uma velha ordem presente no período dos Conselheiros. Era preciso retornar ao domínio de uma elite política que dirigiria o país a partir dos parâmetros que haviam alcançado sucesso até a morte de Afonso Pena. Parâmetros esses que eram encontrados em São Paulo, pois o abandono de uma ordem que garantia o domínio político para os estados mais ricos do país – as

oligarquias de primeira grandeza - havia levado à situação de caos no qual o Brasil se encontrava.

Ao longo da década de 1910 e no início da década de 1920, as críticas ao modelo administrativo republicano podem ser percebidas também em diversos movimentos e nas obras de inúmeros escritores que apontavam a necessidade de uma "regeneração da República". O descontentamento com os caminhos trilhados pelos governos republicanos deu origem a movimentos como a campanha Civilista e a Reação Republicana. Em certa medida, percebemos que algumas ideias apontadas por Lobato nos textos de *Mr. Slang e o Brasil* encontram-se presentes também nas plataformas propostas por esses movimentos. Marieta Ferreira e Surama Pinto (2006: 07) apontam algumas das ideias que compunham a plataforma do movimento de Reação Republicana:

> A crítica ao imperialismo dos grandes estados, sobretudo no que dizia respeito aos processos de escolha do candidato à presidência e à influência exercida na constituição das bancadas dos estados mais fracos, *a regeneração dos costumes políticos*, a diversificação da agricultura, o desenvolvimento da produção de alimentos, além da conversibilidade da moeda e a adoção dos orçamentos equilibrados no plano financeiro *[grifo nosso]*.

Apesar de alguns pontos serem comuns entre essa plataforma e as ideias presentes nos textos de Lobato, outros elementos estabelecem uma clara oposição entre elas. As ideias defendidas pelos agentes envolvidos nesse movimento de Reação Republicana encontram-se afastadas do posicionamento adotado pela elite política paulista. Isso pode ser percebido na defesa da influência das bancadas dos outros estados da federação (considerados mais fracos) e na necessidade de diversificação da agricultura defendidos pela Reação Republicana. Contudo, uma característica comum aproximava esses dois posicionamentos: o objetivo principal era uma transformação na condição institucional em que a República se encontrava.

Com relação à obra de Lobato, a oposição mais perceptível entre sua escrita e a Reação Republicana pode ser localizada nas criticas que o autor faz a Nilo Peçanha como um dos instauradores do sistema de imoralidade que dominou o Brasil durante o "período ciclônico". Alvo das críticas de Lobato, o ex-presidente Nilo Peçanha atuava

como um dos líderes desse movimento. Isso demonstra como a oposição a Artur Bernardes e o descontentamento que atingiu grande parte da sociedade ao final de seu governo (1922-1926) fizeram com que grupos que seguiam orientações diversas – como oligarcas paulistas, representantes das oligarquias de segunda força e militares revoltosos - se posicionassem em sentido contrario às suas ações nesse período.

Essa cisão no pacto entre as oligarquias tem sido objeto de estudo historiográfico nos últimos anos. Segundo Marieta Ferreira e Surama Pinto (2006: 06), duas vertentes historiográficas buscam explicar a cisão das oligarquias em 1922. A primeira vertente é encabeçada por Boris Fausto e dá destaque para a questão econômica, sobretudo ligada ao terceiro processo de valorização do café. Outra vertente destaca questões especificamente políticas como a insatisfação dos estados de segunda grandeza com as decisões de São Paulo e Minas Gerais, sobretudo relativas à escolha do candidato a vice-presidente na chapa de Bernardes. Assim, a eleição de 1922 afirma o novo papel dessas oligarquias de segunda grandeza no cenário político nacional. Os distúrbios da campanha de sucessão presidencial de 1922, que abriram espaço para a Reação Republicana, podem ser tomados também como indicio do esgotamento do sistema político adotado na Primeira República.

É na esteira dessas transformações apontadas pela historiografia que se desenrola o governo de Artur Bernardes - o último governo do "período ciclônico". Esse governo é visto então por Monteiro Lobato como o remate das ações indesejáveis desse momento político da nação. Para o autor, a injustiça e a ausência de noções morais que imperaram nesse período só teriam sido contrariadas no momento derradeiro do governo Bernardes, particularmente com a indicação de Washington Luis como candidato ao cargo de Presidente da República. Para Lobato, esse teria sido o único ato ilógico do governo Bernardes (LOBATO, 1959: 37), pois, tendo em vista que o amoralismo e a injustiça eram parte constitutiva do caráter dos governos do período ciclônico, a indicação de um grande "valor moral" como Washington Luis ia à contramão das ações típicas do ambiente político no qual o Brasil encontrava-se imerso.

Algo tão inesperado por parte de um governo amoral e injusto como a presidência de Artur Bernardes é entendido por Lobato como uma ação provinda de um "instituto de conservação dos povos" (LOBATO, 1959: 37) que não permitiria que períodos tão conturbados se eternizassem. Assim Lobato estabelece uma ruptura em que

o “Novo Governo” comandado por Washington Luis, cujo valor moral e visão modernizadora representavam o caráter da *Paulistanidade*, definiria novos caminhos a serem trilhados pelo Brasil.

3.1.3. O Novo Governo: momento de ruptura.

Apesar de rupturas mais drásticas terem se caracterizado a partir da Revolução de 1930, a década de 1920 constitui um momento de transformação em varias esferas da vida social que não podem ser limitadas apenas a um caráter de antecedentes desse processo, devendo ser discutida a partir das ideias que estavam em questão já nesse período. Seguindo essa perspectiva, que aborda a década de 1920 como momento de efervescência e de transformação em vários âmbitos de forma independente da Revolução de 1930 (mas sem, contudo, desconsiderá-la), analisamos a visão de Monteiro Lobato sobre a eleição de Washington Luis e o início de seu governo na passagem de 1926 para 1927. Para o autor, esse fato inaugura um novo momento da República brasileira.

As marcas desse “novo Governo” são apontadas por Lobato nas possibilidades abertas ao progresso e modernização nacional com a chegada de Washington Luis à Presidência da República. Nossa análise está centrada na construção, presente em *Mr. Slang e o Brasil*, desse “novo Governo” como um marco no processo de transformação social, política e econômica no Brasil. Essa possibilidade é apontada por Lobato na afirmação das ideias de mudança presentes em seus textos, indicando a busca por uma ruptura com a situação política na qual o Brasil se encontrava. Ligada à ideia de *Paulistanidade*, que caracteriza a obra de Lobato, acreditamos que essa visão sobre o “novo Governo” revele um projeto modernizador moldado a partir de uma realidade paulista e que, assim, pode ser contraposto ao projeto modernizador empreendido a partir da Revolução de 1930.

Em *Mr. Slang e o Brasil*, percebemos a preocupação, constante ao longo de toda trajetória literária lobatiana, com a necessidade de modernização como meio de o Brasil acertar o passo com as nações mais modernas. Essa modernização passava necessariamente por mudanças profundas na esfera política do país. Defendendo essa

ideia Lobato indica que o governo de Washington Luis deveria iniciar as transformações que o país necessitava. Isso pode ser percebido no seguinte trecho do texto *Do período ciclônico* (LOBATO, 1959: 37):

> [pergunta o interlocutor brasileiro] - E acha Mr. Slang que o novo presidente, sendo um valor moral, conseguirá restabelecer a moralidade no Brasil?
> [responde o inglês da Tijuca] - Não acho. Poderá apenas iniciá-la. O trabalho reconstitutivo é lento e não cabe nas forças de um homem *[sic]*.

O "novo governo" seria o momento de definição dos novos caminhos a serem seguidos. A visão de que esse seria apenas o inicio de um caminho também está presente na possibilidade apontada pelo autor do retorno à conjuntura característica do período ciclônico, caso houvesse uma volta ao poder de homens como Artur Bernardes, que provocaram a chegada do Brasil à situação de crise em que se encontrava. Isso pode ser localizado no seguinte trecho do texto *Dos trinte homens*. De partida para a China, Mr. Slang despede-se de seu interlocutor brasileiro deixando uma última recomendação (LOBATO, 1959: 119):

> - Adeus, caro amigo (...). Fique a sondar os acontecimentos. Se por acaso verificar que *o nosso homem* inda pode subir ao Catete, escreva-me, que precipitarei a minha volta. Ele trará de novo a revolução. Adeus... *[sic] (grifo nosso)*.

A referência a uma possível volta de Artur Bernardes (tratado no texto como "nosso homem")[44] dá ênfase à necessidade de impedir que o país retrocedesse nesse processo de transformação que se iniciava. Essa possibilidade existia, sobretudo, devido às características do processo eleitoral brasileiro que, segundo Lobato, dava vazão à participação de uma massa inculta e despreparada, carente do sentido critico para a eleição de um presidente (LOBATO, 1959: 43).

[44] Na edição de 1959 do livro *Mr. Slang e o Brasil* há uma nota que indica que esse termo se refere a Artur Bernardes. Isso também está indicado na edição da editora Globo de 2008, que ressalta, ainda, a presença da nota na edição de 1946.

Era preciso superar as ações do "período Ciclônico". O "novo Governo" seria caracterizado, na visão de Lobato, pela retomada de caminhos que atendessem às necessidades da nação como a moralização da política e da justiça, a reforma monetária, o fim do estado de sítio que esteve em vigor durante praticamente todo o governo de Artur Bernardes, o fechamento dos presídios políticos implantados pelo antigo governo, o impulso ao processo de modernização com a construção de estradas de rodagem e a modernização das ferrovias etc. O grande símbolo desse novo período é o próprio Washington Luís, apontado pelo autor como "um valor moral". O político paulista, chamado por seus correligionários de "estradeiro", seria o definidor do caminho da moralização e da modernização do país.

Essa imagem de Washington Luis e de seu governo também pode ser encontrada na obra *História da República*, de José Maria Belo (1940). Em seu texto, Belo indica de forma positiva que o governo Bernardes criou um cansaço do público aos motins e à Revolução, garantindo a legalidade e repassando ao sucessor uma situação melhor do que a que encontrara. Cabia a esse sucessor a restauração da "ordem moral" que, na República, seria tão importante quanto a ordem material (BELO, 69: 262). Apesar de José Maria Belo dar destaque a um aspecto muito trabalhado por Lobato - a questão da moralidade como característica do governo de Washington Luis -, os dois autores, que escrevem sobre um tempo no qual atuaram, vêem de forma diversa o governo de Bernardes.

A forma prestigiosa com que Lobato vai se referir a Washington Luis e às possibilidades advindas com sua chegada ao governo está em sentido completamente oposto à imagem que constrói do "período Ciclônico", em especial do governo de Artur Bernardes. É sobre o governo de Bernardes que Lobato faz referências e críticas mais constantes, não havendo, como ocorre com José Maria Belo, qualquer referência positiva a esse período para além do fato de sua imoralidade ter atingido um patamar tão alto, que tornou-se insuportável, criando assim a necessidade de chegada ao poder de um homem com características totalmente opostas àquelas atribuídas a Bernardes. Como os textos de Lobato são produzidos ainda nos momentos iniciais do Governo de Washington Luis, a análise sobre suas ações concentra-se mais no terreno da possibilidade e das expectativas do autor sobre esse período que se iniciava. Isso facilitaria a idealização de suas ações por meio da contraposição ao governo anterior.

Este é um ponto que diferencia as obras de Lobato e de José Maria Belo, posto que a publicação de *História da República* está afastada por quatorze anos do momento analisado, enquanto *Mr. Slang e o Brasil* é publicado ainda no turbilhão dos acontecimentos.

É exatamente por estar no campo da possibilidade que, na primeira referência de Lobato a Washington Luis nos textos de *Mr. Slang e o Brasil*, o autor afirma, através de seu personagem inglês, que "sobre seu governo não se emite opinião" (LOBATO, 1959: 34). Era preciso dar tempo para que o presidente desenvolvesse seu trabalho. Esse trabalho seria extremamente árduo, dada a crise institucional vivida pelo país no momento de mudança de governo. Ressaltando esse momento de crise, Lobato concede a Washington Luis a alcunha de "síndico de massa falida". A própria situação econômica e política em que o Brasil se encontrava pode ser percebida como um elemento que isentaria o novo presidente, caso as expectativas de transformação relacionadas a seu governo fossem frustradas.

Expoente de um ideário paulista, Washington Luis representava o compromisso com o desenvolvimento econômico do país a partir de parâmetros ligados às experiências de São Paulo. Para Lobato, Washington Luis seguia no sentido contrário às ações do antigo presidente, que tentara impedir o desenvolvimento de São Paulo com o pretexto de equipar o estado aos demais rincões do país (LOBATO, 1959: 58). O novo governo poderia adotar o caminho inverso: alavancar o desenvolvimento paulista e, a partir de São Paulo, promover o progresso nas outras regiões do Brasil.

Lobato defende que as ações do novo governo deveriam seguir um projeto modernizador ao moldes paulistas. O autor constrói esse período da vida política brasileira como um momento de transição e de reestruturação. Abria-se com o "novo Governo" a possibilidade de uma retomada desse projeto de modernização aos moldes de uma realidade já esboçada no estado paulista, cujo crescimento fora abalado durante o "período ciclônico" e, principalmente, durante o governo de Artur Bernardes. A expectativa, então, era a de uma retomada do projeto modernizador da *Paulistanidade*, que privilegiaria o trabalho organizado e se oporia ao período ciclônico, visto que esse representara a punição àqueles que buscavam desenvolver da "melhor forma" as atividades econômicas (LOBATO, 1959: 51).

Assim, a chegada de Washington Luis à presidência representaria uma volta aos parâmetros paulistas de governo como forma de conservar a nação, como já apontado anteriormente na ideia exposta por Lobato de ação de um "instituto de conservação dos povos". São Paulo e os paulistas seriam mais uma vez os responsáveis por colocar o Brasil nos trilhos. O Brasil que só poderia dar certo a partir da visão e das ações de São Paulo (LOBATO, 1959: 32), dado o fracasso da experiência que se encerrava naquele momento com a saída de Artur Bernardes da presidência.

Em oposição a Washington Luis, os governos anteriores, do "período ciclônico", seriam os símbolos da mentalidade que caracterizava o "resto do Brasil". Essa mentalidade tinha como característica a irracionalidade e o descompromisso. A República retomaria o melhor caminho com a chegada de Washington Luis ao Catete, sendo ele representante dos valores paulistas, um ícone da moralidade, da experiência e do compromisso com o bem nacional, que haviam se perdido nos governos federais a partir de 1909. Washington Luis traria em si as marcas de seu estado[45] como a valorização do trabalho, a racionalidade, a consciência e o senso de realidade, ressaltados por Lobato como componentes do caráter do povo paulista (LOBATO, 1959: 32).

Assim como apontado por outros autores, a moralidade é uma característica presente na ideia de *Paulistanidade*, caracterizando também aqui o representante paulista e dando a ele a capacidade de iniciar seu trabalho de reconstituição da nação. Washington Luis é visto como o homem que poderia começar o trabalho restaurador da moralidade no Brasil. Contudo, ele não o solucionaria totalmente, visto que este era um trabalho muito árduo e lento para ser realizado por um único homem. Assim esse desafio é qualificado, pois não se tratava apenas de esperar que a moralidade se assentasse e dirigisse o trabalho e os empreendimentos no Brasil, afinal, aqui, a crítica é mais peremptória: ela se refere aos princípios e valores, introjetados por uns e renegados por outros.

A ideia de reconstituição iniciada por Washington Luis pode ser apontada como uma projeção da necessidade de manter no comando da nação homens tão

[45] Apesar de ser natural do estado do Rio de Janeiro, Washington Luis construiu sua carreira política em São Paulo. Assim como indicado na obra de Queiroz, uma das características da *Paulistanidade* é o reconhecimento como "paulista" de todos os que demonstrassem seu compromisso com os ideais do estado de São Paulo.

preparados e capazes como ele e que compartilhassem dos mesmos valores presentes em seu caráter. Na obra de Lobato, percebemos que essa mentalidade só poderia ser encontrada em São Paulo e suas características nos homens paulistas – mas podia ser ensinada, é isso que faz valer o aprendizado do carioca com o Mr. Slang. O trabalho não é apenas vocação. Assim, São Paulo tinha a tarefa de conduzir a nação e ensinar seus valores aos brasileiros de outras regiões.

Dessa forma, a visão de Lobato sobre a República, exposta nos textos de *Mr. Slang e o Brasil*, reúne temas próprios da ideia de *Paulistanidade* – como o civilismo, a afirmação da capacidade paulista de domínio político e a característica de racionalidade de seu povo. Ao mesmo tempo esses textos expõem temas presentes em outros movimentos de contestação surgidos com a crise institucional, política e econômica das décadas de 1910 e 1920 – como a Reação Republicana – e que se voltavam para a necessidade de uma transformação radical na política nacional. O que Lobato defendia era a necessidade de resgatar a nação da situação em que se encontrava. Salvação essa que poderia ser encontrada na pessoa e nas ações de Washington Luis, representante de um ideário paulista, de uma mentalidade moderna, estradeira, moralizadora, que definiria os novos caminhos pelos quais o Brasil deveria seguir.

Esse seria o governo que iniciaria o processo de construção de um novo Brasil. Fato que já podia ser percebido pelas primeiras ações de Washington Luis ao assumir a presidência, como a estabilização monetária, cuja importância é amplamente destacada por Monteiro Lobato em seus textos. Contudo, essas novas ações, esse novo governo e esse novo Brasil seriam construídos a partir da retomada de algo que havia sido abandonado no passado, mesmo que somado à implantação de novas ideias. Era preciso instituir uma administração fundada na moralidade e que respeitasse os interesses do povo, e não no personalismo que caracterizara o período ciclônico. Era no passado, na ação dos antigos conselheiros imperiais, que estava o símbolo para a retomada do caminho que arrancaria o Brasil de sua condição de atraso. Mas ideias novas, como uma reforma eleitoral, a formação de uma opinião pública, a reforma monetária, também deveriam ser acomodadas nessas transformações para atender às necessidades desse novo projeto.

A transformação que seria implementada pelo “novo Governo” levaria a um rompimento com o “período ciclônico” e se caracterizaria pelas ideias de “novo” e de

“moderno”. Dessa forma, a obra de Lobato demonstra a presença de um projeto modernizador anterior à Revolução de 1930 que tinha como fundamento o rompimento com o período de crise vivido pela República. Contudo, aquilo que Lobato aponta como “novo” estava fundado no passado e se somava às transformações sociais ocorridas ao longo do período republicano e às transformações políticas e econômicas que seriam colocadas em prática pelo “novo Governo”. A modernização só seria alcançada através de uma volta às práticas políticas do período dos Conselheiros, tornando possível ao governo de Washington Luis determinar os novos rumos a serem seguidos pelo Brasil, pautados pela moralidade e pelo compromisso com o interesse público.

3.2. ENTRE A ELITE E O POVO: O IDEAL LOBATIANO DE CIDADANIA

3.2.1. A relação entre elite e povo.

Para além das questões políticas que funcionam como o fio condutor da obra de Monteiro Lobato, os diálogos entre Mr. Slang e seu interlocutor brasileiro revelam discussões que seguem outros roteiros. Alem das personalidades eminentes e dos chefes de governo, outros agentes figuram nos textos, demonstrando suas relações com a conjuntura nacional daquele período. De quem se estava falando e para quem essas ideias se dirigiam? Com essa questão podemos buscar mais detalhadamente alguns pontos que demonstrem essa relação.

Para além da questão política mais restrita, um tema discutido por Monteiro Lobato nos textos de *Mr. Slang e o Brasil* é a relação entre elite e povo. Através dessas discussões o autor aborda a questão da participação popular nas decisões políticas do país de uma forma extremamente crítica. Afinal, a participação popular é um fator importante nas decisões sobre os caminhos da nação – ou ao menos deveria ser -, estabelecendo-se assim uma relação muito próxima entre esses temas. Um primeiro ponto que podemos destacar é a definição que Lobato elabora para esses termos: elite e povo. No texto *Da Indústria da Repressão*, Lobato demonstra sua visão por meio da opinião de Mr. Slang: “- Abusamos por aqui, meu caro, da palavra elite. Eu a interpreto como a nata dos valores morais e mentais do país e logicamente pergunto: encartar-se-á nessa definição a elite que entre nós domina?” *[sic]* (LOBATO, 1959: 43).

A contestação de Lobato sobre o fato de as elites dominantes no Brasil representarem os mais altos valores morais e mentais do país está ligada, sobretudo, às suas discussões sobre o campo político. O autor questiona se a elite dirigente é composta por essa nata da sociedade ou é resultado dos equívocos provocados pelo sistema eleitoral. O alvo principal das críticas de Lobato é o sistema eleitoral brasileiro. O voto aberto não atendia aos anseios da população. Apesar do povo não estar preparado para eleger seus governantes, o voto aberto resultava em um "rancor" que poderia dar lugar à revolta popular caso surgisse a oportunidade. Essa característica do sistema eleitoral também não privilegiava a ascensão dos valores morais e mentais ao poder. Isso pode ser percebido no seguinte trecho do texto *Da indústria da repressão*. Dando voz a Mr. Slang, Lobato questiona (LOBATO, 1959, p. 43):

> - Tem sido aqui uma seleção natural, a seleção dos valores? O fato de ser valor moral ou mental leva para cima? Vejo valores morais e mentais em cima, não porque sejam valores, mas pelos acasos da flutuação. A regra, sob o regime do voto a descoberto, é uma seleção artificial, muito às avessas da natural (...) Na alma do homem que votou contra a sua consciência subsiste um fundo de rancor *[sic]*.

Lobato condena o voto aberto porque essa prática eleitoral selecionaria de forma "artificial" os condutores da política. Os verdadeiros valores mentais e morais nem sempre atingiam o grau que mereciam devido a essa forma de eleição que tornava possível um direcionamento do voto popular por parte de pessoas que não representavam essa "nata" da sociedade. Característico do período republicano analisado por Lobato, esse fato ajudava a explicar a situação de crise em que o país se encontrava, pois havia possibilitado a chegada ao poder dos homens despreparados que conduziram a República no "período ciclônico". Essa era a lógica desse período, que pode ser confirmada pela indicação de Washington Luis para a presidência da República como um ato ilógico de Artur Bernardes (LOBATO, 1959: 37).

Esse direcionamento do voto popular era possível também por que o sistema eleitoral impunha, através da obrigatoriedade do voto, a participação generalizada da população, impedindo o predomínio dos grupos mais cultos e preparados para lidar com a condução da política. Nessa relação que traça entre as elites e o povo, Lobato deixa

clara a necessidade da atuação desses grupos privilegiados. Contudo, no Brasil, essas elites não cumpriam o papel que lhe era devido, o de condução das decisões políticas, permitindo a interferência desses grupos populares nessa tarefa.

Em seus *Ensaios Brasileiros*, Azevedo Amaral também aponta o sufrágio universal como amparo aos interesses dos grupos dominantes. Segundo o autor (AMARAL, 1930: 203):

> Interesses agrários, industriais, comerciais e bancários formavam as bases lógicas dessas organizações políticas em cada uma das quais um estado maior consciente dirigia deliberadamente os movimentos partidários apoiados na força eleitoral de uma multidão de votantes, que nenhuma vantagem podia auferir das suas vitorias nas urnas e que, na imensa maioria dos casos, não se achava mesmo em condições de apreender a inutilidade do exercício da prerrogativa cívica.

Lobato se posiciona próximo ao apontamento de Azevedo Amaral. Enquanto esse denuncia a manobra das massas através do processo eleitoral que consistia no sufrágio universal, Lobato vê esse mesmo sufrágio como uma ameaça aos interesses das elites. Para Lobato, a limitação da participação, ou sua não obrigatoriedade, afastaria a massa inculta, qualificando a votação e assim os seus resultados.

Até a década de 1930, os processos eleitorais brasileiros ocorriam, na maioria dos estados[46], através do voto aberto e obrigatório. Essa característica dava margem às praticas de controle do eleitorado pelos detentores do poder político local, denominado, de forma geral, de *Coronelismo*. Segundo Edgard Carone (1969: 67), o fenômeno do Coronelismo é caracterizado pelo predomínio de uma camada social que, possuindo o controle dos bens de produção – a terra – e a liderança política, concentrou o poder como um de seus privilégios. Esse poder se caracterizava pelo funcionamento de "instituições peculiares" com o estabelecimento de leis próprias que funcionavam apoiadas na coerção da força e da lei oral, de favores e obrigações. Caracterizava-se uma interdependência fundamental, na qual o coronel era aquele que protegia e socorria seus

[46] A configuração federativa da República dava aos estados a autonomia para definir as regras eleitorais. Fazendo uso dessa autonomia, o instituto do voto secreto foi implantado em alguns estados antes que em outros. Em Minas Gerais, que abrigava o maior eleitorado do país durante a Primeira República, o voto secreto foi adotado durante a década de 1920. (FERREIRA, 1993: 22)

agregados exigindo deles “a vida, a obediência e a fidelidade”. Eram esses grandes proprietários de terra do interior do país que davam sustentação às oligarquias regionais. Essas práticas de controle do eleitorado por meios coercitivos ficaram conhecidas como “voto de cabresto”, já que o eleitor obedecia às ordens do chefe político do qual era dependente.

Na visão de Lobato, a introdução do voto secreto destruiria as elites porque permitiria o predomínio das massas populares. Somado o voto secreto à obrigatoriedade da participação do eleitorado, prevaleceria no momento de escolha dos governantes a vontade de uma população inculta e manobrável. Sem o instituto do voto aberto nesse contexto político e social, a incultura e o descompromisso atrapalhariam os projetos das elites que, mais do que as classes populares, seriam comprometidos com os destinos da nação.

Lobato demonstra a necessidade de uma alteração no regime eleitoral e nos direitos de cidadania com o propósito de limitar a participação popular nesse processo. O autor defende a instituição do voto secreto, mas sem a obrigatoriedade da participação dos eleitores no processo de votação. Dessa forma, haveria uma seleção dos cidadãos “verdadeiramente comprometidos” com os destinos do país. Isso se traduziria em uma participação política mais efetiva das elites, onde os valores morais e mentais do país poderiam se sobressair perante a incultura e o despreparo, identificados pelo autor na grande massa da população brasileira.

O ponto central da ideia defendida por Lobato neste trecho de *Mr. Slang e o Brasil* é a condenação do voto secreto obrigatório pelo temor de as massas predominarem. Sobre esse tema, Lobato escreve (1959: 44):

> [O interlocutor brasileiro afirma] - Ha o receio de que com o voto secreto as massas predominem. A maioria nunca vale a minoria.
> [Mr. Slang responde] - A mim tambem me parece que é assim e por isso condeno o voto secreto e obrigatório. Em matéria de voto, isto é, de escolha, só pode valer a qualidade do eleitor. Que importa o numero? Voto obrigatório dá vitória ao numero com depreciação da qualidade. Mas voto secreto apenas, sem obrigatoriedade, traz seleção. Automaticamente afasta das urnas a massa ignara e atrai a elite consciente – o *eleitor nato. [sic]*

Apesar de seu engajamento em campanhas de cunho social, Monteiro Lobato demonstra o caráter elitista de seu pensamento na defesa da limitação da participação popular nas decisões políticas. Apesar de indicar que há um descompromisso e um despreparo da população mais pobre, sobretudo no meio rural, em relação às grandes questões da nacionalidade, o tom de seu discurso demonstra o temor da sobreposição da vontade das massas sobre os ideais defendidos pelas elites. Torna-se perceptível um tipo de liberalismo conservador nessas colocações de Lobato.

A solução para a questão política seria a instituição do voto secreto sem obrigatoriedade. A combinação entre essas duas medidas colocaria à frente das decisões as pessoas mais preparadas para a direção do país, sem a interferência das massas. Esse fato é taxativo na visão de Lobato sobre seu projeto de modernização para o Brasil. Esse projeto deveria ser conduzido pelas elites, ficando a população afastada da direção desse processo para que sua interferência não prejudicasse o alcance do objetivo desejado: a instauração de políticas em prol da modernização nacional. O complemento desse trecho de Mr. Slang vem confirmar essa ideia. Continuando o diálogo entre o inglês da Tijuca e seu interlocutor brasileiro, Lobato escreve (LOBATO, 1959: 44):

> [Afirma Mr. Slang] – (...) O erro das democracias vem de admitir que o diploma de eleitor outorga faculdade eletiva. Admitamos Assis Brasil e o seu cozinheiro, que é um pobre tonto, ambos com diploma de eleitor. Serão *eleitores naturais* ambos?
> [O interlocutor brasileiro responde] – Não, está claro. Eleitor nato, isto é, consciencia e capacidade de escolha só será o primeiro.
> [Conclui Mr. Slang] – Como então *obrigar* o cozinheiro a votar e a *destruir* assim o alto valor do vôo consciente e medido de Assis Brasil? *[sic]*.

Assim a massa popular encontra-se representada na figura do cozinheiro, enquanto Assis Brasil é o representante de uma elite preparada e consciente que deveria responsabilizar-se pelas decisões referentes à vida nacional. Mas que população é essa? Sem duvida a das outras regiões do Brasil – para além do povo paulista - e o homem simples rural, cujo despreparo já era apontado por Lobato nos textos da década de 1910,

como *Urupês* e *Velha Praga*. Em São Paulo, já existia uma parcela da população preparada para contribuir com o progresso do país. Mas a contribuição dessa população ocorreria na condição de mão-de-obra, empenhando-se no trabalho árduo e continuo, tendo como parâmetro a influência e as práticas dos imigrantes europeus vistos por Lobato como o braço forte que tornou São Paulo o "galho mais vigoroso da árvore seca chamada Brasil" (LOBATO, 1959: 33).

As ideias defendidas por Lobato nesse texto não eram uma novidade no pensamento social brasileiro nas primeiras décadas do século XX. A elite intelectual era vista no Brasil, pelos próprios intelectuais, como a responsável por levar a cabo o processo de modernização do país – característica marcante entre a intelectualidade já desde o período imperial. Como destaca Neide Moraes Mello (MELLO, 2006: 20):

> Era preciso que a nata intelectual levasse a organização da produção a um patamar mais elevado instaurando a 'ordem social competitiva' que romperia com os estamentos quase estanques da ordem aristocrática colonial, o que só ocorreu retardatariamente.

Essa visão negativa sobre a participação popular na condução da atividade política e econômica perpassa um longo período da historia nacional. O anseio pela modernização nacional encontrava nas características da população um empecilho para sua realização. A herança escravocrata, o afastamento e o descompromisso da população rural, as populações assoladas por doenças são alguns dos motivos apontados, nesse período, para o descompasso do Brasil em relação aos parâmetros de modernidade adotados por suas elites.

Esses elementos ajudam a compor essa cidadania limitada exposta nos textos de *Mr. Slang e o Brasil* e apontam os limites da visão de democracia do autor. Segundo Gabriela Pelligrino Soares (2007: 195), a concepção de democracia para Lobato revela também uma visão recorrente no cenário de construção dos Estados Nacionais latino-americanos. Próximo ao que ocorrera em outras nações da América Latina, o autor via com reservas a plena participação política das "massas" e atribuía às elites intelectuais o papel de guiá-las e prepará-las para o exercício da cidadania.

Esse despreparo aponta para a necessidade do afastamento dessa população das decisões sobre os caminhos da nação[47]. Essa visão de que cabia às elites a condução do processo de modernização do país também está presente na obra de Lobato em suas afirmações sobre o despreparo do homem rural para a participação no referido processo. Lobato aponta como causas desse despreparo da população a característica de inadaptabilidade à civilização, presente em *Urupês*, e posteriormente o abandono dessa população por parte do Estado, como destacado em *Problema Vital*.

3.2.2. A cidadania republicana.

Já nos textos da década de 1910, como *Urupês* e *Velha Praga* (1914), e nos artigos de *Problema Vital* (1918), transparece na escrita de Lobato seu posicionamento perante a questão da participação da população na vida política nacional, o que se relaciona ao próprio conceito de cidadania. O direito do caipira - do homem simples do campo que se torna personagem principal de seus contos nesse período - de decidir sobre a forma como desejava viver, sobre suas práticas cotidianas, é limitado quando esse se torna um problema de interesse nacional.

Na visão de Lobato, o interesse da coletividade está centrado na necessidade desse homem do campo se tornar útil para a sociedade, desenvolvendo uma atividade produtiva. Isso torna necessário o abandono de velhas práticas que, para Lobato, impediam que essa população do interior do país vislumbrasse uma transformação no seu modo de vida visando mais conforto e mais comodidade. Como o Brasil poderia se modernizar e como ingressaria na marcha do progresso se a maior parte de sua população preocupava-se, como Jeca Tatu, em produzir apenas o necessário "para passar fome e frio, sem virem a morrer disso" (LOBATO, 1994: 170)?

Através de seus textos, Lobato defende a necessidade de tornar útil a população nacional como forma de alavancar o desenvolvimento econômico do Brasil. Em sua visão o país se encontrava à margem do mundo da modernidade, sempre em comparação com os países europeus e com os Estados Unidos que, analisados dentro da

[47] O descompromisso remete a um afastamento compulsório por parte da massa da população, como caracterizado no Jeca Tatu. Ao mesmo tempo, seu despreparo aponta para a necessidade de manter essa população afastada. Essas duas ideias convivem na obra de Lobato e, de certa forma, se complementam.

lógica de modernização cultural, econômica e social que Lobato propunha para o Brasil, eram tomados como exemplos. Esse objetivo de modernização encontrava nas características da população um empecilho para sua realização. Em *Urupês* e *Velha Praga*, esse empecilho é identificado nas tradições relacionadas à origem étnica e racial da população, enquanto nos textos de *Problema Vital* Lobato destaca as endemias que atingiam milhões de pessoas, principalmente no meio rural, impedindo que se tornassem úteis para a nação. Nos textos de *Problema Vital* podemos identificar a necessidade apontada por Lobato de "fazer viver" a população através do controle de suas práticas cotidianas, de seus costumes e a partir de uma orientação com base cientifica. Tornando a população – sobretudo no meio rural – útil para o trabalho, ela poderia contribuir para o processo de modernização nacional planejado pelas elites (LOBATO, 1959: 243).

Nos textos de *Urupês* e do *Problema Vital*, a possibilidade de essa população promover o progresso e modernização do país também só era possível devido às características naturais do Brasil. A realização do projeto modernizador de Lobato passa pela integração entre homem e natureza. Era preciso que o homem deixasse suas praticas de dependência em relação à natureza e aprendesse a dominá-la, pois essa era a marca das culturas mais avançadas, como a européia e a norte-americana, e que serviam de parâmetro para a modernização brasileira (LOBATO, 1994: 177).

Nos textos de *Mr. Slang e o Brasil* algumas dessas ideias continuam presentes. Ainda é forte a perspectiva negativa sobre a população nacional perceptível nas referências à personagem Dolly. No texto *Da importação de cérebro* podemos perceber essa construção de Lobato sobre a população (LOBATO, 1959: 85-86).

> [Fala a personagem Dolly] – Está aí um homem (...) que vem oferecer esta "beleza" de frutas.
> (...)
> - São comestíveis? perguntou Mr. Slang.
> - São de cera, respondeu a criada.
> - Pois nesse caso devolva-as ao homem [responde Mr. Slang].
> *[sic]*.

Ao final do texto Lobato conclui a historia destacando na empregada Dolly uma das características da mentalidade nacional (LOBATO, 1959: 91):

> (...) Nisto a criada entrou, ainda com as frutas artificiais na mão. Vinha insistir com Mr. Slang para que adquirisse a obra prima.
> Mr. Slang riu-se e murmurou para mim:
> - Vê? A minha Dolly é como o Brasil. Tambem gosta de ilusões. Vou ver se descubro algum cirurgião que lhe abra o cranio e meta dentro um pouco de cerebro novo *[sic]*.

As atitudes da empregada Dolly são apontadas como símbolos da mentalidade nacional. Era preciso fazer uma transformação radical. Assim como Mr. Slang aponta a necessidade de implantar um "cérebro novo" na empregada Dolly, para Lobato, o Brasil precisava também de uma nova mentalidade. Ao longo dos textos, Lobato destaca as características dessa mentalidade como a inconsciência e o senso de irrealidade que marcam o homem nacional.

Era essa população, representada pela empregada Dolly, que definia através do voto os destinos da nação. O despreparo e a incultura tornavam possível o controle desses eleitores pelos homens que buscavam no domínio político uma forma de se eternizarem como sanguessugas da maquina republicana. Victor Nunes Leal destaca que essas práticas características do coronelismo resultavam da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada (LEAL, 1948, 20; FERREIRA e PINTO, 2006: 04). Essa também é a questão apontada por Lobato. A falha do regime político brasileiro consistia no fato de o povo ser incapaz de escolher seus representantes por não ter a cultura e a educação moral para tal (LOBATO, 1959: 84).

Assim, através de Mr. Slang, Lobato contesta o próprio regime representativo brasileiro como um monstruoso contra-senso, em que os representados escolhem seus representantes sem terem a capacidade de fazer tal escolha. Essa condenação do voto secreto com obrigatoriedade revela sua visão sobre os limites da noção de cidadania na República. Quem deveria ser o cidadão? O que era necessário para uma participação efetiva no processo político e eleitoral? A participação do povo despreparado e incapaz de escolhas permitiria a repetição dos erros verificados nos governos republicanos do período ciclônico. Em ultima instância, o povo seria um dos responsáveis pelas condições em que se encontrava o país, imerso em crises políticas e

econômicas e em uma falência institucional, já que o Estado só atendia aos interesses dos parasitas que viviam sugando seu sangue.

O caminho para a solução dos problemas nacionais era indicado por Lobato por mio de uma pedagogia que conduziria essa população inculta e promoveria a modernização nacional. O exemplo a ser seguido e a ser ensinado para o Brasil era encontrado em São Paulo. Era no caráter identificador do povo paulista que se localizava o contraponto à característica de inconsciência e de irrealidade que marcavam a mentalidade nacional.

3.3. A MENTALIDADE NACIONAL

3.3.1. Consciência, realidade e seus opostos.

Nas discussões relacionadas ao povo, podemos identificar nos textos de Lobato uma distinção entre duas esferas que apresentam características próprias: a nacional e a regional. Aspectos como a moralidade e a amoralidade, que caracterizavam os governos brasileiros nos distintos momentos da República, se relacionam a características da mentalidade do homem brasileiro que o autor define ao longo de sua obra. Partindo desse aspecto para a análise da obra lobatiana, as ideias relacionadas à *Paulistanidade* se apresentam de forma mais contundente.

A maior parte das características que Lobato atribui ao homem brasileiro está diretamente relacionada à condição de atraso em que o Brasil se encontrava nos campos econômico, político e social. Esse descompasso nacional seria um dos reflexos da mentalidade de seu povo que não apresentava o preparo necessário para lidar com os problemas que assolavam o país e acabava se tornando refém das ações de políticos mal intencionados e da adoção de ideias alheias (LOBATO, 1959: 10).

O primeiro aspecto que destacamos da mentalidade nacional segundo a visão apresentada por Lobato em *Mr. Slang e o Brasil* é a inconsciência. Por meio das palavras de Mr. Slang, Lobato aponta o “humorismo inconsciente” como marca do brasileiro (LOBATO, 1959: 08). Isso poderia ser percebido através da leitura do *Jornal do Comercio*. Nas palavras de Mr. Slang, “não era privilégio do *Monsieur Jourdain*, de Moléire”, a capacidade de “fazer prosa sem o saber”. O brasileiro também tinha essa

capacidade. O humorismo inconsciente do brasileiro estava presente nos debates sobre a estabilização monetária que circulavam através dos jornais. Discutia-se a questão sem saber ao certo de que se estava tratando. Isso resultava em um sentido cômico. A falta de conhecimento sobre as questões que povoavam o cenário político e econômico, o desconhecimento de suas próprias coisas e de sua própria gente estavam ligadas a essa falta de consciência que caracterizava o homem brasileiro.

É em contraposição a essa inconsciência, característica do homem nacional, que Lobato estabelece uma relação mais clara com uma esfera regional, então, ligada à ideia de *Paulistanidade*. Isso pode ser identificado nas alusões do autor à consciência paulista como elemento que definiria o caráter desse povo e que teria contribuído para o desenvolvimento econômico alcançado pelo estado de São Paulo (LOBATO, 1959: 08).

Outra característica da mentalidade nacional ligada à consciência do povo brasileiro pode ser encontrada no texto *Do suplicio da senatoria*. Mais uma vez, Lobato expões suas ideias dando voz a Mr. Slang (LOBATO, 1959: 105):

> - As minhas teorias decorrem das condições por assim dizer personalíssimas do ambiente brasileiro. Está claro que na Inglaterra eu não poderei pensar deste modo. (...) Na Inglaterra ha, perfeita em sua formação, uma coisa que mal se esboça aqui – consciência moral. Um crime lá é um crime. (...) Não ha crime em terra de consciência moral em germen como aqui *[sic]*.

Assim como o parâmetro de modernidade e progresso de Lobato são buscados no exterior – principalmente na Inglaterra de nos Estados Unidos –, sua ideia de consciência tem como modelo o estrangeiro. Por ter experimentado em sua formação uma maior influencia estrangeira – européia – é que o povo de São Paulo teria se tornado mais consciente que os demais brasileiros.

É nesse aspecto que a obra de Lobato se relaciona a outra característica presente na ideia de *Paulistanidade*. Esse conjunto de ideias não se refere apenas à valorização do paulista. Também há um caráter de desvalorização das populações de outras regiões do país (CASADEI, 2008). Isso fica ressaltado por meio da indicação da influência européia como elemento constitutivo de um povo mais apto para comandar o

país e seu processo de modernização. O desenvolvimento que se verificava em alguns pontos do Brasil – com destaque para São Paulo – ocorrera devido à presença estrangeira, cuja mentalidade estava mais ligada aos ideais que Lobato considerava como "modernos". Isso pode ser percebido no texto *Da importação de cérebro*. Lobato expõe sua ideia nas palavras de Mr. Slang (LOBATO, 1959: 90):

> Por importação de cerebro entende imigração, entrada de europeus. Noto que no Brasil só ha estradas em S. Paulo, Santa Catarina e num ou outro trecho onde penetrou cerebro europeu. E concluo daí que, praticamente, o problema só se resolverá por essa forma indireta *[sic]*

Assim, Lobato aponta que a influência estrangeira também podia ser percebida em outras regiões do país, como Santa Catarina. Em "um ou outro trecho" do país era possível verificar alguns indícios de modernidade como a existência de estradas. Contudo, essa influência era incipiente se comparada ao que ocorrera em São Paulo, já que o estado paulista recebera um contingente muito maior de imigrantes que outras regiões do Brasil. Isso pode ser confirmado na seqüência do texto *Da importação de cérebro*. Mais uma vez, Lobato expõe sua visão no diálogo entre Mr. Slang e seu interlocutor brasileiro (LOBATO: 1959: 90):

> [Fala o interlocutor brasileiro] – Mas S. Paulo cuida cada vez mais de estradas e não podemos atribuí-las ao europeu. Os autores desse movimento foram os paulistas.
> [Responde Mr. Slang] - De fato, vejo os paulistas no leme da administração. Mas não contassem eles com a força propulsiva da população rural já muito infiltrada de cerebro europeu, e estariam, como os mineiros, no carro de boi ainda *[sic]*.

O estado de São Paulo é colocado em oposição a outras regiões do país devido ao estágio de desenvolvimento em que se encontra. Isso pode ser percebido através dos indícios de modernidade presentes no estado paulista devido à maior influência estrangeira. São Paulo encontrava-se à frente dos poucos pontos em que o "cérebro estrangeiro" havia penetrado no Brasil, como era o caso de Santa Catarina. Se a

comparação fosse feita com outras regiões, como Minas Gerais, a disparidade seria ainda maior. Esse é mais um indício que aponta para as disparidades entre os vários rincões do país como forma de afirmar a superioridade de São Paulo sobre os demais estados brasileiros.

A perspectiva que distingue um "eu" e um "outro" presente na obra de Lobato pode aproximar-se da visão que acima apontamos como uma das características da *Paulistanidade* – a identificação através da negatividade. Alguns autores têm apontado essa distinção presente na obra de Lobato e, de forma mais abrangente, na ideologia da *Paulistanidade* como um preconceito mútuo: dos paulistas em relação aos demais estados brasileiros e de outras regiões do país em relação a São Paulo (CASADEI, 2008; MONICA, 1992; GOMES, 1993). A partir desse apontamento, nos questionamos se esse preconceito não foi uma ideia incorporada a *posteriori* nas abordagens sobre a *Paulistanidade*. Em que medida as ideias defendidas por Lobato e que se relacionam à *Paulistanidade* não configuravam um sistema moral e político para definir um tipo ideal de brasileiro? Em tese, as características desse tipo ideal, que era o paulista, poderiam ser alcançadas ou apreendidas pelo "outro" ou pelos "outros" que não eram paulistas? Nesse sentido, a proposta de Lobato, que tomava São Paulo como exemplo a ser seguido pelo Brasil, era mais inclusiva do que exclusiva. Pelo aprendizado, os brasileiros de outras regiões do país poderiam se tornar empreendedores como os paulistas?

Nessa relação entre regional e nacional, Lobato ainda aponta outra característica da mentalidade brasileira: o parasitismo social. Esse era o objeto de estudo de Mr. Slang. De todos os lugares que visitara, foi no Brasil que o inglês encontrou o campo de estudo mais vasto. Segundo Lobato, a fome de pitoresco que caracterizava seu personagem o faz correr o mundo (LOBATO, 1959: 05), mas o ambiente encontrado no Brasil fez com que ele encalhasse aqui por trinta anos. O Brasil é, na visão de Lobato expressa através das palavras do inglês da Tijuca, um lugar extremamente pitoresco. Essa ideia de pitoresco poderia ser verificada na estrutura política, na mentalidade nacional ou na forma de lidar com os problemas econômicos (LOBATO, 1959: 66). Essa característica de pitoresco estabelece a diferença entre a mentalidade nacional em relação aqueles países tomados por Lobato como parâmetros de modernidade – como a Inglaterra e os Estados Unidos. O parasitismo encontra-se em oposição ao trabalho,

definindo também o distanciamento entre a mentalidade nacional e a mentalidade paulista marcada pela influência estrangeira.

Para Lobato, a incapacidade demonstrada pelo homem nacional em desenvolver seu próprio país é resultado do despreparo dessa população para as funções mais sofisticadas. O desenvolvimento agrícola, por exemplo, apresentado pelo Brasil, era fruto das ações de imigrantes que traziam suas experiências para o país. A característica do homem nacional era o uso de velhas práticas. Essas práticas já não atendiam aos interesses nacionais que estavam voltados para o progresso e para o crescimento econômico (LOBATO, 1959: 23).

A mentalidade nacional também é analisada por Lobato a partir da ideia de "realidade". Lobato destaca o "senso de realidade" dos paulistas em oposição ao "senso de irrealidade" dos brasileiros do norte (LOBATO, 1959: 32). Essa ideia caracteriza mais uma oposição entre São Paulo e o Brasil. Para discutir essa ideia, Lobato aborda a questão das Forças Armadas. O autor se questiona sobre a importância da Marinha e seu verdadeiro papel para a nação brasileira. Esse questionamento leva-o a identificar a prática brasileira de supervalorização presente na mentalidade nacional. Dando voz a Mr. Slang, Lobato aponta que essa supervalorização podia ser identificada na visão corrente entre a população sobre as ações de órgãos como as Forças Armadas. Para Lobato, de forma geral, o brasileiro desconsiderava a situação caótica em que o país se encontrava e preferia ressaltar a "grandeza" Brasil na ideia de que este era "o país do futuro" (LOBATO, 1959: 28). Era essa incapacidade de percepção da "verdadeira" situação em que o país se encontrava que impedia ao povo perceber a situação caótica de órgãos como a marinha e o exército. Para aqueles que preferiam tapar os olhos a ver a verdade que se desenhava perante eles, as Forças Armadas cumpriam muito bem suas funções.

Através das palavras de Mr. Slang no texto *Da cabeça e da mão*, o personagem brasileiro é convencido de que o Brasil "era a fragilima nação que é porque finge ser o país que não é" *[sic]* (LOBATO, 1959: 80). Assim a ideia de supervalorização indica a incapacidade brasileira de identificar a verdadeira situação em que o país se encontrava ligando-se à noção de irrealidade que caracteriza a mentalidade nacional. Contudo, a contraposição a essa situação é encontrada em sua visão sobre São Paulo. Isso pode ser percebido nas palavras de Mr. Slang no seguinte trecho do texto *O*

carpinteiro de Southdown (LOBATO, 1959: 32):

> Os paulistas de verdade reconhecem que o estrangeiro foi magna parte no progresso local, como tambem admitem que muito cooperou para esse progresso o senso das realidades que caracteriza a mentalidade paulista. Os brasileiros do norte, por exemplo, em vez de senso da realidade possuem o senso da irrealidade *[sic]*.

O senso de irrealidade presente na mentalidade brasileira é apontado como um dos motivos para a situação em que o Brasil se encontrava naquele momento, de extrema fragilidade. Há em parte da população um despreparo para perceber a verdadeira situação do país ou mesmo uma recusa em aceitar esse fato. Mas, para esse problema, a sabedoria de Mr. Slang também apontava uma solução. Essa solução pode ser percebida através do seguinte trecho (LBOATO, 1959: 09):

> Meu metodo de trabalho mental consiste em refletir, concluir de mim para mim, chegar a ideias que sejam produtos logicos de todas as observações e conclusões anteriores de minha vida. Depois, a titulo esportivo, trato de conhecer as ideias dos outros. Meu metodo é rude no começo, porque bem pensar corresponde a trabalho rijo; mas delicioso ao cabo, quando vejo abrolhar da arvore lindos frutos. Metodo inglês. O metodo brasileiro parece-me muito mais comodo: comprar por 200 réis tais frutos já elaborados *[sic]*.

Para o inglês, a compreensão dos problemas nacionais por parte dos brasileiros deveria advir da reflexão sobre os temas que diziam respeito à realidade nacional. Para esse fim, o método utilizado por Mr. Slang era a reflexão que, apesar de mais trabalhoso, dava ótimos resultados. Mas o costume do brasileiro era limitar o acompanhamento das discussões através dos jornais ou dos debates no plenário do Congresso, sem formar uma opinião própria sobre as questões. A prática comum do brasileiro era aceitar ideias prontas, produzidas por pessoas que possuíam mais autoridade no assunto. Aceitar a opinião de um ex-ministro da fazenda sobre a questão da estabilização da moeda era mais prático e cômodo que produzir uma ideia própria sobre a mesma questão a partir da observação dos fatos (LOBATO, 1959: 09).

Lobato critica a falta de uma prática reflexiva no homem brasileiro. A simples aceitação da opinião de pessoas que "possuíam mais autoridade" em determinados assuntos impedia a formação de uma opinião critica. Essa pratica da cópia e da aceitação de ideias alheias, também estava presente na relação com o exterior. Isso pode ser percebido na crítica de Lobato ao que ele via como outra característica da mentalidade nacional: a prudência excessiva (LOBATO, 1959: 93).

A prudência como característica da mentalidade brasileira se transformava em mais um dentre os vários empecilhos apontados pelo autor que impediam o progresso do país. Essa ideia se apresenta na discussão de Lobato sobre o papel da Marinha. No texto *De frutas e livros*, Mr. Slang aponta para seu interlocutor brasileiro as falhas na estrutura das Forças Armadas. O exército e a marinha são vistos como órgãos que não cumpriam as funções que lhes era devida dentro da estrutura nacional. Uma das causas disso era o desmantelamento dos equipamentos já desatualizados e que requeriam altos valores para sua manutenção. Isso fazia com que o Brasil se encontrasse em uma situação de desvantagem em relação a outros países e em um possível conflito que o obrigasse a se defender (LOBATO, 1959: 94). Nesse ponto, a comparação já não é feita com os Estados Unidos ou com a Inglaterra. Lobato discute a posição do Brasil em relação à Argentina, que, por ser um país mais próximo geograficamente, representava maior possibilidade de ser um opositor em um conflito bélico devido aos interesses comuns voltados para a América do Sul. Sobre a forma como Brasil e Argentina administram os investimentos em suas Forças Armadas, Lobato escreve na *Nota Final* de *Mr. Slang e o Brasil* (LOBATO, 1959: 123-124):

> [Fala Mr. Slang] (...) O elefante é uma frágil coisa, se o ataca uma nuvem de moscardos bombardeadores. A éra dos grandes navios passou, e conserva-los, com desconhecimento disso e desprezo pela arma nova que o vem substituir, é prepara momentos tristes para o futuro.
> [Responde o interlocutor brasileiro] – Mas a Argentina, unico inimigo provavel com que temos de contar, tambem possue couraçados.
> [E retruca Mr. Slang] – Sim, mas sempre em dia, sem o tal atraso que caracteriza seus equivalentes no Brasil. Apesar disso a Argentina, *mais previdente*, já criou a sua nuvem de moscardos *[grifo nosso]*. (...) *[sic]*.

Lobato aponta como a modernização das Forças Armadas já ocorria na Argentina devido ao caráter “mais previdente” de nossos vizinhos. Tal modernização do exército e da marinha ainda não havia ocorrido no Brasil, permanecendo as Forças Armadas com um aparato oneroso e ineficiente. Os motivos dessa situação foram discutidas por Lobato também no texto *De frutas e livros*, onde o autor escreve (LOBATO, 1959: 93):

> [Fala Mr. Slang] – A marinha brasileira faz a função das frutas de cera da Dolly. Enfeita o país. Em caso de guerra para o Brasil ou de fome para a Dolly, ambos compreenderão a inutilidade do enfeite que finge coisa util.
> [Responde o interlocutor brasileiro] – Mas não convem remodelar a marinha num momento em que a aviação parece que a vai substituir. Somos prudentes. Estamos a ver onde param as modas.
> [Retruca Mr. Slang] – Noto (...) que floresce nestas plagas uma logica especial. Chamam vocês prudencia não fazer uma coisa antes que essa coisa seja feita por todos os outros povos. Na Inglaterra chamamos a isso imprudencia... *[sic]*.

O motivo alegado pelo interlocutor brasileiro para o fato de os governos não terem modernizado as Forças Armadas com a compra de novos equipamentos era a prudência. Essa “prudência” brasileira exigia que o governo esperasse que se acomodassem “as modas” surgidas com o advento da aviação para ver qual o melhor campo para investir. Essa forma de pensar é vista por Mr. Slang como uma lógica tipicamente brasileira. A prudência, nesse caso, era o ato de "não fazer uma coisa antes que essa coisa seja feita por todos os outros povos"**.** Para Lobato, era esse tipo de ação que provocava o constante descompasso do Brasil com os países mais modernos.

A característica de prudência também estabelece um distanciamento entre a mentalidade brasileira e a mentalidade paulista. A prudência é uma das características apontadas por Lobato para o “novo governo” sob o comando de Washington Luis. Contudo ele constrói essa ideia sob um ponto de vista positivo e louvável. A ação prudente de Washington Luis impedira a divulgação de atos secretos do governo de Artur Bernardes que revelavam aspectos desconhecidos pela população sobre a corrupção em seu governo. A prudência atribuída por Lobato ao político paulista reside no objetivo de pacificar o país, impedindo que a população tomasse conhecimento

desses atos praticados no governo de Artur Bernardes e fortalecesse os movimentos revoltosos ocorridos durante o "período ciclônico" (LOBATO, 1959: 104). Assim, a mentalidade paulista se diferencia da mentalidade brasileira mesmo quando possuem características em comum. A racionalidade do homem paulista, representado por Washington Luis, torna possível pôr em prática essa virtude no momento e da forma mais apropriada.

Assim, em *Mr. Slang e o Brasil*, a questão da mentalidade estabelece parâmetros que definem o distanciamento entre São Paulo e o Brasil. Através das noções de realidade e irrealidade, consciência e inconsciência, e das diferentes formas de pôr em prática a noção de prudência, Lobato indica a superioridade de São Paulo e de seu povo na comparação com as outras regiões do Brasil.

Outras questões surgem nos textos de Lobato a partir dessa discussão sobre a prudência brasileira. Através de Mr. Slang, o autor aponta que, diferindo-se do Brasil, na Inglaterra, as ações que caracterizavam o homem nacional seriam vistas pela população como imprudência. Contudo, no Brasil, a população nem sempre tinha uma opinião formada sobre as ações adotadas pelo governo nem um conhecimento eficaz sobre os problemas que assolavam o país (LOBATO, 1959: 107). Isso ressalta as deficiências de uma opinião pública – cuja importância também é percebida nas referências de Lobato à "censura" orquestrada por Washington Luis para impedir a permanência das revoltas populares. Essa opinião pública era ineficaz devido ao despreparo do povo que se encontrava muito distante do debate sobre as grandes questões nacionais, não contribuindo com o apontamento de soluções para os problemas do país.

3.4. A NECESSÁRIA FORMAÇÃO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA

Ligado ao debate e à busca por soluções para os problemas enfrentados pelo país, Lobato discute em seus textos a formação e atuação de uma opinião pública. Nesse debate, o papel da imprensa recebe grande atenção do autor que ressalta a importância desse setor para os debates sobre as "grandes questões nacionais". Nesse cenário a população também deveria tomar parte dessas discussões já que, na visão do autor, seu distanciamento era um dos motivos para as crises enfrentadas pelo país. Nosso objetivo

nessa parte do trabalho é discutir como essas ideias estão interligadas na obra de Lobato. Buscamos apontar como, para Lobato, a formação de uma opinião pública deveria ocorrer através da contribuição da imprensa como instrumento de difusão de uma "formação pedagógica" que tornaria possível uma participação mais ativa da população no projeto de modernização nacional.

Os jornais eram o grande meio de comunicação de massa nas primeiras décadas do século XX (SEVCENKO, 1985: 226). Havia um considerável alcance dessa mídia mesmo além dos grandes centros urbanos. Com o enriquecimento das regiões produtoras de café, já nas décadas finais do século XIX, muitas das pequenas cidades do interior dispunham de órgãos de imprensa que propagavam os debates políticos. Apesar de grande parte da população ser composta por analfabetos[48], os jornais eram muito populares. As críticas políticas e sociais eram estampadas através dos textos, mas as charges também eram um meio para a conquista do público[49]. Como discutido em capítulos anteriores, o próprio Lobato foi um incansável colaborador de jornais desde o início do século, publicando textos em órgãos de imprensa do interior de São Paulo, desde o período em que cursou Direito na Faculdade do Largo do São Francisco, entre 1900 e 1903.

Tal alcance fez com que os jornais ganhassem destaque na análise de Lobato. Essa importância pode ser percebida no caráter extremamente crítico com que o autor analisa os órgãos de imprensa durante a década de 1920. Nesse sentido crítico, os textos de *Mr. Slang e o Brasil* são extremamente ricos. No texto *Da Balbúrdia de Ideias,* Lobato já aponta um elemento de sua visão sobre os jornais. No diálogo entre Mr. Slang e seu interlocutor brasileiro, Lobato escreve (LOBATO, 1959: 09):

> [Fala o interlocutor brasileiro] – Que acha, Mr. Slang, da estabilização? (...) Tenho lido as folhas, e mais leio opiniões mais me obscureço.
> [Responde Mr. Slang] – Muito natural, meu bom amigo. A opinião dos nossos jornais é excessivamente instavel. Não será no instavel que meu amigo se firmará a respeito de estabilidades *[sic]*

[48] Discutindo as características do campo literário na passagem do século XIX para o XX no livro *Literatura como Missão* (1985), Nicolau Sevcenko aponta o grande contingente de analfabetos na população brasileira.
[49] O próprio Lobato destaca a importância das charges como forma de critica social e política no texto *A Caricatura no Brasil*, publicado no livro *Ideias de Jeca Tatu*, de 1918.

Dando voz Mr. Slang, Lobato expõe sua visão sobre os jornais. Para o autor a opinião dos jornais é percebida como sendo "essencialmente instável", falhando no caráter de demonstrar uma opinião clara sobre os temas abordados. Nesse trecho, está apontado o fato dos jornais serem uma fonte preferencial da população para informação e formação de conhecimento,. Isso pode ser verificado no hábito do personagem brasileiro de buscar nos jornais o esclarecimento sobre temas como a estabilização monetária. Contudo, para Lobato os jornais perdiam de vista esse objetivo de abordar os problemas políticos e econômicos de forma que o leitor compreendesse o que se estava tratando. Ao invés de encontrar o esclarecimento, o leitor se obscurecia. Discutindo essa questão sobre o jornal como instrumento de esclarecimento, Lobato dá voz a Mr. Slang na seqüência do texto *Da balbúrdia de ideias* (LOBATO, 1959: 10):

> - Os jornais do Rio nunca esclarecem uma questão. Estudam-na sempre deslembrados do objetivo de esclarece-la. O negocio parace-me até que é baralhar. Só o embaralhamento renderá qualquer coisa. Jornal é sinônimo de maquina de desenrolar linha. Le-los é ver desenrolar linha. O bom senso manda fazer o contrario: te-la em carretéis, numerados conforme a grossura do fio e bem arrumadinhos nas prateleiras. Fóra dos carretéis, linha deixa de ser linha. Passa a maçaroca, só util como esfregão *[sic]*.

Para Lobato os jornais faziam "maçaroca" desenrolando linhas ao invés de enrolá-las e organizá-las de forma a facilitar sua identificação. As ideias vinham sempre misturadas e emboladas. As questões discutidas nunca eram solucionadas nem sequer se apontavam soluções possíveis. Falava-se muito, mas não se esclarecia o leitor sobre os temas abordados. A formação de uma opinião pública ficava assim prejudicada. Essa crítica de Lobato se relaciona à busca pela divulgação do "saber e do progresso". Esse busca lobatiana é abordada por Rosimeiri Cardoso ao relacionar a escrita e o pensamento lobatiano com a difusão das ideias iluministas para além do contexto do século XVIII (CARDOSO, 2007). É visando à difusão de saberes que contribuíssem para o progresso nacional que Lobato define sua visão sobre os jornais nesse período.

Discutindo as falhas dos jornais na tarefa de formar um conhecimento sobre os temas relacionados à nação, Lobato aponta como uma de suas características a prática de lançar mão à opinião de políticos e economistas consagrados para dar base às ideias que defendiam (LOBATO, 1959: 09). Contudo, a linguagem era sempre muito rebuscada e não se explicava o que se estava falando. Era preciso simplificar a linguagem para que os debates pudessem ser compreendidos. Discutindo a questão da estabilização econômica, Lobato defende essa ideia por meio das palavras de Mr. Slang. No texto *Da maçaroca*, Lobato escreve (LOBATO, 1959: 14):

> O carretel econômico, o carretel financeiro e o carretel monetário. São tres problemas diversos que o "amor ao embrolho" dos nossos entendidos embaralha. (...) Mistura-las é criar o caos. Mas desde o momento em que separamos da maçaroca as tres linhas de cores diversas, já o problema em causa se simplifica enormemente. Tão enormemente que qualquer caixeiro de venda suportará com galhardia um exame. Se eu fosse o presidente da República resolveria a eterna balburdia econômica, financeira e monetária do país metendo no Ministério da Fazenda, ao invés de "technical experts", isto é, malabaristas da terminologia e pais da maçaroca, um simples caixeiro de venda *[sic]*.

O uso de temos rebuscados forjados pelos "malabaristas da terminologia" acabavam por baralhar as ideias. A linguagem adotada pelos órgãos de imprensa dificultava a compreensão por parte dos leitores. Outra crítica refere-se à análise parcial ou míope, não esclarecendo para o leitor as questões fundamentais sobre o tema que estava sendo analisado. Toda essa incapacidade dos jornais de transmitirem as ideias e os debates que ocorriam nos cenários político e econômico nacional transformava-se em um empecilho para a formação de uma opinião pública consistente. Para Lobato, o homem brasileiro estava acostumado a buscar nos jornais os elementos para formar uma opinião sobre qualquer assunto. Como os jornais mais confundiam do que esclareciam (LOBATO, 1959: 10), a opinião pública era deficiente.

Partindo desse aspecto, na busca por uma linguagem mais apropriada para se discutir as questões relativas à economia e à política, Lobato aponta ao longo dos artigos de *Mr. Slang e o Brasil* a necessidade de se formar uma opinião pública consciente como forma de promover o progresso do país. Isso se revela ainda através da constante

comparação entre a realidade do Brasil e da Inglaterra elaborada por Lobato ao longo dos textos. Para o autor, a prática de ter ideias próprias teria feito da "Inglaterra o que a Inglaterra era". São constantes as referências de Lobato à riqueza e à modernidade, verificadas na Inglaterra, como resultado dessa prática. Seguindo um caminho diferente do adotado pelos ingleses, a prática brasileira de buscar a opinião dos jornais não vinha fazendo "grande coisa deste país" **(**LOBATO, 1959: 10).

Mas a ausência de uma opinião pública não resultava apenas das ações equivocadas adotadas pelos jornais ao discutir as questões referentes ao país. Havia também um comodismo do público, característico da mentalidade brasileira. No texto *Da balburdia de ideia*, Lobato escreve dando voz ao personagem brasileiro (LOBATO, 1959: 09):

> - Comodo e pratico (...) em vez de criarmos rugas na testa e moermos os miolos, adquirimos logo uma ideia feita, já bem elaborada pelos tecnicos. Poderia eu, pensando por mim, por exemplo, chegar com a mesma pressa às conclusões de um ex-ministro da Fazenda? Acho mais inteligente tomar feitas as ideias deste homem. Além disso, possuem maior autoridade *[sic]*.

A visão de Lobato sobre a população brasileira liga-se ao comodismo característico da mentalidade nacional. A esse comodismo Lobato relacionava o afastamento da população dos debates sobre a nação, deixando as discussões para os técnicos que tinham mais "autoridade" nos assuntos abordados.

A ausência de uma opinião pública consistente é apontada por Lobato como uma das causas que teriam levado o Brasil à situação de caos em que se encontrava durante a década de 1920. Mas a crítica à falta de participação da maior parte da população nos grandes debates sobre o país era um tema já abordado por Lobato em outros momentos. Essa ideia já se encontra no livro *Urupês*, de meados da década de 1910. No artigo de mesmo nome, Lobato critica o homem brasileiro, sobretudo do meio rural, por esse afastamento das grandes questões nacionais (LOBATO, 1994: 167). Na análise de Lobato, quando não agia como um mero observador, o homem nacional, representado pelo caboclo, simplesmente ignorava as transformações políticas,

econômicas, sociais e culturais ocorridas no Brasil. No caso de *Urupês*, essas criticas encontram-se englobadas em um contexto diferente daquele que abriga *Mr. Slang e o Brasil*. Lobato já havia elaborado, em 1926, a revisão em sua obra que amenizaria as criticas ao caboclo (LAJOLO, 1983), presentes nos textos de meados da década de 1910, cujos grandes símbolos são os artigos *Urupês* e *Velha Praga*. No entanto, como podemos perceber, a questão da opinião pública, da participação da população nos debates sobre os destinos do país e na compreensão das grandes questões que movimentam a nação continuam sendo um problema relevante para o autor, pois se relacionam com a própria situação de crise política, econômica e social em que o país se encontrava naquele momento. Contudo, essa critica de Lobato ao afastamento do homem do campo das grandes questões nacionais aproxima-se da ideia dos grandes proprietários rurais nesse período de que a luta pela democracia e pela participação popular ativa na política teria como limite a "porteira das fazendas". Nas cartas reunidas na coletânea *A Barca de Gleyre*, no período em que administrava a fazendo do Buquira que herdara de seu avô, Lobato relata um episodio em controlara um "motim" de seus camaradas da fazenda. Em carta de 15 de maio de 1914, ele descreve o episódio em que, decidido a tomar frente dos negócios na fazenda, chama seu administrador e o dispensa de seus serviços. O administrador pede-lhe uma semana de prazo para sair da fazenda e, segundo Lobato (LOBATO, 1959: 353):

> (...) o administrador passara aquela semana do prazo conspirando contra mim. Arranjara colocação nas fazendas vizinhas para todos os meus colonos, devendo a mudança se fazer no dia em que ele fosse embora, de modo a ficar um exodo em massa *[sic]*.

Quando percebeu que ficaria sem trabalhadores na fazenda devido à "conspiração" arquitetada pelo administrador demitido, Lobato age para reverter essa situação. Na mesma carta, relata seu dialogo com um de seus agregados (LOBATO, 1959: 354):

> - Raimundo, vai-te para o inferno! Que todos vão para o inferno! Não preciso de ninguém aqui. Eu sabia de tudo, escrevi para São Paulo e mandei contratar lá cincoenta colonos novos. Você vá dizer para essa

> gente que está saindo, ou vai sair, que o que quero é que saiam todos o mais breve possível, para desocupar as casa *[sic]*.

Ao saber pelo agregado que o antigo administrador iria à fazenda no dia seguinte para ver se alguém o havia desobedecido, Lobato afirma: "Se voltar não passa daquela porteira! Mato-o como quem mata um cão!" (LOBATO, 1959: 354). Segundo Lobato, após o acontecimento chegar ao conhecimento dos colonos que abandonavam sua fazenda, esses "começaram a mudar de ideia e perder o medo ao administrador" e Lobato se tornou então "vencedor e dono final" de sua própria fazenda.

Como destaca Gabriela Pelligrino Soares (2007: 197), o principio da liberdade - de expressão, de conduta etc. - ocupava o centro do projeto de democracia de Monteiro Lobato. Mas o autor lança para as margens desse projeto o principio da igualdade. Era preciso esclarecer a população da necessidade de promover o progresso do país, mas cada grupo teria seu lugar nesse processo. Assim, aqueles que se apresentassem mais bem preparados, como os intelectuais ou os políticos mais comprometidos com esse objetivo de modernização, teriam a tarefa de conduzir esse processo. A população devia ter clareza de seu papel como mão-de-obra útil à nação. Assim, Lobato teria uma ação e uma visão política próxima aos intelectuais responsáveis pela difusão da *Paulistanidade*. Esses eram os intelectuais oriundos das famílias ligadas às grandes propriedades rurais e à produção cafeeira e que davam sustentação ideológica à manutenção da hegemonia oligárquica desses grandes produtores rurais (MICELI, 2001).

Nos textos de *Mr. Slang e o Brasil*, Lobato aponta a necessidade de criar as condições favoráveis para a modernização nacional. Os moldes a serem adotados para essa modernização eram propostos pelo novo governo. Por isso era preciso formar uma opinião publica favorável ao "novo Governo". É esse o caminho seguido por Lobato nesses textos. Lobato elabora suas opiniões em *Mr. Slang e o Brasil* visando à formação de uma opinião que desvencilhasse completamente a imagem do quadriênio Bernardes com a do governo que se iniciava. Mas, a questão que poderia gerar dúvidas nos leitores era a de o Brasil possuir ou não uma opinião pública. Antecipando-se a essa questão, Lobato apresenta uma definição do que era essa ideia para ele no seguinte trecho do texto *Dos "ladrões"* (LOBATO, 1959: 102):

> [O interlocutor brasileiro questiona] – Mas teremos nós opinião publica?
> (...)
> [E Mr. Slang responde] – (...) Que somos nós dois aqui senão bocas de voz publica? E a esta hora pelo país inteiro milhões de bocas como as nossas estão a cochichar opinião. *[sic]*.

Através desse trecho, Lobato deixa clara a necessidade de formação de uma opinião publica como forma de contribuir para uma melhor definição dos caminhos a serem adotados pela nação. Seus textos seriam parte integrante na formação dessa opinião. As ideias que discute podem ser vistas como uma forma de divulgar uma opinião a partir de seu ponto de vista. O direcionamento dessas discussões caminha no sentido de formar uma opinião publica favorável ao "novo governo" como forma de contribuir para que as ações propostas por Washington Luis alcançassem sucesso.

Sempre buscando exemplos que afirmassem seu ponto de vista, a importância da opinião publica para o sucesso dos governos é exposta por Lobato através de referências à gestão do presidente norte americano Warren Harding. Mr. Slang expõe as ações de "varredura" das instituições públicas quando Harding estava à frente do governo dos Estados Unidos. Essas ações resultaram em uma economia anual de US$ 800 milhões. Lobato destaca a importância da opinião pública nesse processo através do seguinte trecho em que Mr. Slang afirma: "– A Dolly, por exemplo (...). Dou-lhe para as despesas da casa metade do que dava à sua antecessora, e passo melhor. É uma Harding de saias, que suprimiu todos os "ladrões" deste meu lar de solteirão" *[sic]* (LOBATO, 1959: 102).

Mas o cético interlocutor brasileiro adverte o inglês (LOBATO, 1959: 102):

> - Numa casa é fácil, mas num país... (...).
> [Mr. Slang conclui] - Se Harding fosse vivo discordaria de sua opinião, meu amigo. Ele (...) achou facílima a tarefa. São sempre fáceis as tarefas que recebem o apoio da opinião pública *[sic]*.

Era importante que houvesse uma opinião pública favorável para que Washington Luis pudesse efetivar as transformações que propunha e que o país almejava. Uma forma de Lobato contribuir para a formação dessa opinião pública favorável ao novo governo pode ser identificada em suas referências à Revolução. Para Lobato, os movimentos revoltosos eram frutos da imoralidade que dominara a política e da injustiça com que o país fora administrado durante o "período ciclônico". Assim a Revolução consistia em elemento de critica ao quadriênio Bernardes e à situação em que o país se encontrava em decorrência de suas ações a frente do governo. Sua visão sobre a revolução pode ser percebida através do seguinte trecho do texto *Do cruzeiro e outras miudezas* (LOBATO, 1959: 25-26):

> [Questiona o interlocutor brasileiro] – Mr. Slang não irá dizer que a revolução tambem procede da instabilidade...
> [Responde Mr. Slang] – Não vou dizer? Digo já, pois toda revolução tem como causa ultima o mal estar econômico. País que prospera não faz revoluções *[sic]*.

As questões referentes à revolução estão dentre os temas que Lobato discute visando à formação de uma opinião pública. Ele aponta em seus textos que, com as ações do novo governo, como a estabilização econômica e com um modelo administrativo mais justo e comprometido com o interesse público, a Revolução perdia seu sentido.

Um dos problemas causados pela má gestão política e econômica seria a injustiça que, como sua conseqüência mais perceptível, teria insuflado a insatisfação popular. Essa insatisfação da população – "armada ou na possibilidade de armar-se" – teria então como resultado último os levantes e as revoltas ocorridas no período ciclônico (LOBATO, 1959: 26). Lobato constrói assim a imagem do "novo governo" como o solucionador desse problema através da restauração da justiça e da moralidade na política nacional.

Nos textos de *Mr. Slang e o Brasil*, Lobato faz a defesa de Luis Carlos Prestes como um futuro herói nacional, cujo reconhecimento por seus atos retiraria a carga de negatividade de seus atos revoltosos. O futuro o redimiria. Com o fim da coluna

Costa – Prestes, estava eliminado o ultimo foco de contestação do regime oligárquico (FERREIRA e PINTO, 2006: 13). Assim Washington Luis assumiria o poder sem o peso da oposição que Artur Bernardes enfrentara em seu governo.

Segundo Marieta Ferreira e Surama Pinto (2006: 13) a coluna Miguel Costa – Luis Carlos Prestes propagava a revolução e o levante da população contra as oligarquias. Contudo a imagem construída por Lobato é de uma contestação especificamente contra o governo de Artur Bernardes e contra a corrupção e a imoralidade instauradas nos governos do "período ciclônico". Com a saída de Artur Bernardes da presidência, a revolução, que antes possuía uma justificativa plausível, perderia seu fundamento, pois Washington Luis representaria a mudança de postura dos políticos em relação às falhas que haviam insuflado essas revoltas.

O que Lobato não considera, ou ao menos não aponta claramente, é que, assim como Artur Bernardes, Washington Luis também é um representante das oligarquias contra as quais os movimentos tenentistas e o movimento revolucionário se opunham. Afinal, os militares revoltosos haviam se aliado às oligarquias de segunda grandeza para lutar contra aquilo que consideravam os desmandos das oligarquias dominantes – como Minas Gerais e São Paulo (FERREIRA e PINTO, 2006: 06).

Percebemos assim que os textos de Lobato apontam para uma conciliação entre ideias defendidas pela Reação Republicana, que teve a participação tanto das oligarquias de segunda grandeza quanto dos militares, com as ideias defendidas pelos oligarcas paulistas que procuravam se desvencilhar das críticas que eram dirigidas ao governo de Artur Bernardes. Seu discurso é, a um só tempo, de conciliação e ruptura. Lobato critica os governos anteriores utilizando conteúdos presentes em movimentos que se opunham ao domínio oligárquico, mas também busca amortecer as possíveis críticas ao novo governo o desvinculando do período chamado de ciclônico.

É no sentido de superar os problemas vividos no quadriênio Bernardes que Lobato aponta ainda a postura de prudência do "novo governo" ao não divulgar todas as denúncias de corrupção que pesavam contra o governo anterior. Mr. Slang defende a sabedoria dessa ação, indicando que, caso publicadas as denúncias, isso acenderia em "qualquer homem de sangue vivo" o ímpeto de incorporar-se aos revoltosos, o que causaria danos à condição de legalidade (LBOATO, 1959: 104). Como forma de debelar

os movimentos revoltosos, era preciso limitar as informações que chegavam ao público sobre a má conduta apresentada pelo governo anterior. A visão de Lobato sobre os "crimes" do governo Bernardes estava ligada à defesa de uma "vista grossa" da justiça e do "novo governo", contando com uma condenação da opinião pública, cuja formação ele contribuía através de seus textos.

Ressaltamos o paradoxo da visão de Lobato sobre a opinião pública ao indicar a necessidade de uma limitação do que deveria ser levado ao conhecimento do público. Ele buscava a formação de uma opinião pública através da manipulação dos elementos sobre o tema que abordava. Os cidadãos eram peça chave na política por definir o lugar de cada agente, se seria condenado ou absolvido, se permaneceria na vida pública ou seria execrado. Mas esses cidadãos não poderiam ter acesso a todas as informações por que se transformariam em um risco para o *status quo*, podendo, nesse caso, revoltar-se contra a situação estabelecida no período ciclônico e prejudicar o desenvolvimento do projeto apresentado por Washington Luis. Era preciso condenar o governo Bernardes por suas ações desastrosas, mas para isso não era necessário que todas as suas ações chegassem ao conhecimento do público. Bastava que os homens preparados do "novo governo" as conhecessem, pois esses saberiam muito bem como agir de forma a resguardar o interesse nacional (LOBATO, 1959 106).

Contudo, Lobato se isentava da indicação de soluções para todos os problemas nacionais e limitava sua participação à tarefa de formação de uma opinião pública consciente. No texto *De frutas e livros*, criticando a atividade política e as práticas dos congressistas brasileiros, ele constrói o seguinte diálogo entre Mr. Slang e seu interlocutor (LOBATO, 1959: 97):

> [Fala Mr. Slang] – Já assisti a varias sessões da camara e assombrei-me do que nela se chama votar.
> Também eu conhecia o Congresso, e sabia muito bem o que ali se chama votar.
> - E o remedio, Mr. Slang? perguntei ingenuamente.
> - Não ha remedio, respondeu ele sorrindo. É a quarta vez hoje que você me pede remedio, como se minha função na vida fosse receitar para o Brasil *[sic]*.

Assim, a visão de Monteiro Lobato sobre a opinião pública está vinculada à ideia de uma cidadania restrita e à pedagogia cívica. Para Lobato, para se transformar em um cidadão pleno era preciso que o homem nacional estivesse, de antemão, consciente dos problemas nacionais. Como os jornais demonstravam uma incapacidade – ou uma falta de vontade - de cumprir essa missão, ela deveria ser assumida por outros agentes. Ele próprio se colocava em posição para sanar esse problema através de sua contribuição para a formação de uma opinião pública consciente. Afinal, Lobato não assume o papel de solucionador de todos os problemas nacionais, pois sua função na vida não era "receitar para o Brasil". Mas é exatamente na tarefa de receitar, ensinar, formar uma opinião pública que os textos de Lobato se concentram em *Mr. Slang e o Brasil*.

Para Lobato, com o apoio da opinião pública ao novo governo e sob a direção de um governante comprometido com os valores morais, com o senso de justiça e com uma mentalidade moderna, o Brasil retomaria o caminho do progresso. Com Washington Luis, o "período ciclônico" chegava ao fim e o país voltaria para o caminho do qual havia se desviado após a morte de Afonso Pena. A formação de uma opinião pública, a transformação na mentalidade nacional, o estabelecimento de novas orientações para o exercício da cidadania e para a escolha dos governantes tornariam possível a construção de uma realidade diferente da que se verificava no país após o longo período de amoralidade e injustiça que caracterizara a República brasileira até aquele momento. Aquele era um momento de ruptura e de transformação que, na visão de Lobato, se assentava nas possibilidades de modernização e progresso surgidas com a chegada do "novo governo", sob o comando de Washington Luis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

MR. SLANG E O BRASIL E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A leitura de *Mr. Slang e o Brasil* reforça algumas das características mais marcantes da obra e da atuação intelectual de Monteiro Lobato: a preocupação do autor em reformar o país, em transformar o cenário político e econômico, criar uma nova mentalidade, despertar a população para o trabalho e para a produção por meio de uma pedagogia moralizadora, ensinando-a a exercer sua cidadania. A percepção de Lobato sobre esses problemas se altera ao longo do tempo, mas não como uma contradição, como indica a historiografia clássica sobre a literatura lobatiana (LAJOLO, 1985). Lobato muda, se adéqua e adapta sua análise às novas contingencias que surgem ao longo do caminho. Contudo, seu objetivo continua o mesmo: a promoção da modernização e do progresso do país.

É seguindo esse objetivo que Lobato constrói uma interpretação sobre o Brasil republicano nos textos de *Mr. Slang e o Brasil*. A falência ou o descompasso representado pelo "período ciclônico" estão em oposição ao período em que o país fora governado pelos homens experientes e sensatos – os antigos conselheiros – que conduziram o Brasil até o momento da morte de Afonso Pena. Sob a liderança e seguindo o exemplo de São Paulo, o Brasil tinha um grande potencial que fora debelado com a chegada do "império da imoralidade", instalado pelos governos nacionais a partir de Nilo Peçanha, permanecendo até o quadriênio Bernardes.

Essa situação mudaria com a chegada de Washington Luis ao poder. Sob a liderança do político paulista, esse momento seria marcado pela modernização do país que começara com a estabilização monetária. Era o momento do "novo": um novo governo, um novo Brasil. Essas mudanças trariam o progresso e a modernidade. Mas para isso era preciso impedir que os velhos governantes retomassem o poder. Caso isso ocorresse, o país retomaria ao caos verificado no "período ciclônico", cuja principal marca esteve associada às revoltas populares contra a injustiça e aos desmandos dos

governos. Com a instalação do "novo governo", a Revolução popular, comandada por Luis Carlos Prestes, perdera seu sentido (LOBATO, 1959: 119), pois o Brasil passaria a ser governado a partir das noções de justiça, moralidade e interesse público. O "novo governo" incentivaria o trabalho, modernizaria a economia e promoveria o progresso do país. Inspirado no exemplo de São Paulo, o Brasil retornaria aos trilhos e acertaria o passo com a modernidade. Essas transformações representariam uma ruptura com o momento vivido pela República no "período ciclônico". A *Paulistanidade* inspiraria e implantaria, sob a batuta de Washington Luis, uma nova ordem no Brasil, que rompia com o passado indesejável dos dois decênios anteriores.

Assim apresenta-se na obra de Monteiro Lobato um projeto paulista para a nação. Esse projeto pode ser percebido na defesa dos pontos positivos do "novo governo" inspirados pela *Paulistanidade* - ideia da qual o novo mandatário da República, Washington Luis, era o representante exemplar. Esse projeto aponta para a possibilidade aberta pelo "novo governo" de levar às outras regiões do Brasil os componentes que já se encontravam presentes no estado de São Paulo, tais como a visão moderna e empreendedora, o senso de realidade de seu povo, a moralidade, a consciência etc. Lobato propõe uma reforma de cima para baixo (LOBATO, 1959: 98) que começaria com a chegada ao governo de um grande "valor moral" como Washington Luis e que serviria de modelo para os integrantes do governo, a classe política, o funcionalismo público e o povo.

Torna-se perceptível que a ideia do "novo" é um elemento de extrema importância nas ideias de Lobato nos textos de *Mr. Slang e o Brasil* como meio para estabelecer a ruptura entre o governo de Washington Luis e o período anterior da República. Essa ideia também fora usada de uma forma similar pelos construtores de uma imagem sobre a Revolução de 1930 e o governo de Getúlio Vargas, fato perceptível na constituição da ideia de "República Velha" (SANDES, 2009: 128). Em certa medida, o que os ideólogos construíram em torno de Vargas a partir de 1930, Lobato esboça, em 1926, referindo-se a um modelo paulista**.** Washington Luís, representante de um modelo paulista de governo que iniciaria o rompimento com as velhas práticas do período ciclônico, era então o símbolo do "novo", da transformação, da modernidade, do progresso e do trabalho. Dessa forma, experiência e escrita da História anunciam perspectivas distintas. As expectativas de Lobato em torno das

possibilidades abertas pela chegada de Washington Luis à presidência da República apontam para a expectativa do Brasil em romper com suas velhas estruturas e ingressar no mundo que, para ele, era o símbolo de modernidade a ser alcançado.

No estabelecimento de períodos em sua análise sobre a história da República, o governo de Washington Luis seria o responsável por iniciar o processo de fundação de um novo Brasil, rompendo com as práticas políticas usuais durante o período ciclônico. Assim, esse novo governo - que simbolizava a retomada do controle da política nacional por parte da oligarquia paulista - é construído por Lobato como um símbolo de rompimento e de transformação política, econômica e social.

Percebe-se assim um projeto para o Brasil na plataforma de Washington Luis que é também defendida por Monteiro Lobato em seus textos. Esse projeto de modernização econômica deveria vir por meio da estabilização monetária, do incentivo às atividades produtivas e do atendimento às necessidades dos trabalhadores de forma a potencializar sua capacidade de contribuição com o desenvolvimento nacional. Associado a essas transformações econômicas estavam as novas atitudes políticas fundadas no compromisso com o interesse público, na obediência ao senso de justiça, na moralidade das ações governamentais e na idoneidade dos homens que assumiriam o comando do país.

As bases dessas transformações seriam, assim, encontradas em São Paulo. A retomada do controle da política nacional por parte da oligarquia paulista representada por Washington Luis daria fim aos constantes momentos de crise que a República atravessara desde 1909. Esse seria um trabalho difícil e que demandaria tempo. Seu sucesso dependia da manutenção no poder de homens cujo caráter moral fosse tão elevado quanto o de Washington Luís, compartilhando dos mesmos ideais que o presidente “estradeiro”. Essa necessidade convive com a possibilidade de o governo retornar às mãos de homens imprudentes e insensatos como Artur Bernardes. Lobato aponta assim a necessidade de manutenção do controle paulista sobre o governo. Se as mudanças eram tamanhas que não podiam ser completadas pelas forças de um único homem (LOBATO, 1959: 37) e não era desejável a volta ao poder dos homens despreparados que comandaram o país durante o “período ciclônico”, era preciso manter no poder homens comprometidos com os ideais defendidos por Washington Luis: os ideais da *Paulistanidade*

Assim, para que o Brasil se mantivesse em um caminho de modernização e não retrocedesse às velhas ações imprudentes verificadas no período ciclônico era preciso criar condições para que todo o país se transformasse naquilo que São Paulo já era. Era preciso "transformar o Brasil em um estado de São Paulo": moderno, voltado para o trabalho e sem os vícios presentes em outras regiões do país. O primeiro passo nessa direção já havia sido dado com a chegada de Washington Luis ao Catete. Era preciso, a partir daquele momento, manter o curso do país no caminho correto, evitando acidentes tais como ocorrera em períodos anteriores. Era preciso que o país seguisse os ensinamentos de São Paulo e assim alcançasse os objetivos de progresso e modernização que eram tão almejados.

Monteiro Lobato sintetiza em sua obra os elementos de um projeto modernizador presente na Primeira República. Contrariando as leituras que apontam a Revolução de 1930 como momento inaugural de um projeto de modernização nacional e a Primeira República como projeto fracassado, Lobato aponta em *Mr. Slang e o Brasil* a os elementos de um projeto modernizador. Uma ruptura com o período anterior que valorizava o exemplo e as ações de São Paulo no compromisso com os ideais de modernidade, progresso e trabalho que caracterizam a *Paulistanidade*. A presença desse projeto demonstra como a História é uma construção de lembranças e esquecimentos (HALBWACHS, 1990). A extensa literatura lobatiana permite pensar em uma "contra memória" varguista, em que a Primeira República apareça não como o velho, mas como o anúncio – esperançoso e não tardio – do que viria. A inversão de raciocínio e os marcos oferecidos por aquele que se tornaria, ao mesmo tempo, defensor do nacionalismo e inimigo de Vargas abririam novas leituras que, por sua vez, permitem reexaminar uma consagrada "historiografia brasileira", nem sempre atenta ao que os atores históricos anunciam.

A relação entre memória e historiografia é elemento de grande importância na formação de um conhecimento histórico sobre a passagem da chamada Primeira República para a Era Vargas. Apesar de não se configurar como um tipo de escrita memorialística, as crônicas de Lobato apresentam essa característica do relato da experiência de um ator histórico sobre o tempo no qual esteve inserido, expressando as expectativas do autor sobre a fundação de um tempo novo. Mais ainda, o texto de Lobato demonstra como a consagração de uma memória, como ocorreu com a dos

vencedores do processo revolucionário de 1930, traz em seu bojo o esquecimento, ou mesmo o ocultamento, da memória daqueles que se posicionaram de forma diversa nesse processo.

Inúmeros autores ladeiam Monteiro Lobato na construção de uma memória histórica sobre esse período. Um desses autores é o jornalista Pedro da Costa Rêgo, cujos textos publicados nos primeiros anos da década de 1930 no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, discutem os caminhos da Revolução de 1930, com destaque para o período de elaboração da nova Constituição do país. Objeto de estudo de Noé Freire Sandes, os textos de Costa Rêgo apontam como sentido primeiro da Revolução de 30 o movimento que depôs o presidente Washington Luis (SANDES, 2008: 46). Esse fato é apontado como o início de um drama que seria finalizado com a Constituinte a o retorno à legalidade.

Apesar de se concentrarem na análise de dois momentos diferenciados, alguns pontos são comuns nas construções empreendidas por Costa Rêgo e por Monteiro Lobato. A denúncia de Costa Rêgo de que a Revolução mantinha práticas que antes condenara – como a divisão dos ministérios, a partir de um critério geográfico - empresta ao governo de Washington Luis – vitima primeira dessa Revolução – um sentido positivo. Afinal, Getulio chegara ao poder pregando a ideia do "novo", mas as práticas políticas permaneciam as mesmas.

Em realidade, os textos de Costa Rêgo servem como contraponto para *Mr. Slang e o Brasil* naquilo que o jornalista indica como características dos discursos da Revolução e que se aproxima das ideias defendidas por Lobato em 1926 como perspectiva do novo governo de Washington Luis. O sentido positivo que Costa Rêgo aponta no governo anterior à Revolução como forma de criticar os caminhos seguidos pelos revolucionários já era apontado por Lobato na chegada de Washington Luis ao poder, construindo a imagem do novo governo como símbolo de transformação positiva e inauguração de um tempo novo. Dessa forma, tanto a visão de Monteiro Lobato quanto a de Costa Rêgo se opõem à dos revolucionários: a do primeiro porque apresenta a ideia de inauguração de um tipo específico de modernidade a partir da chegada dos paulistas ao poder em 1926, tese amplamente defendida pelos revolucionários como símbolo do governo de Vargas a partir de 1930; o segundo porque explicita que a Revolução não significou um rompimento, mas uma continuidade entre a Primeira República e o

período pós-30, devido à manutenção e à institucionalização de práticas antes denunciadas pelos revolucionários e pela Aliança Liberal.

Ao passo que, como analista de seu tempo, Monteiro Lobato se aproxima de Costa Rêgo, as ideias defendidas pelo autor em *Mr. Slang e o Brasil* também tem pontos que se aproximam do ideário posteriormente defendido pela Revolução de 1930. Isso pode ser percebido na relação entre presente e passado, construída nesses dois discursos. Como apontado por Noé Freire Sandes, a constitucionalização do governo pós-30 representava para os revolucionários "o mirante donde se poderia enxergar o passado em perspectiva evolutiva, pois a Revolução poria fim aos vícios do *Antigo Regime*" (SANDES, 2008: 46). Tendo outro referencial, Lobato aplica nos textos de *Mr. Slang e o Brasil* exatamente o mesmo sentido que os revolucionários de 30 atribuìriam à relação entre passado e presente. O referencial de inauguração de um novo tempo adotado por Lobato é a chegada de Washington Luis à presidência. Nesse sentido, 1930 deixaria de ser a inauguração do novo para se tornar o obstáculo ao novo, isso da perspectiva daqueles que observam o cenário da pasagem da década de 1920 e da Revolução de 1930 a *posteriori*. Para esses atores, a Revolução era uma frustração e não uma esperança. Outro autor que constrói uma leitura desse período que gravita entre a história e a memória é Azevedo Amaral. Em seus *Ensaios Brasileiros*, o autor faz uma análise dessa noção evolutiva de um liberalismo que também se encontra presente nos textos de Lobato. Segundo Azevedo Amaral (1930: 177):

> O conceito progressista do evolucionismo, ao mesmo tempo em que inspirava ao espírito liberal a ideia de transformação incessante das condições de existência orgânica da sociedade (confirme se não falta o "em" nessa citação), infundia-lhe uma confiança inabalável no desenvolvimento automático do progresso social e político imprimindo-lhe, assim, o otimismo que se tornou a atitude característica das gerações que nos precederam.

Essa característica otimista apontada por Azevedo Amaral não é identificada na obra de Lobato relacionada ao Brasil, mas ao Estado de São Paulo, parâmetro adotado pelo autor como símbolo para a modernização nacional. Contudo, era preciso uma transformação incessante da realidade nacional e o acompanhamento dessas

transformações por aqueles que se propunham intérpretes dessa sociedade. Assim, esse conceito evolutivo, presente na Sociologia teórica e na Política prática brasileira nesse período (AMARAL, 1930: 177), pode ser identificada nas perspectivas tanto do discurso revolucionário pós-30, quanto nas ideias defendidas por Lobato em 1926. Enquanto os revolucionários apontavam o rompimento institucional e político ocorrido a partir de 30 como momento de ruptura com as práticas ultrapassadas da "República Velha", o passado também é contraponto para a construção discursiva de Lobato em 1926. O novo governo de Washington Luis era, então, o mirante de onde o passado ciclônico da República poderia ser observado, tendo-o como contraponto para a modernização e o progresso que se alcançaria, seguindo o exemplo da experiência paulista.

Apesar do sucesso editorial de Lobato e da permanência de vários de seus personagens no imaginário nacional, o caráter político de sua obra permaneceu por longo tempo à margem das análises historiográficas, como ocorrera com grande parte dos testemunhos históricos dos derrotados pela Revolução de 1930 (SANDES, 2008: 131). Apesar de não discutir o contexto específico da Revolução que conduziu Getúlio Vargas ao poder, *Mr. Slang e o Brasil* representa uma interpretação da história da Primeira República que rivaliza com a memória construída a partir de 1930, pois aponta a existência e os parâmetros de um projeto modernizador anterior à Era Vargas, que visava objetivos comuns de modernização e progresso como elementos fundadores de um novo Brasil, mas se distinguia por ter a *Paulistanidade* como orientação. As imagens da República presentes nas crônicas de Monteiro Lobato apontam, portanto, a existência de um projeto modernizador que se opõe à ideia da Primeira República como projeto falido e consagra, nessa leitura, o marco de 1930 como orientador para "outra história do Brasil". Em seus textos, Lobato revela "outra face da República" construída por São Paulo na década de 1920: o Brasil de Mr. Slang.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). *Cultura Letrada no Brasil*: objetos e práticas. São Paulo: FAPESP, 2005.

ALEIXO, Adriana C. V. *A Imagem Literária de um Sertão chamado Brasil*. Disponível em http://www.uepg.br/rhr/v1n1. Acessado em 03 de agosto de 2006.

ALVES, Gabriela S. e MENDONÇA, Carlos V. C. de. *Os Desafios Teóricos da História e a Literatura*. Disponível em http://www.uepg.br/rhr/v1n1. Acessado em 27 de março de 2006.

AMARAL, Azevedo. *Ensaios Brasileiros*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Omena e Barreto, 1930, 298 p.

AZEVEDO, Carmem Lucia de; CAMARGOS, Márcia; SACHETTA, Vladmir. *Monteiro Lobato*: furacão na Botocúndia. São Paulo: SENAC, 1997, 392 p.

BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquiria D. L. *Intelectuais e Política*: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho D'água, 1999.

BASTOS, Gláucia Soares. *Monteiro Lobato*: perfis e versões. 2007. Tese de Doutorado em Letras, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007.

BELO, José Maria. *História da República* – 1889-1954: Síntese de sessente e cinco anos de vida brasileira. 6ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, 356 p.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 2° edição. São Paulo: Cultrix, 1974.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 5° edição. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In; FERREIRA, Marieta de M; e AMADO, Janaina (organizadoras). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996, p. 183-192.

BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro*. 6º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 320 p.

CAMELOTTI, Virginia; NAXARA, Márcia Regina C. História e Literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. In: *História: questões e debates*. Curitiba: UFPR, nº 50, jan-jun 2009, p. 15-49.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; FERRETI, Danilo J. Zioni. João Ramalho e as Origens da Nação: os paulistas na comemoração do IV Centenário da descoberta do Brasil. *Revista Tempo*. São Paulo: nº 8, 1999, p. 67 – 88.

CARDOSO, Rosimeiri Darc. *Monteiro Lobato*: entre o pedagógico e o estético. 2007. 148 f. Tese de Doutorado em Letras, Literatura e Vida Social. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 2007.

CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*: texto e contexto. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969, 303 p.

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados*: ensaios de História e Política. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CASADEI, Eliza Bachega. A Censura contra a Paulistanidade: a atuação do Departamento de Diversões Públicas sobre a peça Este Ovo é um Galo. *Anagrama*. São Paulo: USP, ano 1, 3ª edição, março-maio 2008. Disponível em http://www.usp.br/anagrama/casadei_galo.pdf. Acessado em 17 de julho de 2008.

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação*: economia, sociedade e cultura – o poder da identidade. Volume II. 5° edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato.* São Paulo: Brasiliense, s.d.

CÃNDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*: momentos decisivos. Volume II. 3° edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. de M. A História Contada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro*: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1999.

CHIARELI, Tadeu. *Um Jeca nos Vernissages*. 1º edição. São Paulo: Edusp, 1995.

COTRIM, Daniela Meira. A Influência Militar na Primeira República. *Histórica: revista* on line *do Arquivo Público de São Paulo*. São Paulo: nº 19, 2007. Disponível em http://www.historica.arquivodoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edicao19/material03. Acessado em 19 de janeiro de 2010.

DEL FIORENTINO, Teresinha. *Prosa de ficção em São Paulo*: produção e consumo (1900 – 1920). São Paulo: HACETEX, Secretaria de Estado da Cultura, 1982.

DINIZ, Dilma Castelo Branco. *Monteiro Lobato e os Modernistas*: a "vanguarda estética" e "vanguarda política" no modernismo brasileiro. Belo Horizonte: UFMG, 1998. Disponível em http://www.letras.ufmg.br/cesp/textos/(1998)10-Monteiro.pdf. Acessado em 01 de junho de 2008.

DREYFUS, H. L; RUBINOW, P. *Michel Foucault*: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FAUSTO, Boris; CARDOSO, Fernando Henrique *et al*. *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1977.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a Crise Política dos Anos 20. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 6, nº 11, 1993, p. 9-23.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos Anos Vinte e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6833/1593.pdf?sequence=1. Acessado em 16 de março de 2007.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Tecnologia e Estética do Racismo*: ciência e arte na política da beleza. Chapecó: Argos, 2007, 402 p.

FONSECA, Sérgio C. A regeneração pelo trabalho: o caso do Instituto Disciplinar em São Paulo (1903-1927). *Histórica, revista* on line *do arquivo público de São Paulo*. Edição nº 33, outubro de 2008. Disponível em http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia02/. Acessado em 01 de abril de 2010.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 13° edição. São Paulo: Loyola, 2006.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. Essa Gente do Rio: os intelectuais cariocas e o Modernismo. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: volume VI, n° 11, 1993, p. 62-77. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/revista/ar. Acessado em 21 de junho de 2008.

GOMES, Ângela de Castro. A Política Brasileira em Busca da Modernidade: na fronteira entre o publico e o privado. In: SCHWARCZ (org.), *Historia da Vida Privada no Brasil*: costumes da intimidade contemporânea. Volume IV. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 489-558.

HALBAWCS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos Alberto Masseder (orgs.). *A Invenção do Brasil Moderno*: medicina, educação e engenharia nos anos 20 - 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBSBAWAM Eric J. e RANGER Terence (org.), *A Invenção das Tradições*, Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 316 p.

JODELET, Denise (org.). *As Representações Sociais*. Tradução: Lilian Ulup. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, 420 p.

KARL, Frederick R. *O Moderno e o Modernismo*: a soberania do artista (1885 – 1925). Rio de Janeiro: Imago, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC - Rio, 2006.

KOSHIYAMA, Alice Mittika. *Monteiro Lobato*: intelectual, empresário, editor. Coleção Biblioteca de Letras e Ciências Humanas: Estudos Brasileiros. Organizado por Alfredo Bosi. Volume 3. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982, 212 p.

LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato*: a modernidade do contra. São Paulo: Brasiliense, 1985, 93 p.

LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato*: um brasileiro sob medida. São Paulo: Moderna, 2000, 99 p.

LAMARÃO, Sérgio. Os Estados Unidos de Monteiro Lobato e as respostas ao "atraso" brasileiro. *Lusotopie*. 2002, vol. 1, p. 51-68. Disponível em http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/lamarao.pdf. Acessado em 21 de janeiro de 2010.

LOBATO, Monteiro. *A Barca de Gleyre*. Volumes I e II. São Paulo: Brasiliense, 1959.

LOBATO, Monteiro. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. São Paulo: Brasiliense, 1959.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 37ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LUCA, Tânia Regina de. *Monteiro Lobato*: estratégias de poder e autor representação n'A barca de Gleyre. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 139 – 162.

LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: UNESP, 1999.

MACHADO NETO, A. L. *Da Vigência Intelectual*. São Paulo: Grijalbo, 1978.

MACHADO NETO, A. L. *Estrutura Social da República das Letras*. São Paulo: Grijalbo, 1973.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*: 1915 - 1933. Volume VI. São Paulo: Cultrix, 1978.

MATOS, Maria Izilda Santos. A Invenção da Paulistanidade: de "A cidade que mais cresce no mundo" a "Um só coração" (São Paulo – 1954 e 2004). In: LOPES, Antonio Herculano; PESAVENTO, Sandra Jataly, VELLOSO, Mônica Pimento (orgs.). *História e Linguagens*: texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006, p. 337-349.

MELLO, Neide Moraes. *Intelectuais na Vida Pública*: Mário de Andrade e Monteiro Lobato. 2006. 170 f. Tese de doutorado em Ciência Política, USP, São Paulo: 2006.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOLINUEVO, José Luis. *La Experiencia Estética Moderna*. Madri: Saantesis, 1998, 285 p.

MOTTA, Marly Silva da. *1922:* em busca da cabeça do Brasil moderno. Rio de Janeiro, CPDOC, 1994. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1153.pdf. Acessado em 16 de março de 2007.

MOTTA, Marly Silva da. *"Ante-sala do paraíso", "vale de luzes", "bazar de maravilhas"* - a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro - 1922). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. 22f. Disponível em http://www.virtualbib.fgv.br/dspace/bistream/handie/10438/6763/1033.pdf?sequence=1. Acessado em 01 de novembro de 2008.

MOTTA, Marly S. *A Nação faz 100 Anos*. Rio de Janeiro. CPDOC. 1992.

MOURA, Ivânia Cristina Lima. *Monteiro Lobato*: Ariel Vencido? Um olhar político sobre o escritor visionário (1914-1948). 2007. 118 f. Dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas. UFES, Vitória, 2007.

MOUTINHO, Jessita Maria Nogueira. A Paulistanidade Revista: algumas considerações sobre um discurso político. *Tempo Social*; Revista Social. USP, São Paulo, volume 1, 1991, p. 109-117.

NAXARA, Márcia R. Capelari. *Estrangeiro em sua Própria Terra*. São Paulo: Anna Blume, FAPESP, 1998.

ORTIZ, Rentao. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003, 148 p.

PASSIANI, Enio. *Na trilha do Jeca*: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil. 2001. 230 f. Dissertação de Mestrado em Sociologia. USP, São Paulo, 2001.

PAULILLO, Maria Célia Rua de Almeida. *Tradição e modernidade*: Afonso Schmidt e a literatura paulista, 1906-1928. São Paulo: Anna Blume, 1999.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil*: entre o Povo e a Nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Robson Mendonça. *O Municipalismo de Washington Luis em sua Atuação em Batatais (1893-1900)*: aspectos da modernização urbana do interior paulista na República Velha. 1998. 245 f. Dissertação de Mestrado em História. UNESP, Franca, 1998.

PIRES, Maria Isabel Edson. A Crônica como Gênero Mediador na Formação/Atuação do Intelectual Brasileiro no Entresséculo XIX-XX. *Diálogos Latinoamericanos*. N° 08. Aarhus: Universidade de Aarhus, p. 40-48.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo Paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista USP*, p. 78-87. s.d.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. O Rio de Millôr: crônicas de uma cidade. *Revista de Literatura, História e Memória*: Narrativas de extração história. Unioeste, Cascavel: vol. 4, nº 4, 2008, p. 91-102.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, s.d.

RICÚPERO, Bernardo; *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, 287 p.

RODRIGUES, Davidson de Oliveira. *Jeca Tatu e a Urbe Maravilhosa*: campo, cidade e modernização nacional na obra de Monteiro Lobato (1900-1930). 2007. 142 f. Dissertação de Mestrado em História. UFMG, Belo Horizonte, 2007.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-estar na modernidade*: ensaios. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 422 p.

SANDES, Noé Freire. *A Invenção da Nação*: entre a Monarquia e a Republica. Goiânia: UFG, 2003.

SANDES, Noé Freire. A Memória Inconsútil: São Paulo, 1932. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza; OLIVEIRA, Fabiane Costa; SALOMON, Marlon (orgs.). *Escritas da História*: arte, cultura e memória. Goiânia: UCG, 2009, p. 179-197.

SANDES, Noé Freire. *Nação, Políticas de Saúde e Identidade* (1920 – 1960). Goiânia, UFG, 2002.

SANDES, Noé Freire. O Jornalista Costa Rêgo e o Tempo Revolucionário (1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 28, nº 55, 2008, p. 41-62.

SANDES, Noé Freire. O Passado Como Negócio: o tempo revolucionário (1930). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 23, nº 43, janeiro-junho de 2008, p. 125-140.

SANDES, Noé F. Pistas para a Análise da Pedagogia Lobatiana: As Aventuras do Sitio do Picapau Amarelo e as Desventuras da Nação. In: SANTOS, Dulce O. A. dos; TURCHI, Maria Z. *Encruzilhadas do Imaginário*: Ensaios de Literatura e História. Goiânia: Cânone Editorial, 2003.

SÁ, Jorge de. *A Crônica*. São Paulo: Ática, 1985, 94 p.

SCHWARCZ, Roberto. *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SEVCENCKO, Nicolau. *Literatura como Missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 1ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SEVCENCKO, Nicolau (org.). *A História da Vida Privada no Brasil*: da *Bélle Époque* à Era do Rádio. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Éder. Sanear para Integrar: A Cruzada Higienista de Monteiro Lobato. *Artcultura*, Uberlândia, n° 9, 2004.

SIMON, Luis Carlos Santos. Do Jornal ao Livro: a trajetória da crônica entre a polêmica e o sucesso. *Temas e Matizes*: estudos literários. Chapecó, n° 5, 2004/01, p. 54-61.

SIMON, Luis Carlos Santos. O Cotidiano Encarcerado: a crônica no livro. In: *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf.luicarlossimon.pdf. Acessado em 26 de novembro de 2009.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear Horizontes*: uma história da formação de leitores na argentina e no Brasil, 1915 – 1954. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SOUZA, Candice Vidal e. Brasileiro e Brasileiras: gênero, raça e espaço para a construção da nacionalidade em Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis Jr. In: *Cadernos*: XX Reunião Brasileira de Antropologia e I Conferência Relações Étnicas e Raciais na América Latina. Salvador, 1996, p. 83-108.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Controle social e moralidade na republicana cidade de São Paulo. *Histórica, revista* on line *do arquivo público de São Paulo*, nº 35, abril de 2009. Disponível em http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores. Acessado em 01 de abril de 2010.

SOUZA, Ricardo Luiz de. História Regional e Identidade: o caso de São Paulo. *Revista História e Perspectiva*, Uberlândia: nº 36, jan-dez 2007, p. 389-411.

VALE, Lúcia de Fátima do. A propósito da exposição Malfati. *Revista Ubiráqua*. Maringá: nº 7, ago-nov 2005. Disponível em http://www.urutagua.uem.br//007/07vale.htm. Acessado em 18 de agosto de 2006.

VELLOSO, Mônica P. A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, vol. 06, nº 11, jan.-jun. 1993, p. 89-112.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*; História Cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WEHLING, Arno. *A Invenção da História:* estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994.

ZILBERMAN, Regina (org). *Atualidade de Monteiro Lobato*: uma revisão crítica. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo